

Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO,
MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



**PLANO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA FRONTEIRA OESTE
DO RIO GRANDE DO SUL 2015/2030**

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
FRONTEIRA OESTE
COREDE FO

**PLANO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA FRONTEIRA OESTE
DO RIO GRANDE DO SUL 2015/2030**

São Borja

ABRIL 2017

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano estratégico participativo de desenvolvimento regional da fronteira oeste do Rio Grande do Sul 2015/2030 / Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste COREDE FO ; [coordenação geral Alex Sander Barcelos Retamoso]. -- São Borja, RS : Editorial Hope, 2017.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-5788-034-4

1. Indicadores econômicos 2. Indicadores sociais
3. Municípios - Administração pública - Rio Grande do Sul 4. Planejamento estratégico 5. Planejamento regional - Rio Grande do Sul 6. Rio Grande do Sul - Indicadores I. Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste COREDE FO. II. Retamoso, Alex Sander Barcelos.

17-05497

CDD-338.98165

Índices para catálogo sistemático:

1. Rio Grande do Sul : Região da Fronteira Oeste : Plano estratégico de desenvolvimento regional : Economia 338.98165

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA FRONTEIRA OESTE (COREDE FO)

Diretoria Executiva Gestão 2013/2015

Hildebrando Santos dos Santos.
hilde.hijo@gmail.com
Presidente.

Hugo Reginaldo M. Chimenes
hrmchimenes@gmail.com
Vice-presidente.

Amelia Catarina Santiago
ameliasant@bol.com.br
2º Vice-presidente.

Sivens Henrique G. Carvalho
sivenscarvalho@gmail.com
1º Secretário.

Alex Sander B.Retamoso
alexretamoso@gmail.com
2º Secretário.

Walter Alain Reis Severo
walteralain72@gmail.com
1º Tesoureiro.

Jorge Goulart
goulart_sb@hotmail.com
2º Tesoureiro.



FICHA TÉCNICA

Projeto: PLANO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL 2015/2030.

Equipe técnica:

Centro de Apoio aos Movimentos Populares - CAMPO

Coordenação Geral: Adm. Me. Alex Sander Barcelos Retamoso;

Eixo histórico: Me. Rodrigo Ferreira Maurer;

Eixo Social: Esp. Aline Flach dos Santos;

Eixo Econômico: Bacharel Ulisses Souza;

Eixo cultural: Dr. Muriel Pinto;

Revisão e Preparação de Texto: Luísa Aranha

Editoração: Editorial Hope

Equipe de apoio:

Esp. Mariselda de Souza Gonçalves

Acadêmico Leonardo Goulart;

Acadêmico Alessandro Silva;

Acadêmico Iohan Espindola;

Acadêmico Felipe Pillar;

Acadêmico Vagner Fernandes;

Órgão Financiador

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - SPGG

Convênio nº 1636/2015

Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do (s) autor (es), não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste documento.

Aos 13 municípios da região da Fronteira Oeste que participaram das diversas etapas do Plano, sobretudo aqueles que dispuseram infraestrutura e espaço físico para a realização das assembleias do Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste.

Ao Fórum dos COREDE, pela condução e estímulo ao projeto conjunto dos 28 Conselhos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

A Universidade federal do Pampa – UNIPAMPA pelo apoio técnico e institucional.

Ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pelo suporte financeiro, permitindo a realização das atividades de campo nos municípios da região.

Ao Antônio Cargnin e à equipe do DEPLAN, pelo incomensurável apoio e suporte na orientação e finalização deste documento.

A toda comunidade da Fronteira Oeste, pela colaboração e pelo compartilhamento das responsabilidades, sabendo ainda que este resultado representa apenas o esforço inicial para a implementação das diretrizes pactuadas para a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento apresenta o Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento do Conselho Regional da Fronteira Oeste (COREDE – FO) para o período de 2015 a 2030. Tem como objetivo, também, atualizar o planejamento estratégico de 2010/2020. As propostas apresentadas foram elaboradas seguindo um conjunto de etapas. Iniciando com o diagnóstico técnico que serviu de base para os diálogos ocorridos nos municípios através das assembleias municipais e pano de fundo para a problematização das variáveis consideradas nas assembleias regionais ampliadas, que efetivou a revisão e complementação das matrizes utilizadas neste trabalho. Posteriormente, foi apresentada priorização de estratégias regionais, e juntamente os projetos estruturantes envolvendo estas referidas estratégias. Salienta-se neste plano as dificuldades de comunicação regional (sinal de telefonia móvel, serviços de internet) e as dificuldades logísticas (distância entre as cidades do recorte, as más condições das vias). Contudo, ao lançar-se ao campo em busca de conhecimentos sobre uma região com tão variada complexidade cultural e com recursos naturais igualmente variados e abundantes tornou-se um desafio e de pronto uma conquista, a conquista do saber regional.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE ABREVIATURAS	15
APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	19
1 PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.	19
1.1 Objetivos Do Plano.....	19
1.2 Objetivos Específicos	20
1.3 Abrangência Do Plano	21
1.4 Explicitação da Metodologia.....	21
CAPÍTULO II	27
2 DIAGNÓSTICO TÉCNICO	27
2.1 Caracterização Da Região	27
2.2 Dimensão Demográfica.....	38
2.3 Dimensão Ambiental.....	46
2.4 Dimensão Social e Cultural	51
2.5 Dimensão Infraestrutura e de Gestão Pública	64
2.6 Dimensão Econômica	70
2.7 Dimensão Institucional.....	85
3.1 Matriz Fofa: Potencialidades E Desafios	94
3 DIMENSÕES E ESTRATÉGIAS DA REGIÃO DA FRONTEIRA OESTE.	104
4.1 Problematização E Contextualização Das Estratégias Prioritárias.	107
4.2 Referenciais Estratégicos:	114
5 PROJETOS ESTRATÉGICOS:	115
5.1.1 Relação de Projetos Prioritários COREDE FO.	123
5.1.2 Base de dados de projetos não hierarquizados	156
6 MODELO DO PLANO DE GESTÃO.	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185
ANEXOS	187

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>Atores estratégicos de PED 2015-2030</i>	26
Figura 2: COREDE e Regiões Funcionais de Planejamento.	28
Figura 3: Municípios que abrangem o COREDE FO.....	33
Figura 4: Conselhos Regionais de Desenvolvimento COREDE.....	35
Figura 5: Mapa de localização das áreas de ocorrências de areais no COREDE Fronteira Oeste.	36
Figura 6: Manchas Urbanas – Fronteira Oeste.....	37
Figura 7: Mapa da população total (2010) e hierarquia urbana (2007) no COREDE Fronteira Oeste.	39
Figura 8: Mapa da Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, por COREDE 2000-2010.....	42
Figura 9: Mapa da Taxa média de Crescimento Populacional do COREDE Fronteira Oeste 2000-2010.....	43
Figura 10: Mapa da rede hidrográfica do COREDE Fronteira Oeste.	47
Figura 11: Margens do Rio Uruguai em São Borja.....	49
Figura 12: Distribuição dos Estabelecimentos Hospitalares..	57
Figura 13: Coeficiente de Mortalidade Infantil.....	58
Figura 14: Estrutura de Transporte.....	65
Figura 15: Mapa do percentual de esgoto tratado nos municípios do COREDE Fronteira Oeste – 2010.....	69
Figura 16: Mapa do PIB dos municípios do COREDE Fronteira Oeste – 2012.....	72
Figura 17: Mapa dos Principais produtos do VAB da Agricultura do COREDE Fronteira Oeste – 2012.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Educação Infantil – Fronteira Oeste.....	51
Gráfico 2: Evasão Escolar Fronteira.....	52
Gráfico 3: IDEB 2015.....	54
Gráfico 4: Unidades hospitalares no COREDE FO.....	55
Gráfico 5: Número de leitos hospitalares na Região do COREDE FO.....	56
Gráfico 6: Superintendência dos Serviços Penitenciários.	59
Gráfico 7: Estatísticas de Violência Contra a Mulher.	60
Gráfico 8: Número de eleitores e representantes por sexo.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: :Assembleias Públicas Municipais – II Etapa:	23
Quadro 2: Assembleias municipais realizadas no COREDE FO para a Etapa III.	24
Quadro 3: Municípios que abrangem a região funcional 6 dos COREDE RS.....	29
Quadro 4: Quadro das Cidades gêmeas COREDE FO e RS.	31
Quadro 5: Cidades gêmeas no RS.....	32
Quadro 6: Cidades gêmeas Brasil.	32
Quadro 7: Municípios da Fronteira Oeste e suas configurações.....	45
Quadro 8: Províncias Geomorfológicas da bacia do Uruguai.	49
Quadro 9: PIB.	76
Quadro 10: <i>Exportações e ranking IDH.</i>	77
Quadro 11: Atividades Produtivas Dos COREDE da Fronteira Gaúcha.	80
Quadro 12: VAB Agropecuária percentual do Estado.	81
Quadro 13: VAB Indústria percentual Estado.	82
Quadro 14: VAB Serviços percentual do Estado.....	83
Quadro 15: VAB Industrial percentual da região funcional.	83
Quadro 16: VAB Público percentual do Estado.	84
Quadro 17: VAB Público percentual da região funcional.	84
Quadro 18: Percentual de atores nas assembleias do PED....	85
Quadro 19: Percentual de atores nas assembleias do PED....	88
Quadro 20: Potencialidades e problemas na gestão econômica.	94
Quadro 21: Potencialidades e problemas na gestão estrutural.	95
Quadro 22: Potencialidades na Gestão Social: Educação, cultura e lazer.	97
Quadro 23: Potencialidades da segurança.	99
Quadro 24: Potencialidades da saúde e assistência social.	100

Quadro 25: Potencialidades e problemas na gestão institucional.....	102
Quadro 26: Dimensões e estratégias.....	104
Quadro 27: Estratégias referenciais PED 2015-2030.....	106
Quadro 28: Problematização da estratégia 1.....	107
Quadro 29: Problematização da estratégia 2.....	108
Quadro 30: Problematização da estratégia 3.....	109
Quadro 31: Problematização da estratégia 4.....	110
Quadro 32: Problematização da estratégia 5.....	111
Quadro 33: Problematização da estratégia 6.....	112
Quadro 34: Problematização da estratégia 7.....	112
Quadro 35: Valores regionais compartilhados.....	114
Quadro 36: Vocação da região da Fronteira Oeste.....	115
Quadro 37: Visão estratégica.....	115
Quadro 38: Projetos regionais recebidos.....	116
Quadro 39: Projetos prioritários e respectivas estratégicas...118	
Quadro 40: Projetos hierarquizados assembleia Alegrete...119	
Quadro 41: Projetos do COREDE FO.....	119
Quadro 42: COREDE FO: Prioridade 1 – Infra estrutura hospitalar.....	123
Quadro 43: COREDE FO: Prioridade 2 – Apoio a agroindústria familiar.....	126
Quadro 44: COREDE FO: Prioridade 3 – Aquisi�o de equipamentos para fortalecimento do Agroturismo no Pampa e cria�o do Plano de Desenvolvimento Turístico Regional. ..	131
Quadro 45: COREDE FO: Prioridade 4 – Aquisi�o de Maquinário.....	137
Quadro 46: COREDE FO: Prioridade 5 – Plano Regional de Eficiência Energética.....	141
Quadro 47: COREDE FO: Prioridade 6 – Programa Regional de forma�o de gestores públicos em ambiente digital.....	143
Quadro 48: COREDE FO: Prioridade 7 - Financiamento de projetos de energia sustentável.....	146

Quadro 49: COREDE FO: Prioridade 8- criação de estâncias hidrotermais.....	148
Quadro 50: COREDE FO - Prioridade 9: Organização de exposições, feiras de produtos para integração comercial regional.....	150
Quadro 51: COREDE FO - Prioridade 10 Criação e apoio às Cooperativas Regionais de Produtores.	153
Quadro 52: COREDE FO. Criação de Fundo Regional para financiamento mútuo.	156
Quadro 53: COREDE FO. Estruturação de Parque Eólico.	158
Quadro 54: COREDE FO. Clínicas Escolas Regionais.	159
Quadro 55: COREDE FO. Apoio financeiro para as Guardas Municipais.....	162
Quadro 56: COREDE FO. Designação De Maior Efetivo Policial Para Região.....	164
Quadro 57: COREDE FO. Promover, incentivar e atrair profissionais da área da saúde para atuar nas cidades da região.	166
Quadro 58: COREDE FO. Apoio a agroindústria da Pecuária Familiar da Fronteira Oeste.....	168
Quadro 59: COREDE FO. Apoio a Agricultura Familiar. ..	169
Quadro 60: COREDE FO. Apoio Ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.....	172
Quadro 61: COREDE FO. Aquisição de veículos.	175
Quadro 62: COREDE FO. Projeto asfaltamento de vias urbana.....	177
Quadro 63: COREDE FO. Projeto asfaltamento de vias urbana.....	179
Quadro 64: Grupo de Trabalho acompanhamento do PED 2015-2030.	182

LISTA DE ABREVIATURAS

COREDE- Conselho Regional de Desenvolvimento

COREDE FO - Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste

CORSAN - Companhia Rio-grandense de Saneamento

FEE- Fundação de Economia e Estatística

IBEGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB- Índice de desenvolvimento da Educação Básica

INEP- Instituto Educacional de pesquisas Anísio Teixeira

IDESE- Índice de desenvolvimento socioeconômico

IDHM- Índice de desenvolvimento Humano

PIB- Produto Interno Bruto

SEPLAN- Secretaria de Planejamento

UTI- Unidade de Terapia Intensiva

APRESENTAÇÃO

UM GRANDE PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA UMA GRANDE REGIÃO.

Ao consolidarmos a etapa de montagem deste Plano Estratégico de Desenvolvimento, no primeiro semestre do ano de 2017, não damos por encerrado nossa jornada de planejamento, ao contrário, damos início a fase de execução do que foi planejado, que é tarefa tão ampla e dura quanto foi o edificar deste prestimoso instrumento de planejamento.

Ao contemplar a grande região da Fronteira Oeste, que representa 17,2% da área do estado, mas apenas 5% da população do mesmo, identificando através dos projetos propostos as necessidades básicas da população, damo-nos conta de que são inúmeros os desafios que temos pela frente, contudo inúmeros são também os recursos que abundam nestes pagos.

A Fronteira Oeste possui terras produtivas e um manancial hídrico invejável, bases importantes para um desenvolvimento integrado e diversificado, através de novas tecnologias, que como resultado aumentem os índices de emprego na cidade e no campo.

Neste contexto é fundamental que o Estado e a União, disponibilizem políticas públicas, capazes de promover o desenvolvimento regional, incentivando com crédito a juros, compatíveis com a atividade produtiva, estradas em condições de escoar a produção e apoio as universidades e instituições públicas da região. Estão de parabéns a Equipe Técnica do PED 2015/2030 que elaborou a parte técnica deste trabalho e também a Diretoria Executiva do COREDE -FO, que foi fundamental para a articulação e mobilização para a realização das várias reuniões nos 13 municípios abrangidos.

Desejamos que a comunidade da Fronteira Oeste receba este PED 2015/2030 como um marco que deverá servir de guia mínimo para os próximos anos.

Um bom desenvolvimento para todos.

Eng. Hildebrando Santos dos Santos
Presidente

INTRODUÇÃO

Um dos efeitos da globalização é o acirramento da competitividade pelos mercados. Isso faz com que os setores da economia, cada um a seu modo, produzam dinâmicas de ajustes que interferem na vida das pessoas e no desenvolvimento das regiões.

De posse deste conhecimento, muitos setores da sociedade vêm travando sérias lutas, ao longo da história, para instrumentalizar democraticamente as pessoas a fim de que possam interferir de algum modo nestes efeitos.

Assim, a efetiva busca por ações, que culminem em resultados, que elevem os indicadores de desenvolvimento das regiões, tornaram-se não só preocupação de gestores públicos, atores políticos e empresários, mas principalmente das pessoas que percebem a importância deste tema.

Neste contexto, cabe ressaltar o papel dos COREDE que são por sua natureza jurídica, instâncias que nasceram desta ânsia em se fazer representar pelos indivíduos organizados da sociedade. Para além disso, é de responsabilidade regimental desses conselhos o fomento do planejamento e articulação de variáveis que possam vir a alavancar o Desenvolvimento Regional.

Para que possamos realmente produzir alguma interferência em quaisquer que sejam os indicadores que pretendemos aperfeiçoar, é preciso medir o atual desempenho e, a partir disso, traçar ações que possam potencializá-los.

Entretanto, para que esse objetivo se efetive é preciso planejar ações de interferência. Assim como é necessário se ter um plano, com parâmetros elementares que sirvam de guia para as previsões e reflexões que com certeza far-se-ão necessárias para a constituição das agendas de desenvolvimento do COREDE FO.

Neste sentido, a elaboração de um Planejamento Estratégico para o COREDE FO é uma condição fundamental para o início de um conjunto de ações que possam vir a culminar com a melhoria dos indicadores regionais. Além do mais, conforme as regras acordadas no Convênio nº 1636/2015 entre o Governo do Estado e o Fórum dos COREDE, observa-se que as consultas populares, antes elaboradas e ofer

pelas secretarias de governo, serão doravante copiladas dos portfólios de projetos dos Planos Estratégicos dos 28 COREDE.

No caso específico do COREDE FO, os desafios relacionados ao desenvolvimento perpassam por inúmeras variáveis, desde a histórica falta de investimentos de infraestrutura nesta região, até a própria gênese territorial conflituosa e bélica deste espaço limítrofe com dois países. Além do mais, um Plano Estratégico Regional não se trata de uma Plano de Negócios Empresarial, nem outro instrumento de planejamento que baste simplesmente para traçar suas diretrizes, algumas reuniões de diretoria. Pelo contrário, o grande desafio é justamente conseguir um grau de articulação regional que culmine em um plano minimamente compartilhado.

O desenvolvimento de um território com fortes características de fronteira, carece de um levantamento de dados específicos e de uma análise à luz de categorias específicas, que deem conta de contemplar ao máximo, as complexas relações e a variada gama de atores que atuam sobre o território fronteiriço, pois pensar em fronteira é pensar o espaço, o qual é construído pelas relações que nele se desdobram.

Na Fronteira Oeste, fundem-se identidades a partir dos tipos humanos que ali se originaram bem como suas cultura. Temos como peculiaridades regionais as missões, o pampa, a fronteira, os imigrantes. Enfim uma região com inúmeras potencialidades, contudo com enormes desafios.

Faz-se necessário que exista uma conjuração de esforços a fim de que os esforços regionais possam vir a ser debatidos mais amplamente e se tornem de conhecimento de todos, para que possamos colocar em prática ações e projetos que venham a potencializar as condições de vida das pessoas que moram na região.

No entanto, para que isso ocorra é necessário um plano, uma proposta ampla, que possa ser ao mesmo tempo efetiva e maleável a ponto de que possamos ao executá-la, também reavaliá-la e torná-la mola mestra para as articulações e interações regionais.

CAPÍTULO I

O presente capítulo tem por objetivo explicitar o processo de planejamento que culminou com a íntegra deste documento, que tem por objetivo final atualizar o Plano estratégico do COREDE FO.

1 PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

Um plano estratégico é um documento que contemporiza diagnóstico, prognóstico e ações a serem implementadas, considerando aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos, éticos, culturais, territoriais, entre outros.

Visa à identificação de aspectos internos positivos (fortalezas) e aspectos internos negativos (fraquezas) também, aspectos externos positivos (oportunidades) e aspectos externos negativos (ameaças), para desta forma as regiões proporem estratégias e ações para o desenvolvimento.

Deve ser também um arcabouço de informações e indicações para os COREDE'S e para as instituições, de todas as escalas de atuação, sejam elas federais, estaduais, municipais ou de iniciativa privada. Para que desta maneira possam fomentar o desenvolvimento regional.

Entretanto, o mesmo deve conter um mínimo banco de dados referencial, algumas análises conjunturais setoriais, um bom plano de gestão participativa, monitoramento constante de sua execução, compartilhamento e familiarização com os diversos atores regionais e principalmente com informações atualizadas anualmente.

1.1 Objetivos Do Plano

Atualizar e ampliar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE FO de acordo com os termos especificados no Plano de Trabalho Ampliado e seguindo as Diretrizes e Referências para a implementação da atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, estabelecidas no Anexo II do Convênio com o Fórum dos COREDE, nº 1636/2015.

1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste plano são:

- 1) Atualizar e ampliar a base de dados regionais, anteriormente elaborada e divulgada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE FO, de 2010, tendo como base os Perfis Socioeconômicos dos 28 COREDE'S, elaborados pela SEPLAN em 2015.
- 2) Definir uma visão de futuro e ações estratégicas que apontem para o desenvolvimento e para a sustentabilidade regional.
- 3) Buscar as estratégias de desenvolvimento do COREDE FO para determinação dos propósitos globais permanentes que servirão como base para realização do planejamento estratégico.
- 4) Identificar, em conjunto com a comunidade regional, os principais condicionantes, problemas e potencialidades setoriais e regionais, a partir da participação de diferentes atores sociais na construção e operacionalização de políticas de desenvolvimento regional.
- 5) Elaborar uma carteira/lista de projetos hierarquizada, contendo objetivos, justificativas, escopo, órgãos intervenientes, cronograma e estimativas de recursos.
- 6) Estimular e valorizar o desenvolvimento do capital social e da identidade regional, a partir da indicação de projetos estruturantes, de acordo com o perfil histórico da região, das potencialidades atuais, de novas oportunidades e de possibilidades de interação com outras regiões do estado.
- 7) Qualificar o processo de participação das regiões no planejamento e orçamento governamental.
- 8) Elencar a visão estratégicas regional, composta por visão, valores e vocações.
- 9) Definir as estratégias regionais (problemas, objetivos, alternativas, justificativas, decisões, ações).
- 10) Propor grupo de projetos visando o atendimento de cada umas das estratégias.
- 11) Propor modelo de gestão para efetivar o PED 2015-2030.

1.3 Abrangência Do Plano

O presente plano pretende traçar as principais diretrizes para o COREDE FO para os próximos quinze anos. No entanto, sabe-se que em virtude da volatilidade dos cenários econômicos e políticos, tanto de âmbito nacional quanto internacional, faz-se necessário que periodicamente as diretrizes, as metas e os objetivos sejam revisados a fim de medir e ajustar os rumos conforme os objetivos até então alcançados.

1.4 Explicitação da Metodologia

A elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento teve como ponto de partida, a elaboração de um conjunto de diretrizes apresentadas ao longo deste trabalho, cuja metodologia teve como base as especificações contidas no Convênio nº 1636/2015 citado na introdução, e também foi considerada a metodologia utilizada, no processo de elaboração dos planos estratégicos dos COREDE'S em 2010, cuja atualização é objeto desse convênio.

A metodologia adotada para o processo de atualização/elaboração do plano estratégico do COREDE FO teve por base aquela definida como orientadora do processo de elaboração dos planos estratégicos em 2009/2010, estruturada pela CEPAL, mais especificamente a versão e que se encontra adaptada e publicada no capítulo “Detalhamento de um modelo de planejamento estratégico territorial” em Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional dos autores Sérgio Luís Allebrandt, Pedro Luís Büttendebender e Dieter Rugard Siedenberg, para uma melhor aplicação das metodologias propostas por estes autores, o Fórum dos COREDE'S proporcionou treinamento específico sobre o tema.

Em síntese, as etapas que compreendem este PED 2015/2030 estão elencadas abaixo:

- 1) Plano de Trabalho Ampliado, elaborado pelo COREDE FO;
- 2) Diagnóstico e Relatório de Avaliação;
- 3) Relatório de Propostas;
- 4) Plano Estratégico Consolidado, PED 2015/2030.

A **primeira etapa**, foi a elaboração do chamado Plano de Trabalho Ampliado, esta etapa foi realizada pela Diretoria Executiva do COREDE FO e garantiu o recebimento dos recursos para a inicialização da construção do PED.

Para a execução da **segunda etapa**, Diagnóstico Técnico e Relatório de Avaliação, o COREDE FO contou com o apoio da Equipe Técnica, que elaborou seu diagnóstico regional a partir dos dados secundários oriundos de fontes indicadas pelo convênio e outras já existentes sobre a região, este diagnóstico subsidiou as Assembleias Públicas Municipais.

Na etapa descrita acima, foram realizadas 13 Assembleias Públicas Municipais, uma em cada um dos municípios da Fronteira Oeste e que contaram com a participação de mais de 1.400 pessoas ao todo. Nestas assembleias foram construídas as reflexões e os acordos que culminaram com as atualizações das Matrizes FOFA constantes neste documento, e que foram retificadas em uma assembleia ampliada que ocorreu no dia 12 de junho de 2016 com a presença de 101 pessoas.

Com relação a **terceira etapa**, foram solicitados aos municípios da região da Fronteira Oeste que enviassem projetos para que fossem incorporados ao PED 2015/2030, desde que possuíssem alinhamento estratégico com os elementos constantes nas Matrizes FOFA, os projetos recebidos foram hierarquizados em Assembleia Regional Ampliada, ajustados e incorporados a este documento.

A **quarta etapa** constituiu-se da formatação, revisão, finalização e impressão deste documento e dos anexos e apêndices nele contidos. Com relação ao PED 2015/2030 propriamente dito, a fase de Diagnóstico Técnico e Relatório de Avaliação deu início aos trabalhos de campo de maneira efetiva.

Apresenta-se abaixo quadro com as respectivas datas, locais e número de participantes, nas Assembleias Públicas Municipais referentes a segunda fase do PED 2015/2030, realizadas no COREDE Fronteira Oeste.

Quadro 1: Assembleias Públicas Municipais – II Etapa:

Data:	Local:	Número de participantes:
21/5/2016	Barra do Quaraí	58
1/6/2016	Quaraí	34
2/6/2016	Santa Margarida do Sul	31
2/6/2016	São Gabriel	246
3/6/2016	Uruguiana	394
3/6/2016	Rosário do Sul	201
6/6/2016	Itaqui	66
7/6/2016	Itacurubi	46
7/6/2016	São Borja	166
10/6/2016	Manoel Viana	48
10/6/2016	Alegrete	137
11/6/2016	Santana do Livramento	45

Fonte: Elaboração Equipe Técnica PED 2015/2030.

Também foram criados alguns canais de comunicação, além dos já utilizados pelo COREDE FO e das Assembleias Públicas Municipais, das Assembleias Regionais Ampliadas, Esses consistem em uma página no facebook com os conteúdos das reuniões e espaço reservado para sugestões e críticas.

Aproveitando a mobilização das Assembléias regionais ampliadas, foram realizadas algumas entrevistas com atores regionais presentes na mesma, a entrevista ocorreu de forma espontânea e buscou capturar os detalhes da perspectiva do entrevistado sobre as dinâmicas do Corede FO.

Foi enviado para todos os e-mails válidos das listas de presença das assembleias, o que se abordou nos encontros e a relação quantitativa da participação popular no processo de planejamento estratégico regional.

Cabe destacar o desafio e a dificuldade que é a o deslocamento no território de abrangência do COREDE FO. Uma vez que, além das grandes distancias entre as localidades, as condições físicas das estradas dificultam a vida de quem necessita transitar entre os municípios da região, seja pela demora no deslocamento, seja pelo custo de manutenção dos veículos e equipamentos de transporte, sendo que isso acaba por se tornar um problema a mais para o processo de desenvolvimento regional.

A escassez de recursos tecnológicos também se faz evidente, e em destaque a péssima qualidade dos sinais de celulares e internet em alguns dos municípios visitados.

Além disso, é necessário salientar que avaliando as listas de presença, fica visível a necessidade de uma maior mobilização regional por parte dos gestores municipais, a fim de incentivar a participação de setores que não se fizeram presentes na realização da metodologia proposta, visto que estão faltando a representação de alguns atores importantes para as definições do plano. Contudo, é preciso ressaltar o bom nível de interação e participação das pessoas presentes nas Assembleias Municipais, tanto das autoridades quanto do público em geral.

Com relação a Etapa 3 do PED 2015/2030, observa-se o Quadro 2, com as respectivas datas, locais e número de participantes as assembleias municipais realizadas. Nesta etapa percebeu-se um esvaziamento maior das plenárias. Para alguns presentes arguidos informalmente pela Equipe Técnica do PED 2015/2030, o fator principal do esvaziamento é o período das eleições municipais, que coincidiram com a elaboração do PED. Esta troca de governo, cria um vácuo de atuações entre os governos e o COREDE FO.

Quadro 2: Assembleias municipais realizadas no COREDE FO para a Etapa III.

Data:	Local:	Número de participantes:
15/6/2016	Uruguaiana	102
12/8/2016	Santana do Livramento	24
16/02/2017	Alegrete	43

07/03/2017	Uruguaiana	50
13/03/2017	Porto Alegre	2
24/03/2017	São Borja	29

Fonte: Elaboração Equipe Técnica do PED 2015/2030.

As assembleias descritas no quadro 1, dizem respeito as temáticas do Etapa III, e foram divididas respectivamente em:

- A) Assembleia em Uruguaiana dia 15/06/2016 – Referenciais estratégicos (Estratégias prioritárias, visão, valores e vocação);
- B) Assembleia Santana do Livramento dia 12/08/2016 – Prestação de contas e apresentação do Produto II finalizado e informe sobre a carteira de projetos;
- C) Assembleia Alegrete 16/02/2017 – Chamada dos projetos a serem enviados pelas entidades da região;
- D) Assembleia em Uruguaiana 07/03/2017 – Apresentação dos projetos enviados e solicitação de correções por parte da equipe técnica;
- E) Reunião de trabalho em Porto Alegre – Equipe técnica do COREDE FO e COREDE CAMPANHA, definição de projetos por região funcional e formação do modelo de gestão;
- F) Seminário Regional de Planejamento Estratégico COREDE FO – Espaço de fomento e problematização sobre o PED 2015-2030 e seus desafios.

Importante salientar que as assembleias foram realizadas de maneira democrática pela Diretoria Executiva do COREDE FO juntamente com a Equipe Técnica do PED 2015/2030, os diálogos foram conduzidos de forma aberta, onde todos puderam ter a oportunidade de manifestar suas opiniões. Os dados e informações utilizados pela equipe técnica na confecção dos quadros e tabelas advém das decisões das assembleias e dos debates públicos nelas efetuados.

Sinteticamente, o Produto III consistiu-se de seis fases distintas, sendo que começou com a seguinte sequencia: 1) Definição das sete estratégias prioritárias; 2) definição dos referenciais estratégicos (visão, valores e vocação); 3) chamada de projetos regionais; 4) priorização e hierarquização de projetos; 5) ajuste dos projetos com a RF6 (quadro 4) e o com COREDE CAMPANHA; 6) Modelo de gestão do PED 2015-2030. A Etapa IV, representa a finalização e impressão deste

documento denominado PED 2015/2030, e servirá como referência e complemento para o Planejamento de Desenvolvimento Estratégico da Fronteira Oeste.

Figura 1: Atores estratégicos de PED 2015-2030.



Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

CAPÍTULO II

2 DIAGNÓSTICO TÉCNICO

De acordo com a metodologia apresentada, seguem expostos abaixo um conjunto de elementos que configuram o diagnóstico técnico, cuja pretensão não é o de esgotar as análises para o planejamento estratégico do COREDE FO 2015/2030. Ao contrário disso, pretende ser um elemento a mais de fomento a discussão e análise sobre o desenvolvimento da região da Fronteira Oeste, bem como representa as pautas da etapa de debates promovidos nas Assembleias Gerais do COREDE FO no período de desenvolvimento deste Plano Estratégico de Desenvolvimento.

As informações constantes nesta etapa, foram retiradas das bases de dados mencionadas nas referências bibliográficas e inspiradas em outros estudos anteriormente já realizados, tais como: Rumos 2015, o Pró RS, Agenda 2020, Pacto pelo Rio Grande, RS 2030 – Agenda de Desenvolvimento Territorial e os Perfis Socioeconômicos do RS, elaborados em 2015 pela Secretaria do Planejamento do RS, além de inúmeros pesquisadores que produzem análises a fim de contribuir para uma interpretação das dinâmicas socioterritoriais que ocorrem no espaço fronteiro do Rio Grande do Sul.

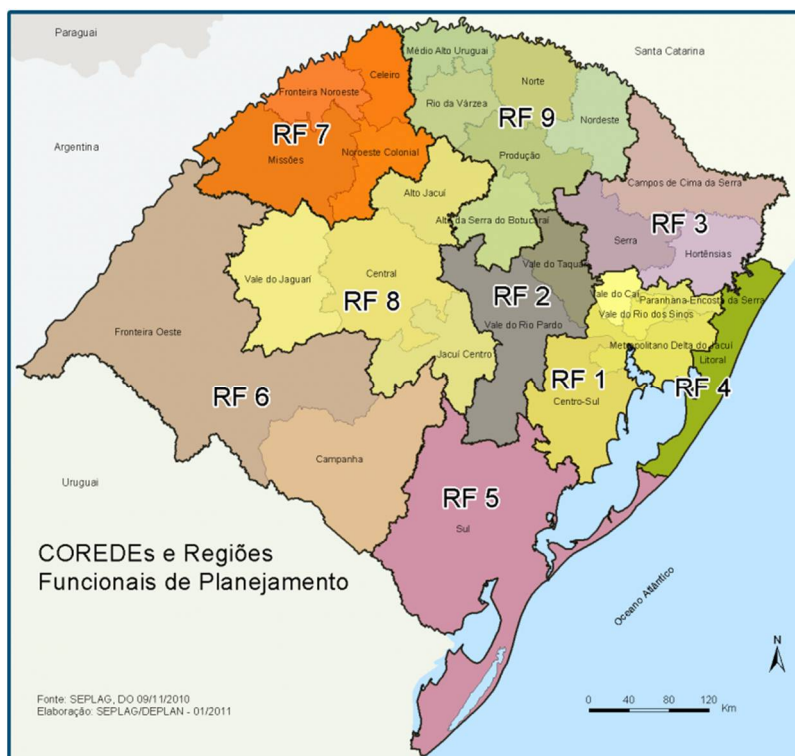
Os diagnósticos serviram para a construção do debate sobre a atualização e ou manutenção dos elementos que compõem a Matriz FOFA e suas repercussões para o plano.

2.1 Caracterização Da Região

Dos variados recortes dos quais poderíamos observar a região da Fronteira Oeste, toma-se por opção metodológica, o sistema de organização dos COREDE, e as chamadas Regiões Funcionais de Planejamento do Governo do Rio Grande do Sul propostas pelo Rumos

2015¹, neste aspecto, pertence a denominada Região Funcional 6 - Campanha e Fronteira Oeste, conforme a Figura 1.

Figura 2: COREDE e Regiões Funcionais de Planejamento.



Fonte: SPGG/Atlas Socioeconômico do Estado do RS

A Região Funcional 6, contém em si a totalidade de municípios que abrange os COREDE FO e COREDE Campanha, sendo que por força deste olhar, ambos COREDE'S precisam buscar formas de articulação entre si no que tange as práticas de planejamento, não só

¹ Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/rumos-2015>>. Acesso em maio. 2017.

pelo fato de serem lindeiras mas também pelo fato de possuírem características e resultados em comum como por exemplo o aspecto fronteiriço, a grande extensão de área, os problemas sérios de infraestrutura e a categorização como sendo os COREDE com os dois menores índices de investimento por parte das esferas governamentais segundo análise do Rumos 2015.

Quadro 3: Municípios que abrangem a região funcional 6 dos COREDE RS.

COREDE FO:	COREDE Campanha:
<i>Alegrete;</i>	<i>Aceguá;</i>
<i>Barra do Quaraí;</i>	<i>Bagé;</i>
<i>Itacurubi;</i>	<i>Caçapava do Sul;</i>
<i>Itaqui;</i>	<i>Candiota;</i>
<i>Maçambará;</i>	<i>Dom Pedrito;</i>
<i>Manoel Viana</i>	<i>Hulha Negra;</i>
<i>Quaraí;</i>	<i>Lavras do Sul.</i>
<i>Rosário do Sul;</i>	
<i>Santa Margarida do Sul;</i>	
<i>Santana do Livramento;</i>	
<i>São Borja;</i>	
<i>São Gabriel;</i>	
<i>Uruguaiana.</i>	

Fonte: Elaboração Técnica do PED 2015/2030.

A Região Funcional 6, tem por característica ser a região com mais Cidades Gêmeas do Rio Grande do Sul. Esta categorização, Cidades Gêmeas, é um conceito criado pelo Ministério da Integração, oficializado em 2014, como meio de denominar regiões com alto potencial de desenvolvimento integrado². Em virtude de sua localização estratégica com a Argentina e o Uruguai, a Região Funcional 6 faz parte

² Disponível em: <<http://www.mi.gov.br>>. Acesso em maio. 2017.

do chamado Arco Sul, categoria estabelecida no Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) de 2009.

Este aspecto fronteiriço tem sua importância estratégica confirmada através de estudos como o Perfil Socioeconômico do COREDE FO elaborado em 2015 pelo Departamento de Planejamento Governamental, vinculado a Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional³, hoje Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).

A Região integra a chamada Faixa de Fronteira⁴, que compreende uma área contínua de 150 quilômetros, do lado brasileiro, a partir da linha de fronteira. [...], nessa faixa, a condição fronteiriça desse COREDE apresenta uma série de oportunidades de integração econômica e de infraestrutura com os atores do país vizinho. Um dos fatores de maior importância reside na presença de cidades-gêmeas⁵, que

³ O diagnóstico e a análise situacional técnico utiliza trechos com transcrições literais do Perfil Socioeconômico da Fronteira Oestes (SEPLAN/DEPLAN, 2015) elaborado pela Secretaria do Planejamento do Estado como subsídio à elaboração dos Planos Estratégicos.

⁴ A Faixa de Fronteira, de acordo com § 2º do art. 20 da Constituição Federal, corresponde a uma área de até 150 km de largura, situada ao longo dos 15.719 km de fronteira do território brasileiro. No Rio Grande do Sul, abrange áreas que fazem divisa com a Argentina e o Uruguai que, juntamente com Santa Catarina e Paraná, integram o chamado Arco Sul da fronteira do Brasil. A definição é dada pela Lei Federal nº 6.634/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

⁵ Conforme definição dada pela portaria nº 125, de 21 de março de 2014, do Diário Oficial da União, serão consideradas cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

caracterizam a fronteira do Rio Grande do Sul. (SEPLAN, 2015, p. 8).]

No contexto situacional estratégico, deve se considerar que, das onze cidades gêmeas que se encontram no RS, seis estão situadas dentro no COREDE FO. Sendo assim, praticamente metade dos municípios pertencentes a este recorte estão vinculados diretamente a uma área fronteira e exposta a todas as dinâmicas internacionais peculiares as mesmas, que vão desde as variações de preços de itens de consumo a ameaça de contrabando e tráfico que são comuns em áreas internacionais de fronteira.

Os COREDE FO e Campanha, juntos, possuem vinte municípios que estão representados no Quadro 5, e que fazem parte, da já mencionada anteriormente, Região Funcional de Planejamento número 6.

Quadro 4: Quadro das Cidades gêmeas COREDE FO e RS.

Cidades Gêmeas COREDE FO:	Cidades Gêmeas outros COREDE:
Barra do Quaraí.	Aceguá / COREDE Campanha.
Itaqui.	Chuí / COREDE Sul.
Quaraí.	Jaguarão / COREDE Sul.
Santana do Livramento	Porto Xavier / COREDE Missões.
São Borja	Porto Mauá / COREDE Fronteira
Uruguaiana	Noroeste.

Fonte: Elaborado pela equipe técnica do PED 2015/2030.

O grande número de cidades gêmeas dentro do COREDE-FO faz com que haja o cruzamento de diversas práticas, tanto culturais, como econômicas, ou conforme define Pinto *et al. in* Perspectiva Geográfica (2016).

Quadro 5: Cidades gêmeas no RS.

Cidade:	Fronteiras:	COREDE:	R.F.:
Aceguá	Aceguá/Uruguai	Campanha	RF6
Barra do Quaraí	Bella Unión/Uruguai Monte Caseros/Argentina	FO	RF6
Chuí	Chuy/Uruguai	Sul	RF5
Itaqui	Alvear/Argentina	FO	RF6
Jaguarão	Rio Branco Uruguai	Sul	RF5
Porto Xavier	San Javier/ Argentina	Missões	RF7
Quaraí	Artigas/Uruguai	FO	RF6
Santana do Livramento	Rivera/Uruguai	FO	RF6
São Borja	Santo Tomé/Argentina	FO	RF6
Uruguaiana	Paso de los Libres/Argentina	FO	RF6

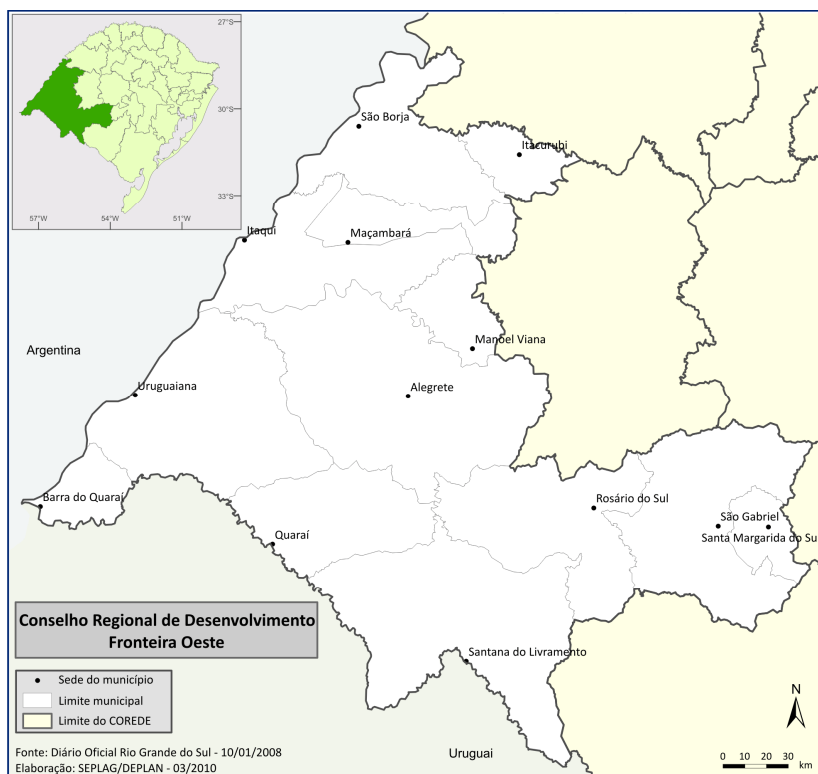
Fonte: Elaboração Equipe Técnica à partir dos dados do IBGE.

Quadro 6: Cidades gêmeas Brasil.

Cidades Gêmeas RS:	Cidades Gêmeas outros estados:
Rio Grande do Sul: Aceguá (RS), Barra do Quaraí (RS), Chuí (RS), Itaqui (RS), Jaguarão (RS), Porto Xavier (RS), Quaraí (RS), Santana do Livramento (RS), São Borja (RS), Uruguaiana (RS), Dionísio Cerqueira (RS) e Porto Mauá (RS);	Mato Grosso do Sul: Bela Vista (MS), Corumbá (MS), Mundo Novo (MS), Paranhos (MS), Ponta Porã (MS), Coronel Sapucaia (MS), Ponto Murtinho (MS); Acre: Assis Brasil (AC), Brasília (AC), Epitaciolândia (AC), Santa Rosa do Purus (AC); Paraná: Barracão (PR), Santo Antônio do Sudoeste (PR), Foz do Iguaçu (PR) e Guaíra (PR); Roraima: Bonfim (RR) e Pacaraima (RR); Amapá: Oiapoque (AP); Rondônia: Guarajá-Mirim (RO); Amazonas: Tabatinga (AM).

Fonte: Site do Ministério da Integração.

Figura 3: Municípios que abrangem o COREDE FO.



Fonte: SEPLAN/DEPLAN, 2015

Esta proximidade entre culturas diferentes, geram práticas socioculturais e produtivas, percebidas no cotidiano regional e ligadas aos processos de expansão e resistência as formas de colonização e adequação, impostas na região pelas transformações históricas. Na Fronteira Oeste pela proximidade com a Argentina, pode ser observado este cruzamento cultural principalmente em festas simbólicas religiosas e em práticas como a pesca artesanal e a ocupação de áreas verdes ao longo do Rio Uruguai.

2.1.1 Aspectos físico-naturais

A Fronteira Oeste é um território amplo e lindeiro com dois países, Argentina e Uruguai, seu espaço geográfico de abrangência também está oficialmente regionalizado como sendo a denominada mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, conforme a divisão político-administrativa do IBGE⁶.

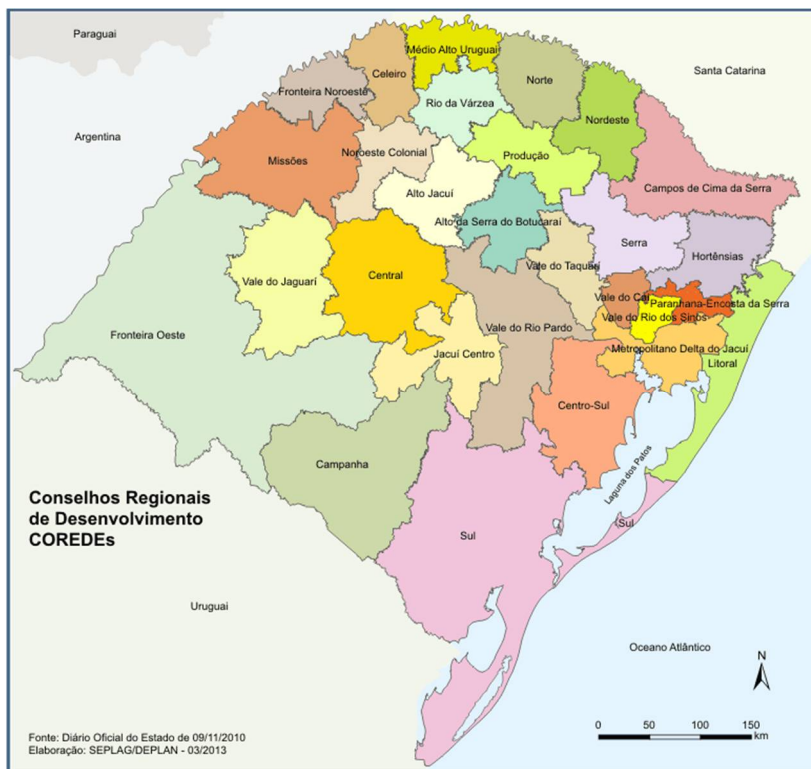
A Fronteira Oeste é a região de atuação do COREDE FO, que por esta configuração administrativa, estabelece fronteira ao norte com os COREDE'S Missões, Vale do Jaguari e Central. Ao Leste, COREDE Jacuí Centro e Campanha. Ao Sul, com a República Oriental do Uruguai e ao Oeste com a Argentina.

Ou seja, esta região tem em sua localização a característica natural de região de fronteira, que assim é designada em virtude de situar-se na divisa entre fronteiras territoriais. Conforme se observa na Figura 2 pode-se destacar a localização da região do COREDE FO.

Esta região do estado apresenta um tipo de vegetação denominada Pampa e localiza-se nas proximidades da fronteira do estado com o Uruguai e com a Argentina, ao sul e oeste. Os pampas, onde se localizam os municípios que compõem o COREDE FO têm como principal característica, a vegetação rasteira formada por gramíneas, com alguns arbustos e árvores (de pequeno porte).

⁶ Entende-se por **Mesorregião**, uma área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que ali se formou. Criadas pelo IBGE, são utilizadas apenas para fins estatísticos. Não se constituem em entidades político-administrativas autônomas. Disponível em: <http://www.ngb.ibge.gov.br/Default.aspx?pagina=divisao>. Acesso em: maio. 2017.

Figura 4: Conselhos Regionais de Desenvolvimento COREDE.

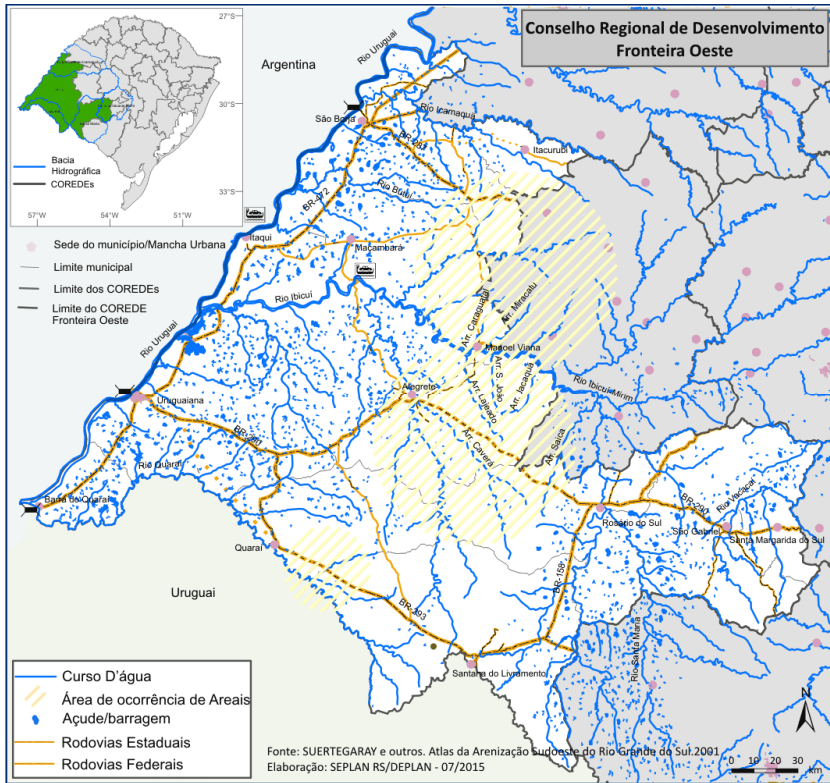


Fonte: SPGG/Atlas Socioeconômico do RS

O relevo da região da Fronteira Oeste do RS é levemente ondulado, sendo suas altitudes sempre inferiores a 500 metros. Destaca-se especificidades como o caso de Alegrete devido a intensa atividade na área da pecuária o que gerou o crescimento do que se denomina deserto dos pampas ou deserto de São João.

Há na região verões extremamente quentes, com temperaturas que chegam a 41° e chuvas excessivas, assim como fenômenos climáticos tipo vendavais e enchentes.

Figura 5: Mapa de localização das áreas de ocorrências de areais no COREDE Fronteira Oeste.

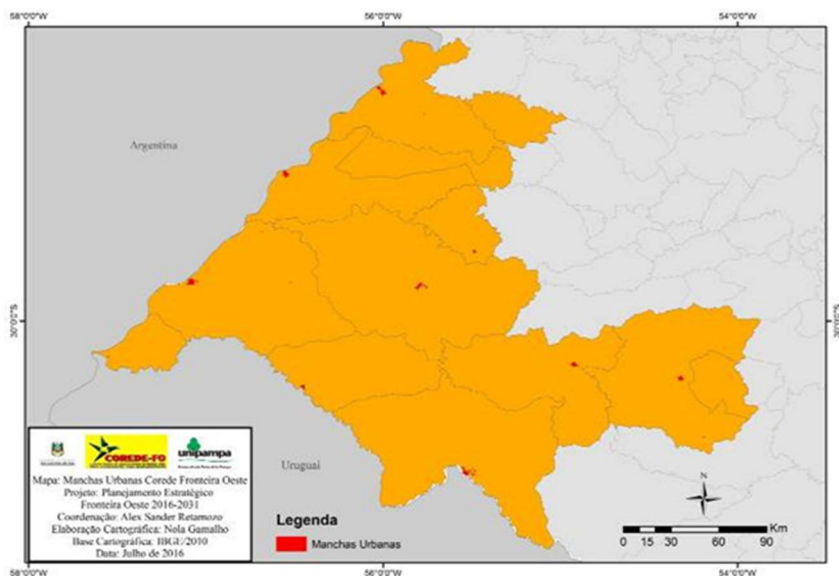


Fonte: SEPLAN/DEPLAN, 2015

Em relação ao clima a região da Fronteira Oeste apresenta clima subtropical temperado. Entretanto, convém ressaltar que em virtude das ações do homem, principalmente, no que se refere ao desejo de lucro momentâneo, já se observa algumas alterações e instabilidade em relação ao clima, que hoje não se apresenta tão definido como em épocas anteriores.

Outro aspecto bastante visível são as manchas urbanas. A figura a seguir nos mostra a grande área territorial deste COREDE, o maior em extensão territorial, aproximadamente 17% da área do estado, com sua população concentrada nos centros urbanos.

Figura 6: Manchas Urbanas – Fronteira Oeste.



A própria imagem elucidada a ocupação territorial urbana desta região, e o esvaziamento das áreas do entorno. Como hipótese a esse fenômeno, observa-se o esvaziamento das áreas rurais, pelos filhos e netos de pequenos produtores, mas também pela falta de oferta e geração de emprego que determinadas atividades agropastoris oferecem e que antes demandavam outras metodologias e mais mão de obra local.

Outro aspecto abordado pelos autores Pinto e Maurer (2014) diz respeito as raízes da formação e ocupação territorial neste território. Sendo região de antigos conflitos forjou população de caráter adaptado a fronteira e, com atividades centradas na expansão territorial e defesa do mesmo.

2.1.2 Aspectos históricos

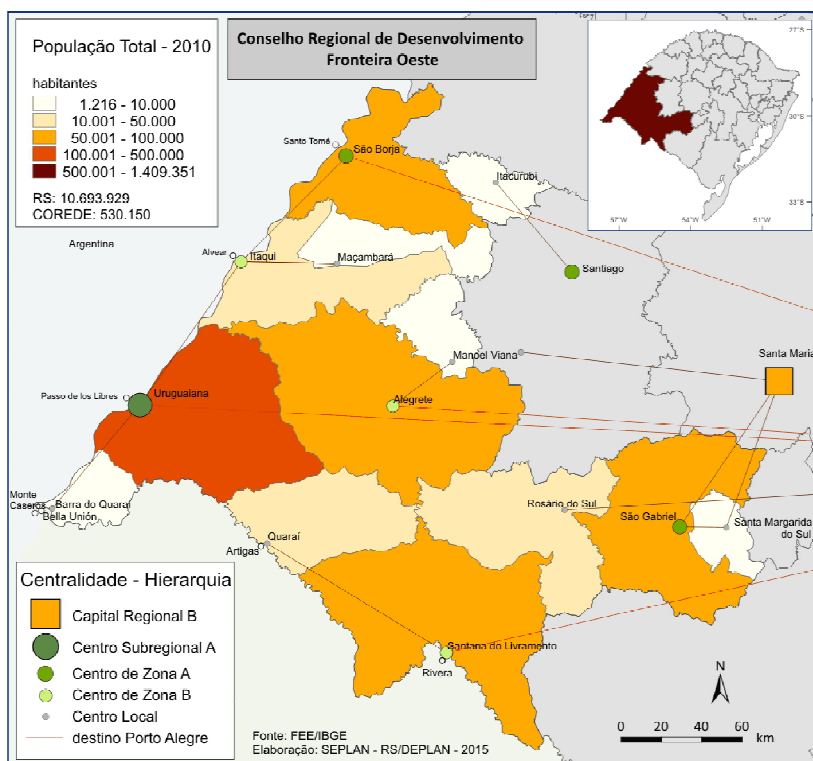
Muito tem sido produzido ao longo dos anos sobre a gênese histórica do Rio Grande do Sul, principalmente no que tange a sua parte mais antiga, nos primórdios denominada região do Tape, onde se encontram as regiões das Missões, Fronteira Oeste e Campanha. Especificamente a região da Fronteira Oeste faz parte do que se denomina Pampa Gaúcho, sendo que esta região do Rio Grande do Sul é reconhecida pela grande atividade no ramo da pecuária e cultivo de hábitos que remetem à identidade do gaúcho, uso do cavalo e trajés típicos. Além disso, agrega tradições oriundas de sua natureza de fronteira, sejam estas tradições locais mantidas pela resistência cultural e propagada pelo conhecimento popular, sejam pelas tradições trazidas pelos colonizadores e imigrantes que aqui se estabeleceram ao longo dos anos.

2.2 Dimensão Demográfica

Em 2010, o COREDE- FO, possuía uma população de 530.150 habitantes. Ele é o maior em extensão e tem a terceira menor densidade demográfica do Estado, com apenas 11 habitantes/km². Em 2010, o município de Uruguaiiana era o mais populoso, com 125.435 habitantes; em segundo lugar, apareciam São Gabriel, São Borja, Alegrete e Santana do Livramento, com populações entre 50 e 100 mil habitantes; em terceiro, Quaraí, Itaqui e Rosário do Sul, com populações entre 20 e 50 mil; e, por fim, Maçambará, Itacurubi e Santa Margarida do Sul possuíam populações abaixo de 10 mil habitantes. É um COREDE bastante urbanizado, pois 88,9% dos moradores vivem em áreas urbanas, e apenas 11,1%, em áreas rurais. Segundo estudo a Região possui um Centro Sub-Regional – Uruguaiiana –, cinco Centros de Zona – São Borja, São Gabriel, Alegrete, Itaqui e Santana do Livramento – e sete Centros Locais. As relações entre as cidades são muito baixas, com Uruguaiiana e os cinco Centros de Zona detendo ligação direta com Porto Alegre e, em alguns casos, dividindo a polarização com Santa Maria conforme aponta

estudo do do IBGE⁷.

Figura 7: Mapa da população total (2010) e hierarquia urbana (2007) no COREDE Fronteira Oeste.



Fonte: SEPLAN/DEPLAN – 2015

A ocupação inicial do território sul-rio-grandense é objeto de estudo de inúmeros pesquisadores, não vamos adentrar na explicação histórica desta região, muito embora seja um tema fundamental para compreender as reais potencialidades deste território, contudo, é necessário abordar que é um dos territórios habitados mais antigos do Brasil, visto que uma parte de seu território fez parte das chamadas Reduções Jesuíticas e seus campos foram palco de inúmeras batalhas contra nativos e posteriormente contra a coroa ibérica. Observa-se no

⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Regiões de Influência das Cidades.** (Rio de Janeiro. 2007). O estudo estabeleceu uma classificação dos centros de gestão. Segundo o estudo, “centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p. 83). Foram avaliadas variáveis identificando níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica, através de estudos complementares (com dados secundários) enfocando diferentes equipamentos e serviços – atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Após a identificação e hierarquização dos núcleos, foram pesquisadas as ligações entre as cidades, de modo a delinear as áreas de influências dos centros. Para os centros de gestão do território, essas ligações foram estudadas com base em dados secundários. Para as demais cidades foram pesquisados: 1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços, tais como, compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários. Uma vez delimitadas as Regiões de Influência, verificou-se que o conjunto de centros urbanos com maior centralidade – que constituem foco para outras cidades, conformando áreas de influências mais ou menos extensas – apresenta algumas divergências em relação ao conjunto dos centros de gestão do território. A etapa final consistiu na hierarquização dos centros urbanos, para a qual foram elementos importantes a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro. A hierarquização é definida por: **1. Metrôpole** – caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si. Em geral, possuem extensa área de influência direta. Subdivididas em três subníveis (Grande metrópole nacional, Metrôpole nacional e Metrôpole); **2. Capital Regional** – como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Também subdivididas em três subgrupos, conforme número de habitantes e relacionamentos; **3. Centro Sub-Regional** – centros com atividades de gestão menos complexas, têm área de atuação

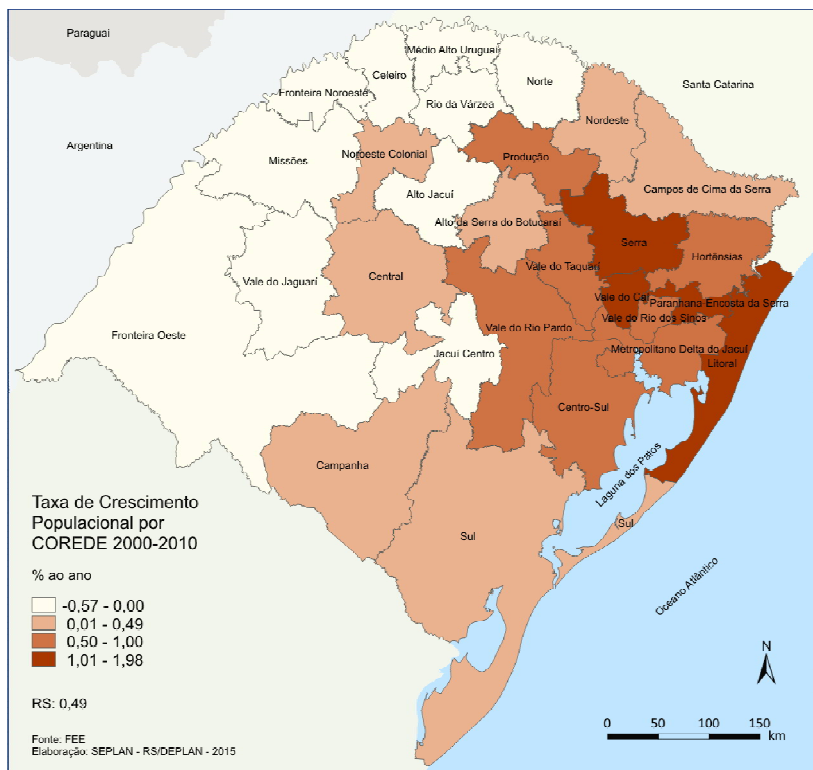
quadro a apresentação das cidades gêmeas do estado do RS, destacando-se aquelas que compõem COREDE-FO, do estado do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul, com uma taxa de crescimento populacional de 0,49% ao ano, foi o estado brasileiro cuja população teve o menor crescimento no período 2000-2010, e algumas regiões apresentaram diminuição em suas populações. Observa-se, no território gaúcho, uma área que ocupa a fronteira norte, noroeste e parte do sul que se caracteriza pelo esvaziamento populacional, principalmente do setor rural. Em oposição, verifica-se uma concentração populacional no leste do Estado⁸. O COREDE FO situado nessa região caracterizada por perdas populacionais, apresentou, no período 2000-2010, uma taxa média de crescimento de -0,43% ao ano, detendo a quarta menor taxa de crescimento entre os 28 COREDE'S. Quase todas as regiões do Estado, mesmo com taxas negativas, apresentaram crescimento em suas populações urbanas, exceto por esse COREDE, que foi o único que apresentou taxa negativa.

mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as metrópoles. Divididos em A e B também conforme número de habitantes e relacionamentos; **4. Centro de Zona** – cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata, exercem funções de gestão elementares. Igualmente divididos em A e B pelo mesmo critério; **5. Centro local** – cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

⁸ "Dentre as tendências observadas, destacam-se a redução populacional nas regiões de fronteira do Estado, o crescimento populacional nas proximidades da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e na região do Litoral, a migração populacional no sentido oeste-leste e a desconcentração, ainda incipiente, da renda *per capita* para além do eixo entre a Capital e a Serra gaúcha" In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã e Fundação de Economia e Estatística. **RS 2030**: Agenda de Desenvolvimento Territorial. Tendências Regionais: PIB, demografia e PIB *per capita*. Porto Alegre.

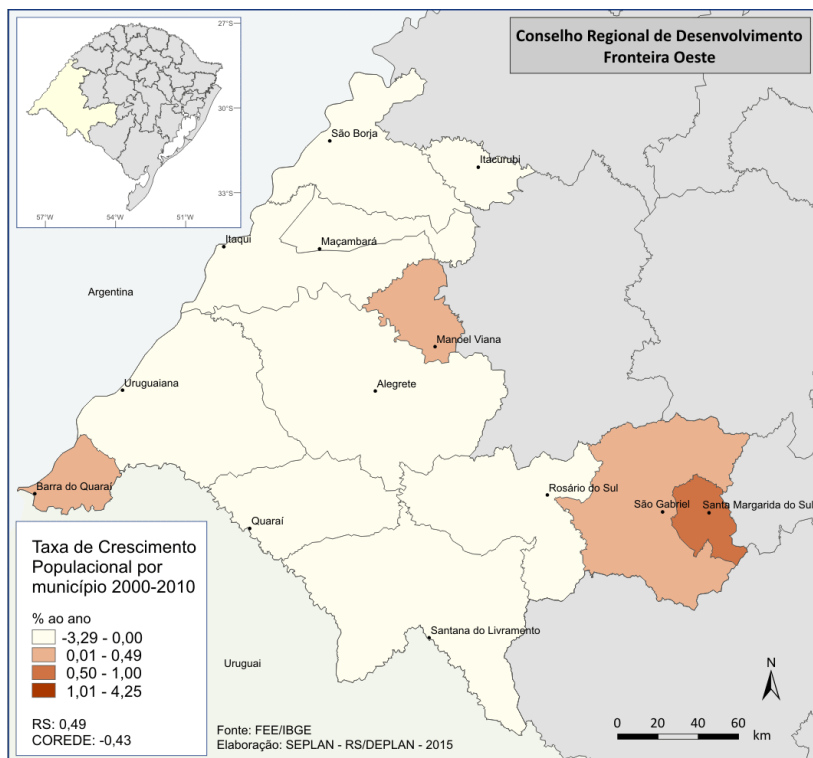
Figura 8: Mapa da Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, por COREDE 2000-2010.



Fonte: SEPLAN/DEPLAN - 2015

Em relação ao crescimento populacional dos municípios do COREDE, observa-se que dez apresentaram taxas negativas no período 2000-2010. Os valores variaram entre -0,12% a.a., em Uruguiana, e -0,96% a.a., em Santana do Livramento.

Figura 9: Mapa da Taxa média de Crescimento Populacional do COREDE Fronteira Oeste 2000-2010.



Fonte: SEPLAN/DEPLAN - 2015

Entre 2000 e 2010, quase todos os municípios, com exceção de Santana do Livramento e Barra do Quaraí, apresentaram diminuição de sua população rural. Outros tiveram perdas também de população urbana: Barra do Quaraí, Uruguaiana, Quaraí, Rosário do Sul, São Borja, Itaquí, Alegrete e Santana do Livramento tiveram perdas populacionais urbanas que variaram entre -0,09% a.a. e -0,96% a.a., o que reflete o baixo dinamismo econômico dos centros urbanos da Região.

Os dados de migração, pesquisada pelo Censo de 2010⁹⁹, indicam o número de pessoas de cinco anos ou mais que não residiam no município em 2005, informando a entrada e saída de habitantes no período 2005-2010. O COREDE teve um saldo negativo, confirmando os dados relativos à diminuição de crescimento da Região. Apenas os pequenos municípios de Maçambará, Santa Margarida do Sul e Itacurubi apresentaram saldo positivo. Em relação ao comportamento da população por faixas etárias, o COREDE segue o padrão estadual. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o Estado vem sofrendo uma mudança na sua estrutura etária, ocorrendo uma menor proporção de crianças e jovens e uma maior participação de adultos e idosos na composição da população. Fatores como a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida contribuem para esse fenômeno. O Rio Grande do Sul possui a menor taxa de fecundidade e a quarta maior expectativa de vida entre os estados do Brasil.

No período 2000-2010, o COREDE Fronteira Oeste manteve esse padrão para as faixas de 0 a 14 anos e mais de 65 anos, com a primeira sofrendo uma diminuição de 21%, e a segunda, um incremento de 31%. Na faixa de 15 a 65, que representa a População Economicamente Ativa (PEA), o COREDE apresentou uma considerável diminuição de 1% que, somada aos dados de migração supracitados, nos sugerem o abandono da população em busca de oportunidades de trabalho e estudo fora da Região.

⁹⁹No Censo Demográfico 2010, foi investigado o local de nascimento; o tempo de moradia no município, na Unidade da Federação e no Brasil; o município, a Unidade da Federação ou o país estrangeiro de residência anterior; além do município e Unidade da Federação ou do país estrangeiro em que o indivíduo morava cinco anos antes da data de referência do Censo. Portanto, foi possível verificar a população de cinco anos ou mais de idade que, em 31/07/2010, residia no município, e, em 31/07/2005, residia em outro município (entrada), além da população de cinco anos ou mais de idade que, em 31/07/2005, residia no município, e, em 31/07/2010, residia em outro município (saída).

Quadro 7: Municípios da Fronteira Oeste e suas configurações.

Município	Área atual (Km ²)	População estimada (2016)	Distância da capital (Km)	IDHM (2010)
Alegrete	7.803,954	78.244	497	0,740
Barra do Quaraí	1.056,143	4212	709	0,662
Itacurubi	1.120,874	3.552	513	0,657
Itaqui	3.404,037	39.049	680	0,713
Maçambará	1.682,820	4.814	590	0,684
Manoel Viana	1.390,696	7.372	468	0,655
Quaraí	3.147,632	23.555	595	0,704
Rosário do Sul	4.369,649	40.750	384	0,699
Santa Margarida do Sul	955,299	2.507	301	0,663
Santana do Livramento	6.950,354	82.261	489	0,727
São Borja	3.616,019	62.897	594	0,736
São Gabriel	5.023,821	62.874	321	0,699
Uruguaiana	5.715,763	129.720	649	0,744

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE, disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>.

Ao observarmos os dados relacionados à região da Fronteira Oeste, notamos que alguns aspectos se destacam já em um primeiro olhar, dentre estes está a distância dos municípios que fazem parte deste recorte para com a capital política do Estado: somente três dos municípios partícipes estão a menos de 400 km da capital Porto Alegre.

Outro dado interessante é que houve um crescimento populacional desproporcional nos 13 municípios que integram esta região, sendo que enquanto alguns apresentaram leve crescimento populacional outros apresentaram perda de população entre 2010 e 2014 e as projeções do IBGE em relação a número de habitantes não se confirmaram.

Além disso, se dividirmos a área total do Rio Grande do Sul que é 281.731,445 Km² pelo número de regiões funcionais que é 9, igualmente, obteríamos um resultado aproximado de 31.303 km²,

a região da Fronteira Oeste sozinha, soma 46.237,061 km², ou seja aproximadamente 17% do território do estado.

2.3 Dimensão Ambiental

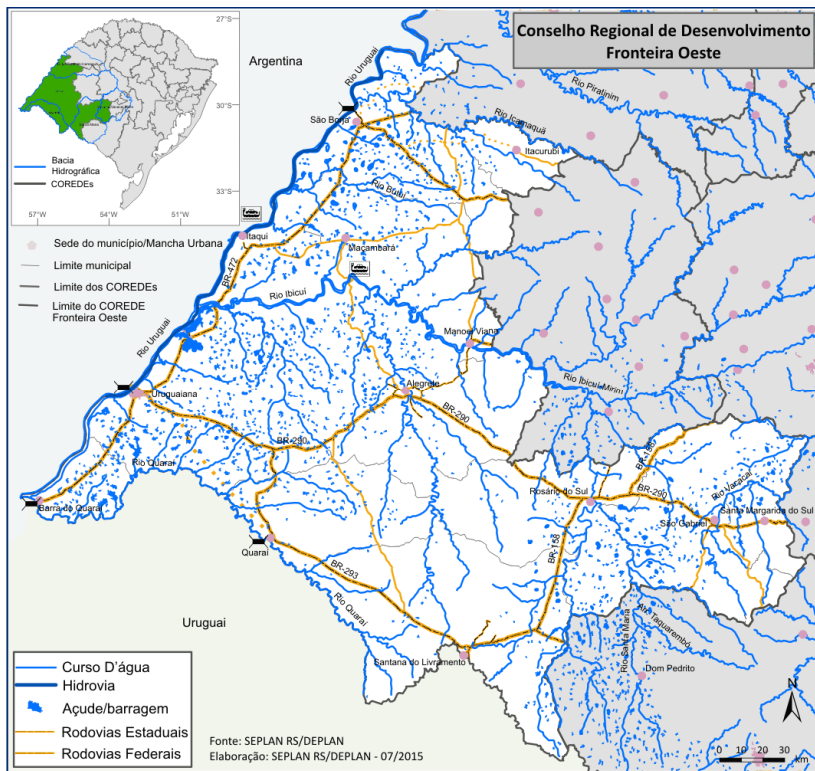
A área de abrangência da bacia do Uruguai no COREDE Fronteira Oeste, abarca elementos físico-naturais da denominada Campanha do Sudoeste, estes que estão especializados nas zonas hidrográficas do médio Uruguai e Ibicuí.

Podemos considerar a região de Fronteira Oeste uma região entre rios, ou seja, uma região mesopotâmica, repleta de cursos d'água e de exuberante flora e fauna.

Destaca-se na região a agricultura e a pecuária. Em virtude da ocorrência de grandes quantidades de cursos de água, observa-se a tendência ao plantio de arroz irrigado, uma vez que o manejo dos solos com essa característica parece simples em função da facilidade do uso de máquinas, da baixa suscetibilidade à erosão e das condições favoráveis à irrigação, pois as áreas são planas, amplas e contínuas.

O COREDE Fronteira Oeste apresenta boa disponibilidade de recursos hídricos, contando com uma malha hidrográfica superficial formada, na maior parte, por rios e arroios e cinco sub-bacias coletoras: a do Rio Ibicuí, a do Butuí-Piratinim-Icamaquã, a do Quarai e a do Santa Maria, afluentes da Bacia do Uruguai; e a do Vacacaí-Vacacaí Mirim, afluente da Bacia do Guaíba, conforme demonstrado na Figura abaixo. Os contribuintes que formam essas bacias e drenam o território diluem os despejos dos esgotos dos núcleos urbanos e das agroindústrias locais, incluindo frigoríficos, e recebem contaminantes oriundos das atividades agrícolas e pecuárias, sobretudo na forma de resíduos de fertilizantes e agrotóxicos ligados ao cultivo de arroz, entre outras culturas e também dejetos originários da criação de animais.

Figura 10: Mapa da rede hidrográfica do COREDE Fronteira Oeste.



Fonte: SEPLAN/DEPLAN - 2015

Essa é uma Região marcada pela grande demanda de água para irrigação de extensas áreas de lavouras de arroz, especialmente nos meses de verão, período de maior escassez. Sendo assim, o principal problema ligado ao recurso água na Região não diz respeito tanto à qualidade da água, mas sim à sua disponibilidade. A escassez hídrica já é uma realidade no COREDE, agravada pela ocorrência de repetidos

períodos de estiagens e secas nos últimos anos¹⁰. Ao longo de décadas, a solução mais utilizada foi a construção de açudes e barragens para a irrigação de lavouras, para a dessedentação animal e, mais recentemente, também para uso humano. A ocorrência de estiagens periódicas em épocas de grande demanda por recursos hídricos faz a oferta de água diminuir drasticamente, levando ao estabelecimento de conflitos crescentes pelo uso do recurso.

Em virtude do grande manancial hídrico regional, constata-se grandes desafios perante a água na Fronteira Oeste do RS. Uma vez que a bacia do rio Uruguai possui baixa capacidade de armazenamento, em virtude das características de um relevo acidentado e solo pouco profundo; esta geomorfologia contribuiu para as inundações nas áreas ribeirinhas (quando ocorrem precipitações intensas) e falta de abastecimento durante as estiagens.

A utilização da água também é outro desafio, pois tanto a geração de energia através das hidrelétricas, como a captação para a produção agrícola extensiva vem gerando conflitos sociais, culturais, ambientais, políticos e territoriais, onde está em discussão a implantação de novas formas de aproveitamento (transporte fluvial e novas usinas hidrelétricas); Outro aspecto que deve ser ressaltado é a concentração e uso hegemônico da água regional; e as doenças transmissíveis a partir da poluição dos mananciais; devido ao baixo índice de saneamento básico e despejo de dejetos no rio.

O Rio Uruguai possui função estratégica e histórica para a região, além de prover abundantes recursos hídricos e ser fundamental para a preservação da fauna e flora regional, serve de destaque para a paisagem e possui um dos pores do sol mais bonitos do RS. Logo abaixo, apresenta-se o quadro com as Províncias Geomorfológico da bacia do Uruguai. O Rio Uruguai, serve ao mesmo tempo como recurso e refúgio para as populações ali presentes, como também fronteira física e marcador para os desbravadores coloniais que por ali se aventuravam. Por isso é importante sua conservação.

¹⁰ Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (1991 A 2010): volume Rio Grande do Sul. CPED UFSC. 2011.

Figura 11: Margens do Rio Uruguai em São Borja.



Fonte: Muriel Pinto (2014).

Quadro 8: Províncias Geomorfológicas da bacia do Uruguai.

Província Geomorfológica	Área	
	1000 (ha)	(%)
Planalto do RS – Planalto de SC	10.974,2	63%
Planalto de Lages	337,9 2%	337,9 2%
Planalto de Uruguaiana	3.964,4	23%
Depressão Central Gaúcha	1.921,2	11%
Planaltos Residuais de Canguçu-Caçapava	339,2	2%

Fonte: Caderno da Região Hidrográfica do rio Uruguai, 2006.

Portanto, a área territorial de abrangência do COREDE FO possui uma vasta região plana suavemente inclinada para o Rio Uruguai, pontilha de coxilha tabulares no centro e drenada por cursos de água em leitos rasos.

A partir da exposição das cartografias e do quadro acima, percebe-se que o COREDE FO está inserido em três províncias geomorfológicas das cinco que constam na bacia do Uruguai, como:

Planalto de Uruguaiana, Depressão central gaúcha e planalto residuais de Canguçu-Caçapava. Nestas províncias geomorfológicas, predominam rochas vulcânicas basálticas e ácidas e o afloramento de água subterrânea.

Neste cenário geomorfológico, percebe-se a presença de escarpas que estão localizadas, na divisa entre o planalto de Uruguaiana e a Depressão Central. No sudoeste do Rio Grande do Sul, ocorre um relevo aplainado que possui resquícios de basalto.

A região sul do Brasil possui o clima subtropical como preponderante, este que também predomina no território de abrangência do COREDE FO. Como características principais o clima subtropical possui os verões quentes e secos, já o inverno frio e úmido. Entre as massas de ar que mais influenciam a porção oeste do Rio Grande do Sul, destaca-se: massa de ar tropical continental, massa tropical atlântica e massa polar.

A instabilidade climática global vem produzindo novas reflexões nas pessoas que vivem na região, no caso da Fronteira Oeste, as variações hídricas e climáticas potencializam e geram transtornos às matrizes econômicas de produção, que são baseadas principalmente na produção de carne e grão in natura.

Nos últimos anos em virtude do El Niño¹¹ vem constando-se a acentuação de tornados, tormentas, dilúvios e queda de granizo na região da prata. Os ventos vêm adentrando na região Fronteira Oeste do RS com grande intensidade, o que vem causando destruições nas áreas urbanas e rurais da costa platina.

¹¹Conforme o Instituto Nacional de pesquisas espaciais (INPE), o El Niño é um fenômeno atmosférico-oceânico caracterizado por um aquecimento anormal das águas superficiais no oceano Pacífico Tropical, e que pode afetar o clima regional e global, mudando os padrões de vento a nível mundial, e afetando assim, os regimes de chuva em regiões tropicais e de latitudes médias. Disponível em < <http://www.inpe.br/>>. Acesso maio. 2017.

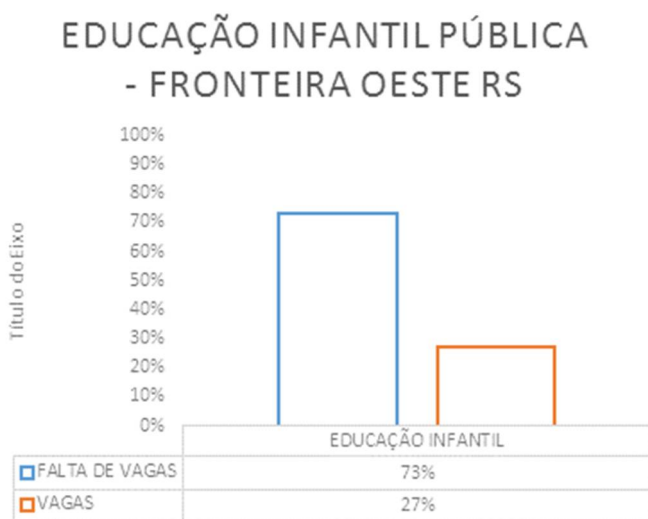
2.4 Dimensão Social e Cultural

2.4.1 Educação

Dados do INEP de 2014 indicam que a rede pública de creches contava com cerca de 5590 vagas ocupadas na região e a rede privada com 2026 vagas ocupadas, em um total de 389 estabelecimentos na região, o que corresponde a uma abrangência de 27% da população da região na faixa etária entre 1 e 4 anos.

Tal indicativo demonstra carência de vagas nesse setor da educação, o que reflete no setor trabalhista, uma vez que muitas mães deixam de buscar uma vaga no mercado de trabalho, em virtude de não conseguir vaga, na educação infantil da rede pública.

Gráfico 1: Educação Infantil – Fronteira Oeste.



Fonte: Equipe Técnica.

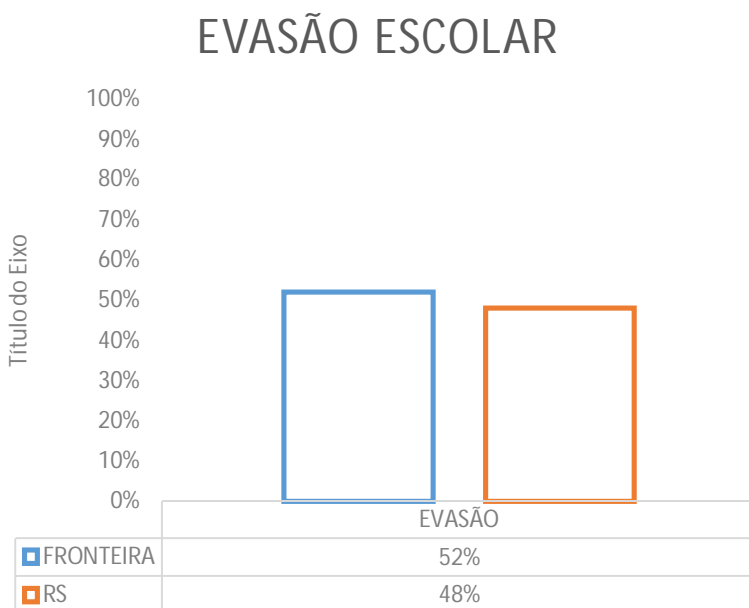
Como demonstra o gráfico acima, o número de vagas destinadas a educação infantil, na região, ainda é baixo.

Dados da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres indicam que cerca de 73% das mães com filhos de até 3 anos de idade exercem alguma atividade remunerada, no país.

Outro dado preocupante, em relação a região da Fronteira Oeste, de acordo com dados do IDESE, é a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais. Esse número chega a 5,83%, um ponto percentual a mais que a média do Estado. Observa-se, entretanto, a redução da média que, no ano 2000 era de 8,08%.

A taxa de abandono escolar no Ensino Médio é de 10,8% dos alunos matriculados, em média, na região. Um número preocupante, uma vez que esses jovens, dentro da faixa etária do ensino médio, deveriam estar na escola, pois a lei estabelece ensino obrigatório e gratuito aqueles entre 4 a 17 anos de idade. Observe o gráfico que compara a região com o RS.

Gráfico 2: Evasão Escolar Fronteira.



Fonte: Elaboração Equipe Técnica

No que se refere aos índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB), destaca-se que dentro da região da Fronteira Oeste há cidades que estão com a média inferior ao RS e outras, como Quaraí, ultrapassam a média do Estado. Itaqui é das cidades da fronteira que tem o desempenho mais baixo no IDEB.

No entanto, mesmo assim, a cidade encontra-se com a média acima do estado. Observa-se que Itaqui, segundo dados do Inep, não atingiu a meta do IDEB, desde que este é medido. O IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

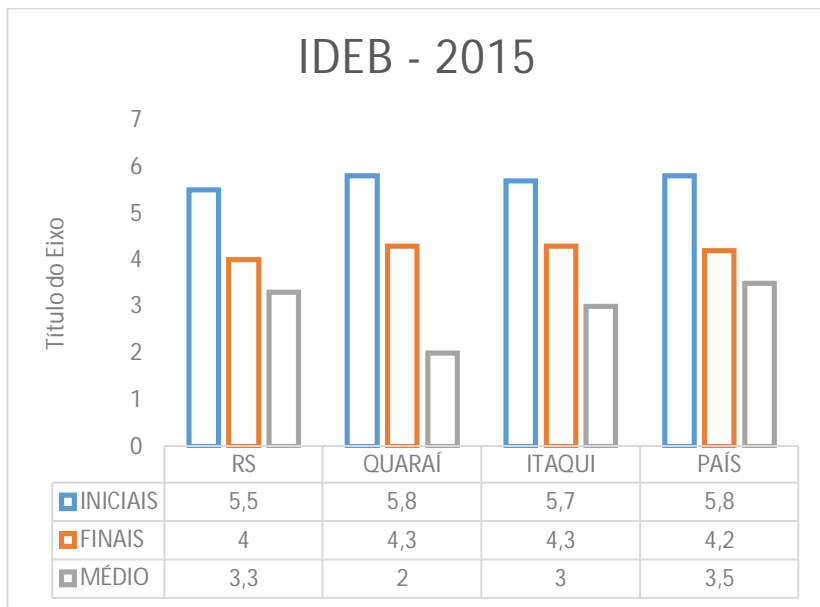
O exame funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep.

Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. Observe a análise dos dados do IDEB da cidade de Quaraí que atingiu um índice alto e Itaqui que possuem um índice abaixo da meta proposta para a cidade. As duas cidades compõem o COREDE FO.

Em relação ao ensino superior, existe a oferta de 57 cursos de graduação nas Universidades Federais, Institutos Federais e Universidade Estadual presentes na região. Além disso, há a oferta de diversos cursos pelas universidades privadas presenciais e na modalidade EAD. Entretanto, a URCAMP, principal universidade privada da região, encerrou as atividades em diversas cidades.

Na pós-graduação, há a oferta de 8 cursos de mestrado e 1 de doutorado, todos na Universidade Federal do Pampa, além da Residência Multidisciplinar em Saúde, oferecida pela Unipampa, campus Uruguaiana, na modalidade lato sensu, que capacita profissionais de diversas áreas para atuar na saúde pública.

Gráfico 3: IDEB 2015.

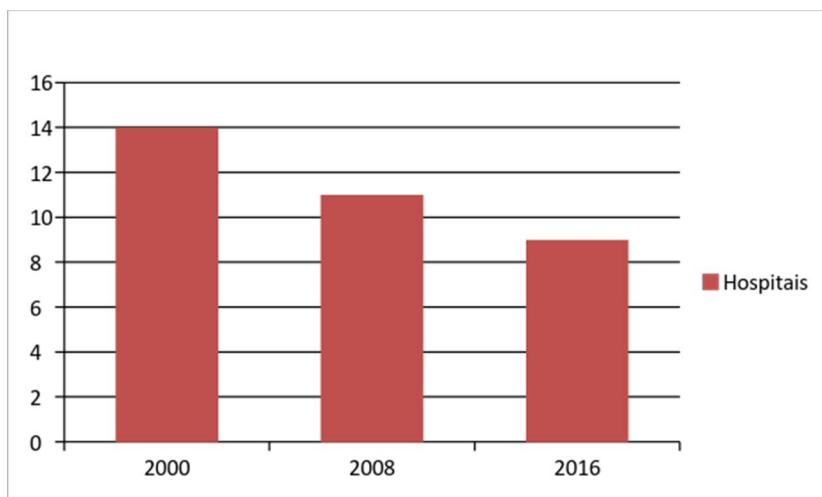


Fonte: Elaboração Equipe Técnica –

2.4.2 Saúde

Atualmente, a região conta com 1208 leitos hospitalares, distribuídos em 9 hospitais, o que representa cerca de 3,53% dos leitos hospitalares do Estado, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. O total de leitos ofertados no estado é de 34.134.

Gráfico 4: Unidades hospitalares no COREDE FO.



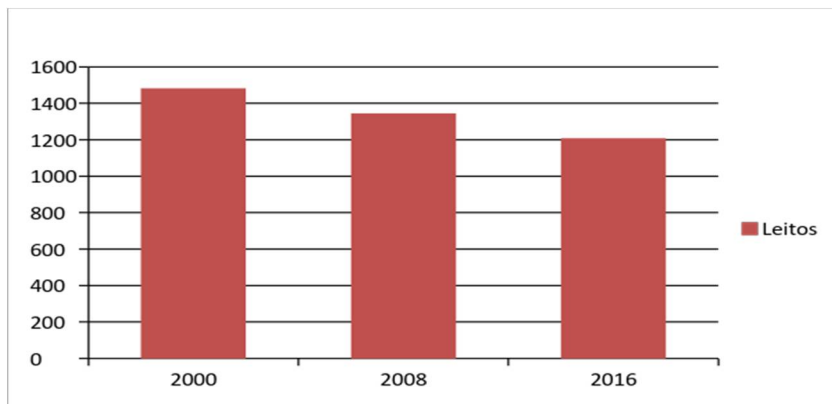
Fonte: CNES.

Analisando o gráfico é possível observar que o número de hospitais vem decaindo na região: No ano de 2000 eram 14 estabelecimentos, em 2008, eram 11 e atualmente a região conta com apenas 9 hospitais. Especificamente na região da Fronteira Oeste, existem em torno de 7 hospitais que oferecem serviços à população dos municípios.

Destacam-se como referências os Hospitais de São Borja, São Gabriel, Uruguaiana e Santana do Livramento. Contudo é notório pelas redes de informação a grave crise financeira das instituições de saúde e o atraso nos repasses de inúmeros recursos das esferas competentes. E convém ressaltar que muitos procedimentos não são cobertos pelo SUS.

O número de leitos disponíveis caiu em uma proporção de 9,31% de 2000 a 2008, e de 2008 a 2016, houve uma queda de 10%. No total, a região perdeu, nos últimos 16 anos, quase 20% de leitos hospitalares.

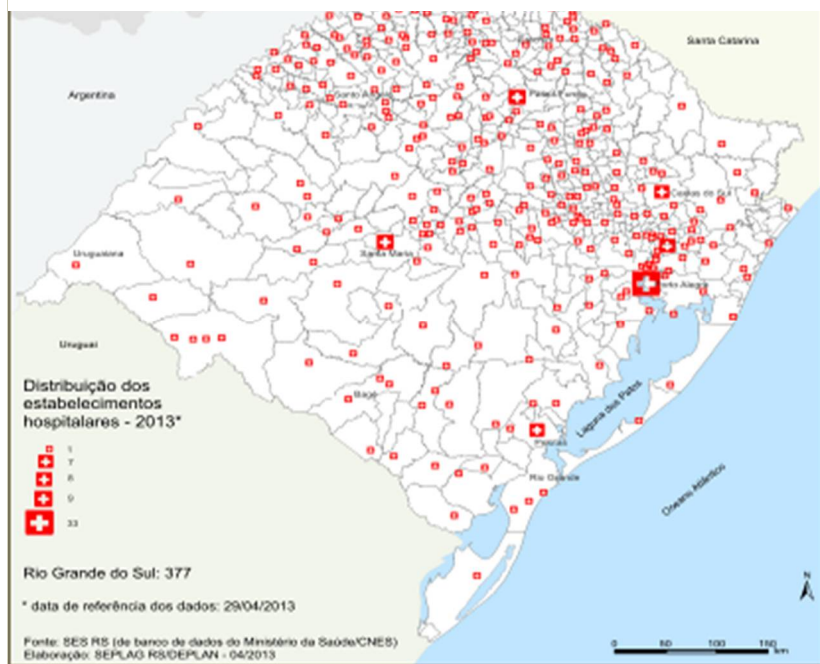
Gráfico 5: Número de leitos hospitalares na Região do COREDE FO.



Fonte: SEPLAN/DEPLAN - 2015.

A diminuição de leitos gera um problema de saúde pública para os municípios, pois estes não conseguem atender a demanda e os plantões hospitalares tornam-se, para quem procura, esse tipo de atendimento um verdadeiro sufrágio, devido a superlotação.

Figura 12: Distribuição dos Estabelecimentos Hospitalares.



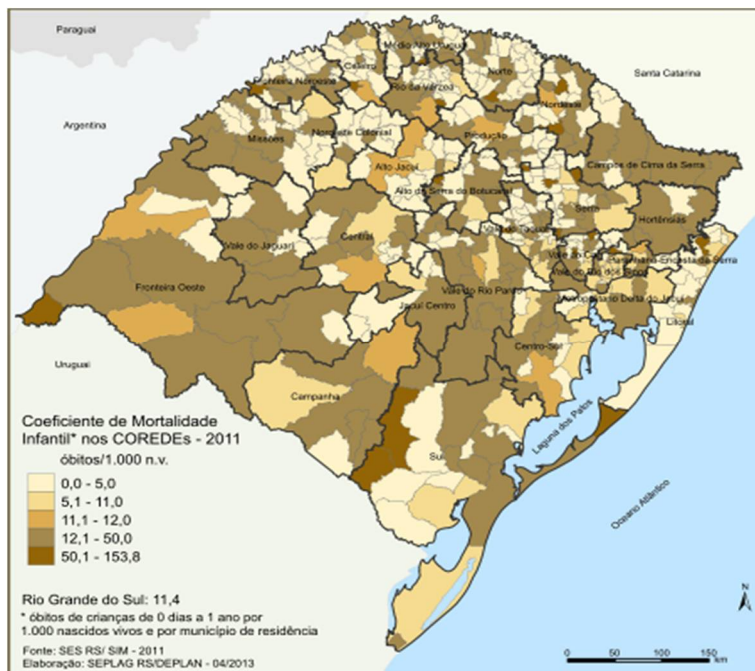
Fonte: SPGG/Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

A região conta com apenas 25 leitos de UTI Neonatal, distribuídos em dois municípios da região.

De acordo com dados do IDESE, o percentual de mortalidade infantil na região é de 13,72 por mil nascidos vivos. O cálculo é feito levando-se em conta o número de óbitos de crianças de zero a um ano de idade, por mil nascidos vivos.

A região apresenta um índice relativamente alto se comparada ao índice estadual, que é de 10,57 por mil nascidos vivos.

Figura 13: Coeficiente de Mortalidade Infantil.

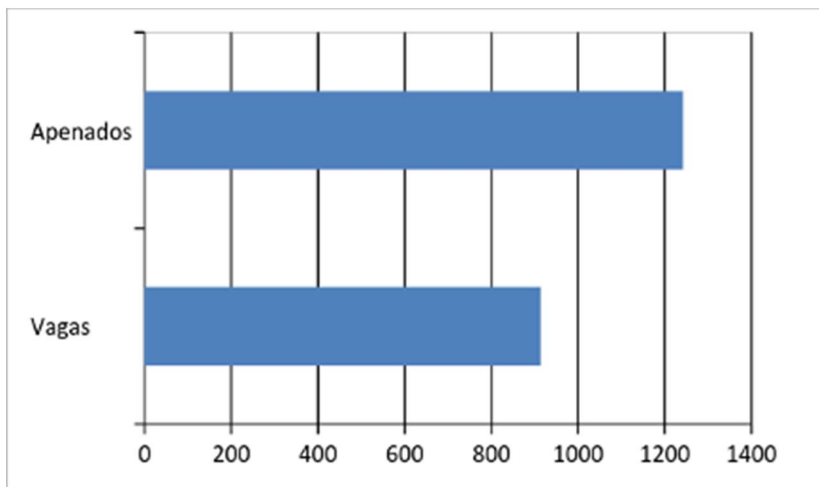


Fonte: SPGG/Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

2.4.3 Segurança

A região possui oito unidades prisionais, todas geridas pela Superintendência dos Serviços Penitenciários. Em sete delas, o número de apenados ultrapassa o número de vagas disponíveis. A região não conta com penitenciária feminina e as mulheres em cumprimento de pena ficam nos presídios masculinos. Apenas a região metropolitana possui penitenciárias com infraestrutura para atender mulheres, inclusive gestantes e puérperas.

Gráfico 6: Superintendência dos Serviços Penitenciários.



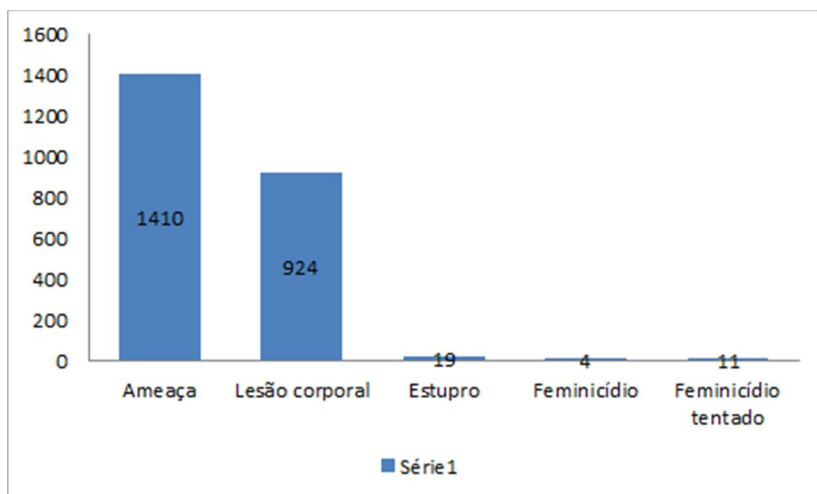
Fonte: Superintendência dos Serviços Penitenciários

Em termos de ocorrências na região, a Secretaria de Segurança Pública do estado disponibiliza no seu *site* as informações por município e no Estado.

No ano de 2015, foram registrados 10.510 crimes cometidos na região. Destacam-se os registros referentes a roubo, correspondendo a 64% das ocorrências no período.

Em comparação com os indicativos estatuais, a região registrou cerca de 3, 26% dos crimes. Foram registrados 2.368 casos de violência contra a mulher na região. Os dados são compostos pelas denúncias enquadradas na Lei Maria da Penha e tratam dos casos registrados de: ameaça, lesão corporal, estupro, feminicídio e feminicídio tentado. Esses casos correspondem a 4,8% do total registrado de janeiro a setembro de 2015 no Estado.

Gráfico 7: Estatísticas de Violência Contra a Mulher.



Fonte: Secretaria da Segurança Pública

2.4.4 Habitação

No que se refere à habitação, destaca-se que a região da Fronteira Oeste enfrenta problemas relacionados a moradia. Não há programas suficientes que atendam a demanda no setor da habitação. Houve alguns avanços com a abertura de linha de crédito através do programa Minha Casa Minha Vida.

No entanto, o programa não conseguiu contemplar todos aqueles que buscam a aquisição da casa própria, principalmente aqueles de menor poder aquisitivo. Por isso, as cidades de fronteira apresentam grandes problemas no que se refere à habitação. A população aumentou e não há projetos suficientes para atender a demanda.

2.4.5 Cultura

De acordo com Silva (2006), a identidade relaciona-se a diferenças culturais que um grupo possui em relação aos outros. O que demarca a identidade são as características comuns a um determinado grupo e ao mesmo tempo tais características o diferenciam de outros

grupos.

Portanto, como bem diz Silva (2006) a construção da identidade está relacionada a costumes comuns e próprios de um determinado grupo e totalmente diferente dos demais que não pertencem a ele. Silva observa que “Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade.” (SILVA, 2006, p.84).

No caso da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, o modelo que foi construído como uma identidade está ligada a um passado rural, um grupo que vivenciava a vida campeira. Destacando-se, assim nesta região a agricultura e a agropecuária.

Entretanto, destaca-se que essa cultura se iniciou através da mistura dos conhecimentos intelectuais dos jesuítas e os conhecimentos manuais dos índios como, por exemplo, a doma dos animais, tecelagem, metalúrgica, pintura e escultura, agregaram-se a novas formas culturais para a formação de um novo sujeito o “gaúcho”.

A partir da distribuição de terras ofertadas ou “Sesmarias” que se deram no século XVIII, a oferta ocorria preferencialmente aos militares, pois estes militares além de proprietários se tornariam guardiões dessas terras uma vez que a Corte portuguesa temia a novas invasões territoriais.

Já que as terras eram de grandes extensões e sem limitação alguma desta área, possuindo apenas parte das matas e os rios, como cercas naturais e estas não atacariam nem a fuga do gado, nem roubos ou invasões para o território estrangeiro.

Com a distribuição de sesmarias, tais proprietários começaram a criar novas estâncias com grande parte de mão-de-obra ofertada por homens denominados “peões”.

O envolvimento com a natureza era direto, as lidas desses trabalhadores ligavam-se rotineiramente as paisagens oferecidas pelo bioma. A criação de gado juntamente, com a formação das estâncias agregou outros trabalhos que igualmente eram realizados ao meio natural.

A maioria das atividades era realizada em campos abertos e/ou em matas semiabertas, mais conhecidas como “capões” ou ainda tais estâncias geralmente, ficavam bem situadas dentro das imensas terras,

próximas a beira de rios ou riachos o qual facilitava também os afazeres domésticos.

A beleza natural apresentada pelos campos, à diversidade da fauna e da flora e farta existência de animais, neste bioma, ampliou as possibilidades dos habitantes gerando-se imensas possibilidades de trabalhos para utilizarem na sua sobrevivência.

O fato é que o homem que viveu e vive, no campo, enraizou-se nesse ambiente, a ponto de criar uma identificação própria que o diferencia de vários outros sujeitos por expressar não só a forte relação com as práticas de trabalho, mas também um sentimento de pertencimento deste espaço.

2.4.6 Equidade e inclusão social

O Sistema Único de Assistência Social prevê duas estruturas básicas para atender ao público alvo das políticas de Assistência Social: O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), trabalha com a proteção social básica e tem caráter preventivo de situações de rompimento de vínculos familiares e violação de direitos. É a porta de entrada da população para acesso aos benefícios e serviços de Assistência Social. A região possui 21 CRAS e, todos os municípios têm ao menos um em sua estrutura. O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), trabalha com a proteção social especial de média e alta complexidade. Atua em situações em que há ameaça ou violação de direitos. É prioritária sua instalação em municípios com mais de 20 mil habitantes e seu serviço pode ser regionalizado. Na região, existem 9 CRAS.

De acordo com dados do Data Social, atualmente a região conta com 31.797 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Tanto o Programa Bolsa Família, quanto as estruturas para atendimento da população, fazem parte da rede socioassistencial, responsável por trabalhar com a superação da miséria e pobreza extrema e demais expressões de questão social.

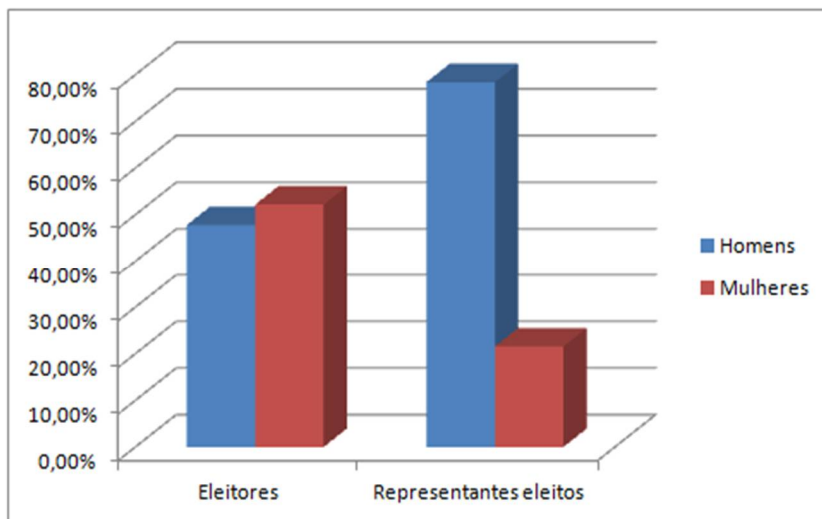
A partir do levantamento de dados é possível perceber que de todos os indicadores, a saúde foi o que mais apresentou perdas, em comparação a anos anteriores.

O número expressivo de registros de violência contra a mulher e a baixa representatividade no âmbito político, demonstram a falta de prioridade das políticas voltadas para as mulheres, bem como a pouca oferta de vagas em creches, que afeta diretamente as mães e sua dificuldade em acessar o mercado de trabalho.

Apesar da significativa redução e da inserção de Universidades e Institutos Federais na região, os índices de analfabetismo seguem acima da média do Estado, o que requer novas estratégias para a alfabetização de adultos.

O colégio eleitoral da região em 2016 foi de 417.198 eleitores, o que representam 5% dos eleitores do Estado, sendo que destes, 52,2% são mulheres e 47,8% são homens. Apesar das mulheres representarem a maioria do eleitorado, dos 153 vereadores da região, 120 são homens e apenas 33 são mulheres.

Gráfico 8: Número de eleitores e representantes por sexo.



Fonte: STE

Sobre o percentual de mulheres ocupando cargos de chefia nos municípios, observa-se que apenas 33% das Secretarias Municipais são

chefiadas por mulheres. Em apenas duas cidades pertencentes a região as mulheres ocupam os cargos de prefeita e duas de vice-prefeita.

Observa-se que as mulheres, apesar de representarem a maioria do eleitorado local, não são participantes ativas na política, o que impede a potencialização de pautas de interesse das mulheres nas mais diversas áreas.

2.5 Dimensão Infraestrutura e de Gestão Pública

Esta dimensão tem o objetivo de descrever a situação da infraestrutura básica da região. Aborda diversas variáveis, mas as principais são: saneamento, comunicação, energia, transporte e logística, urbanização e mobilidade. Observe o quadro que traz alguns dados a respeito desses aspectos.

2.5.1 Logística e transporte

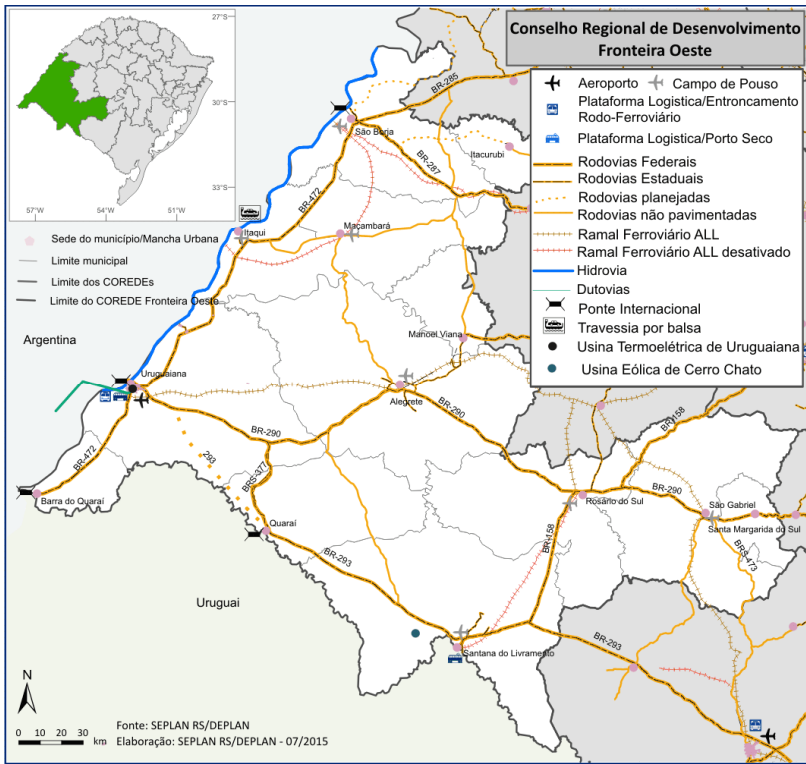
De acordo com o Perfil Socioeconômico do COREDE FO, a extensa região tem por principais vias de transporte tanto de carga, quanto de passageiros, a BR – 290, vinda de Porto Alegre rumo a Uruguaiana, ao norte; a BR – 293, vindo de Pelotas, rumo a Santana Livramento e chegando a Uruguaiana mais ao sul; a BR – 472, de Uruguaiana, rumo ao extremo da fronteira em Barra do Quaraí; e a BR – 158, vindo da Região 2 com destino a Santana do Livramento e Uruguai.

Ainda segundo o Perfil Socioeconômico elaborado pelo Deplan, o COREDE FO concentra 5% da população do Estado e apresenta uma rede urbana muito dispersa, onde o núcleo principal (Uruguaiana) concentra 23% da população total e os 5 maiores municípios – Uruguaiana, Santana do Livramento, Alegrete, São Borja e São Gabriel – apresentam taxa elevadas de urbanização da população, que variam entre 88,9% e 93,6%. Como resultado, o modal rodoviário do COREDE Fronteira Oeste apresenta a segunda menor densidade rodoviária do estado, superada apenas pelo COREDE Centro Sul.

Considerando a distribuição da população localizada predominantemente no meio urbano, evidencia-se que o mesmo apresenta uma das melhores acessibilidades dentre as regiões do

Estado¹². A circulação de mercadorias utiliza os modais rodo, ferro e aeroviário e a circulação de passageiros, as redes rodo, aéreo e hidroviária.

Figura 14: Estrutura de Transporte.



Fonte: SEPLAN/DEPLAN - 2015.

¹² RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Rumos 2015: Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes**. Vol. 4: A Logística de Transportes no Desenvolvimento Regional. 2006 p.33.

Esses trechos ligam o Estado entre o extremo das fronteiras à Capital e ao Porto de Rio Grande circulando pelo Estado, como se vê, passa por São Gabriel e Bagé, onde se destaca pela multimodalidade ferroviária-aeroportuária.

No entanto, salienta-se o encerramento de atividades no que é chamado de ramais ferroviários desativados em São Borja e Santana do Livramento. Haja vista, que devido a grande extensão territorial da região, ainda se deve ser observado que muitas estradas vicinais, nestes itinerários, são malhas não pavimentadas, conseqüentemente afetando o escoamento da produção fronteiriça, pois restringe muitas vezes o movimento de determinadas mercadorias.

O problema logístico fica evidente ao percorrer a região ou na fala de atores regionais, como é o caso do entrevistado Danilo:

[...]é a nossa região fronteira oeste, ela tem, a distancia é enorme, para você chegar a Uruguaiana, são 80 km, de Uruguaiana a Alegrete já são cento e poucos quilômetros, a São Gabriel, a Rosário, ai tu perde um dia quase percorrendo, e ai tu vai e tu volta e essa é a dificuldade maior à distância.

Não obstante, pode-se observar que a área de fronteira, além de problemas logísticos a serem resolvidos, necessita ter uma visão de resolução de problemas institucionais, diante de problemas relativos à integração com países fronteiriços, relativos a liberações de cargas, problemas estes em sua maioria de origens governamentais, especificamente em São Borja, Uruguaiana e Santana do Livramento.

2.5.2 Energia e Comunicações

O COREDE FO apresenta o quinto maior consumo de energia elétrica entre os COREDE do Estado conforme informações do Perfil Socioeconômico do COREDE FO. São 1.247.403.308 kWh, o que representa 4,6% do consumo total do RS. Dos treze municípios que compõem o COREDE FO, os maiores registros de consumos energéticos são apresentados respectivamente por Uruguaiana, Alegrete e Itaqui.

Ainda de acordo com o Perfil elaborado pelo Deplan, esses municípios são responsáveis por mais da metade da energia utilizada, respectivamente, 24,5%, 16,2% e 15,5%. O município com menor consumo é Santa Margarida do Sul, com o correspondente a 0,2% do total. Os municípios são atendidos pela empresa RGE Sul e, segundo o estudo Rumos 2015, em 2004, a Região contava com várias linhas de transmissão de média e baixa capacidade interligando os municípios, mas havia gargalos especialmente junto aos centros urbanos de Uruguaiana, São Borja e Alegrete. Entretanto, Uruguaiana possuía a menor taxa de atendimento elétrico domiciliar urbano. No meio rural, os municípios de Santana do Livramento e entorno tinham até 75% dos domicílios atendidos por energia. Registra-se duração de falhas de suprimento energético que superam os padrões aceitáveis.

Dados da Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul (2015) apontam a existência de oito parques eólicos em operação no município de Santana do Livramento. Segundo o Perfil Socioeconômico, em um total de 169,2 MW de potência instalada, sendo que está também prevista, até maio de 2018, a entrada em operação de mais três parques, perfazendo um total de 48 MW de potência 22.

O Departamento de Planejamento Governamental do RS destaca em relação às comunicações do COREDE, e partir do Censo 2010, que aponta que os domicílios com acesso à internet, com celulares e com telefonia fixa são, respectivamente, 26,3%, 88,5% e 31,1% do total, índices abaixo das médias estaduais, que são, também respectivamente, de 33,9%, 90,7% e 39,3%.

O município de Santa Margarida do Sul é representativo de uma tendência que se observa de modo geral em todo o Estado: a compensação do baixo índice de telefones fixos por domicílios com um alto índice de domicílios com celulares, tendo 1,7% de domicílios com telefones fixos, o menor do Estado, e apresentando o maior índice do COREDE de domicílios com celulares: 92,8%, o que é, inclusive, superior à média estadual. De acordo com o estudo Rumos 2015..

2.5.3 Saneamento básico

A questão do saneamento básico é outro tema preocupante na Fronteira Oeste, pois neste aspecto, os municípios que compõem o COREDE FO, são bastante deficientes. Uma vez que não há um único município da Fronteira Oeste que apresente um plano de tratamento básico completo e adequado.

Sabe-se que esse é um fator importante para a qualidade de vida e saúde das pessoas que vivem na região. Em pesquisa realizada pela CORSAN, destinada as prefeituras, no que se refere a questões de elaboração de plano de saneamento, somente Alegrete, São Borja, Santana do Livramento e Quaraí responderam à pesquisa de forma completa. Itaqui respondeu só que de forma incompleta.

Das cidades da Fronteira Oeste destaca-se que possuem plano diretor ou legislação específica de saneamento básico: Itaqui, Quaraí, Santana do Livramento e São Borja. Em relação a plano de serviços de abastecimento de água, Alegrete, Santana do Livramento e São Borja concluíram e Itaqui é inexistente. Já a respeito do plano dos serviços de esgoto Santana do Livramento e São Borja concluíram, Alegrete encontra-se em elaboração e Itaqui não foi mencionado.

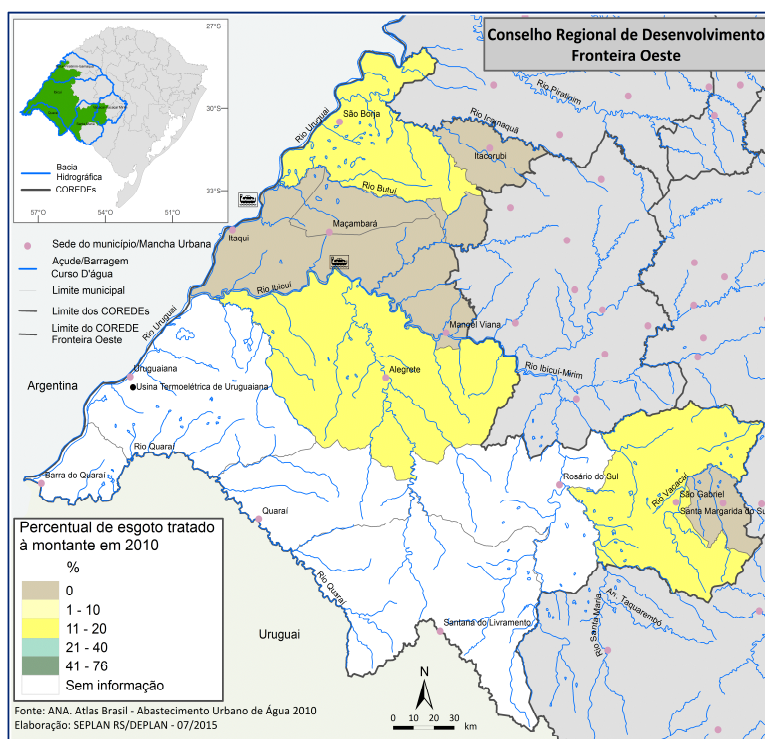
Em relação aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduo sólido Alegrete está elaborando, Itaqui não foi mencionado, Santana do Livramento e São Borja não foram concluídos. Já no que diz respeito ao plano dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, Alegrete está em fase de elaboração, Itaqui não foi mencionado, Santana do Livramento não existe e São Borja concluído. Destaque que das cidades da fronteira mencionadas anteriormente, somente São Borja possui plano de saneamento completo.

Segundo o Perfil Socioeconômico do COREDE FO, em relação ao saneamento básico, sabe-se que a poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água colabora para a degradação dos recursos hídricos.

Ainda segundo o Perfil Socioeconômico, na região, os serviços de água e esgoto são prestados pela CORSAN em dez dos treze municípios deste COREDE. Nos três municípios restantes, Santana do Livramento, Itacurubi e Santa Margarida do Sul, os serviços são prestados pelos Departamentos Municipais de Águas. Os maiores

percentuais de esgoto tratado estão nos municípios de Alegrete, São Gabriel e São Borja. Não há dados sobre a porcentagem de esgoto tratado dos municípios de Quaraí, Santana do Livramento, Uruguai, Rosário do Sul e Barra do Quaraí. Os municípios de Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana e Santa Margarida do Sul não contam com serviços de tratamento de esgoto.

Figura 15: Mapa do percentual de esgoto tratado nos municípios do COREDE Fronteira Oeste – 2010.



Fonte: SEPLAN/DEPLAN - 2015.

2.5.4 Urbanismo e mobilidade

A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Anterior a promulgação desta lei – conhecida como a Lei de Mobilidade Urbana – a Constituição Federal de 1988 em seu art. 21, inciso XX, já dispunha sobre a necessidade de pensar diretrizes para a mobilidade urbana. Sendo está uma competência da União no intuito de organizar administrativamente a República Federativa do Brasil.

No que se refere a região da Fronteira Oeste e a mobilidade urbana destaca-se problemas em relação ao transporte coletivo que é deficiente, tanto na qualidade do trajeto como na comodidade do transporte. Muitos dos problemas relacionados a mobilidade urbana refere-se a demora no transporte coletivo, as más condições dos ônibus bastante sucateados e a superlotação em horários de pico.

Toda essa falta de estrutura e qualidade do transporte faz com que os cidadãos utilizem mais o automóvel, gerando prejuízos para o meio ambiente, pois quanto mais carros trafegando, mais poluição Gerando também congestionamentos que se tornam comuns em determinados horários.

Portanto, é necessário que se façam investimentos significativos no transporte coletivo para que a mobilidade urbana se efetive na prática. Outra questão importante no que diz respeito a falta de mobilidade é a necessidade de vias próprias para ciclistas e pedestres que liguem os bairros ao centro das cidades da Fronteira Oeste.

2.6 Dimensão Econômica

As atividades econômicas na fronteira sul do Estado são dominadas pela pecuária extensiva voltada à produção de carnes e de leite e pelo cultivo do arroz. Nos territórios uruguaio e argentino destacam-se, também, a exploração florestal e a fruticultura, sendo que essas, especialmente a última, vem sendo fomentadas também no lado brasileiro. Nesse sentido, a estrutura econômica dos dois lados da fronteira apresenta complementaridades, podendo ser fomentadas através de uma política comum e de incentivo ao cooperativismo local.

O COREDE FO, em 2012, possuía um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 10,5 bilhões, o que representava 3,8% do total do Estado. O PIB *per capita* do COREDE era de R\$ 19.854,00 abaixo do valor do Estado, de R\$ 25.779,00, o que o colocava na décima quinta posição entre os 28 COREDE'S. Santa Margarida do Sul possuía o maior PIB *per capita* do COREDE, com R\$ 33.732,00, seguido por Barra do Quaraí, com R\$ 30.586,00. Quaraí apresentava o menor PIB *per capita*, com R\$ 13.302,00, seguido por Santana do Livramento, com R\$ 14.091,00.

Em 2012, o município de Uruguaiana apresentava o maior PIB do COREDE, com aproximadamente R\$ 3,2 bilhões, seguido por São Borja, com R\$ 1,5 bilhão, Alegrete, com R\$ 1,4 bilhão, e Santana do Livramento, com 1,1 bilhão. Itacurubi apresentava o menor PIB do COREDE, com R\$ 62 milhões.

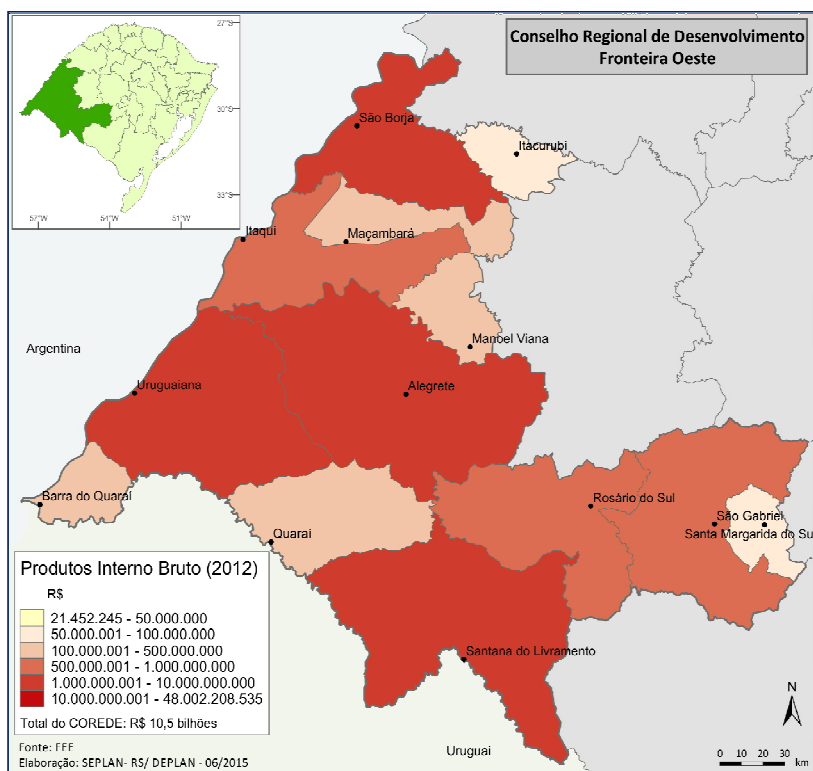
No que se refere aos setores que compõem o Valor Adicionado Bruto (VAB), em 2012, o COREDE apresentava 62,9% nos Serviços, 15,2% na Indústria e 21,9% na Agropecuária. Em relação à média do Estado¹³, essa participação era menor na Indústria e nos Serviços e maior na Agropecuária, constituindo um perfil mais voltado ao setor primário.

No VAB da Agropecuária do COREDE, Alegrete apresentava 17%, seguido por Uruguaiana, com 15%. No VAB da Indústria, Itaqui apresentava 18%, seguido por Alegrete (17,6%), Uruguaiana (17%) e São Borja (16,5%). No VAB dos Serviços, Uruguaiana apresentava 23,9%, seguido por Alegrete e Santana do Livramento, com 14,6%. A Região é responsável por 9% do VAB da Agropecuária do Estado, 2,1% do VAB da Indústria e 3,3% do VAB dos Serviços. No VAB da Agropecuária, o Cultivo de Cereais para Grãos, principalmente o arroz, apresenta 50% do total, com destaque para Uruguaiana (20,3%), Itaqui (18,6%), Alegrete (17,5%) e São Borja (13,6%). A Criação de Bovinos e Outros Animais, incluindo a produção de leite,

¹³ A média do Estado é de 8,4% na Agropecuária, 25,2% na Indústria e 66,3% nos Serviços.

possuía outros 40%, destacando-se Santana do Livramento (18,6%) e Alegrete (18,2%). O Cultivo da Soja apresenta apenas 5,2%, destacando-se Rosário do Sul (19,9%), São Gabriel (19,2%) e São Borja (18,7%). Algumas outras produções também se destacam, como a da uva em Santana do Livramento, da laranja e tangerina em Rosário do Sul, Alegrete e Santa Margarida do Sul e de suínos em Itaqui.

Figura 16: Mapa do PIB dos municípios do COREDE Fronteira Oeste – 2012.



Fonte: SEPLAN/DEPLAN - 2015

A Figura abaixo demonstra os principais produtos do VAB da Agropecuária do COREDE Fronteira Oeste em 2012. Vale mencionar ainda na Região os dados que apontam para o incremento de práticas associativas no meio rural, embora a mesma não apresente uma tradição cooperativista. Segundo o Censo Agropecuário 2006, na Região, em média somente 28,89% dos estabelecimentos rurais contavam com produtor associado a cooperativas ou entidades de classe (sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores, etc.), enquanto que no RS o percentual ficava em torno de 36,19%. No entanto, o COREDE contava, em 2010, com 26 sedes de cooperativas de produção agropecuária, cuja distribuição se encontrava concentrada principalmente nos municípios de Uruguaiana, Itaquí, São Borja e São Gabriel.

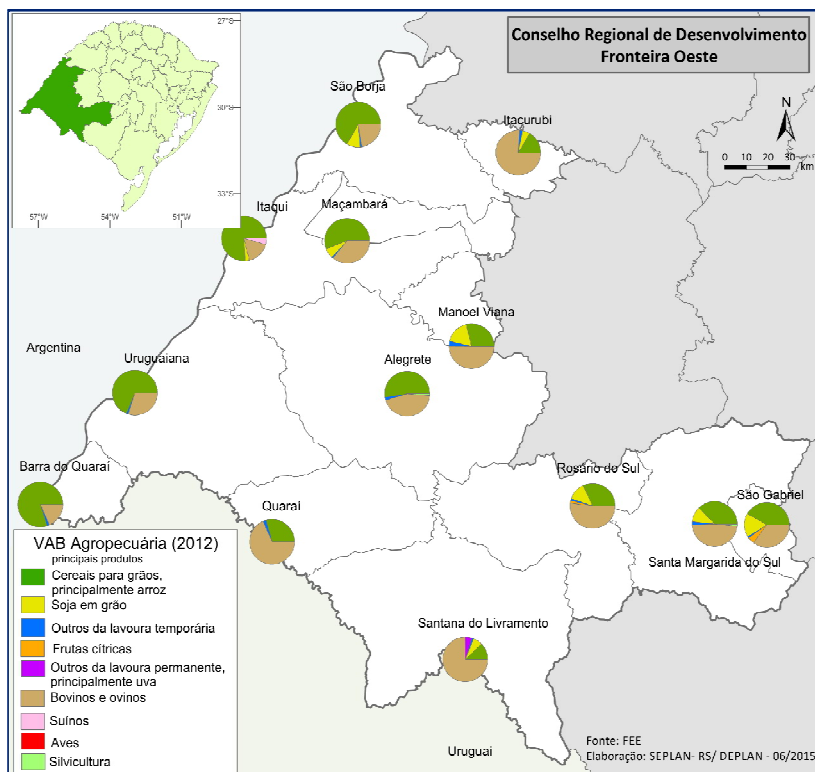
Pode-se observar uma maior concentração do cultivo da soja nos municípios ao norte do COREDE. O eixo São Gabriel-Santana do Livramento possui importância crescente da fruticultura, com grandes potencialidades para a Região. As produções predominantes em todos os municípios são as de bovinos (de corte e de leite) e a rizicultura.

Assim, observa-se ainda, que há na região da Fronteira Oeste o predomínio da produção de grãos, principalmente o arroz que é produzido em todos os municípios que compõem o COREDE FO. A produção de soja aparece em nove municípios. A lavoura temporária aparece com porcentagem bem pequena de produção. A produção de frutas climáticas aparece em um percentual mínimo somente no município de São Gabriel. Em relação à criação de animais, há o predomínio de bovinos e ovinos em todas as cidades do COREDE FO.

O VAB da Indústria está dividido em 42,1% na Indústria de Transformação, 31,4% na Construção Civil e 26,3% na Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana (Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUPs). A Indústria Extrativa possui apenas 0,2%. No VAB da Indústria de Transformação, Itaquí lidera com 28%, seguido por São Borja (21,4%), Alegrete (20,3%) e São Gabriel (18,9%).

Na Construção Civil, Uruguaiana apresenta 24,7%, seguido por Alegrete, com 16,4%. Nos SIUPS, Uruguaiana também lidera, com 27,6%, seguido por Itaqui (15,3%). Santana do Livramento possui 10,1% dos SIUPS, com destaque para a instalação recente da usina eólica de Cerro Chato.

Figura 17: Mapa dos Principais produtos do VAB da Agropecuária do COREDE Fronteira Oeste – 2012.



Fonte: SEPLAN/DEPLAN - 2015

Destaca-se que no que diz respeito a criação de suínos aparece somente no município de Itaqui em uma porcentagem mínima.

Na Indústria de Transformação, a Fabricação de Produtos Alimentícios representa 97,42% do COREDE, destacando-se a Moagem, Fabricação de Produtos Amiláceos e de Alimentos para Animais e o Abate e Fabricação de Produtos de Carne. O COREDE contribui com 5,36% da Fabricação de Produtos Alimentícios do Estado.

Nos Serviços, a Administração Pública possui 36,8%, seguido pelo Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação, com 15,2%, e Atividades Imobiliárias e Aluguéis, com 14,1%. Uruguaiana lidera nos três segmentos, seguido por Santana do Livramento. O município de Uruguaiana possui o maior porto seco da América Latina. No que se refere ao pessoal ocupado na Região em 2013, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)¹⁴, 71,8% estavam no setor de Serviços; 16,1%, na Agropecuária; e apenas 12,2%, na Indústria. O COREDE apresentava, dessa forma, um perfil de empregos mais concentrado na Agropecuária e nos Serviços em relação à média do Estado, com menor participação da Indústria¹⁵.

A Indústria de Transformação possuía apenas 7,8% do pessoal ocupado do COREDE, concentrando-se principalmente em Alegrete (23,7%), São Gabriel (18,8%), São Borja (16,42%) e Itaqui (15,4%). A quase totalidade desses empregos está ligada à Fabricação de Produtos Alimentícios. No que se refere à renda *per capita* média em 2010, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹⁶, todos os municípios do COREDE apresentavam valores abaixo da média do Estado, de R\$ 959,24. Uruguaiana (R\$ 714,26), São Borja (R\$ 705,72) e Alegrete (R\$ 705,29) detinham os maiores valores.

A menor renda *per capita* média era do município de Barra do Quaraí, com R\$ 483,29, o que contrasta com seu alto PIB *per*

¹⁴ Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>>. Acesso em: 06.05.2015.

¹⁵ O Estado do Rio Grande do Sul, em 2013, possuía 67,25% de seu pessoal ocupado nos Serviços; 30,07%, na Indústria; e apenas 2,68%, na Agropecuária.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 06.05.2015.

capita. A renda baixa nos municípios do COREDE dificulta o dinamismo dos setores de serviços e industrial, devido ao baixo desenvolvimento de um mercado consumidor. A grande concentração da propriedade da terra contribui para esse cenário. Nesse sentido, são necessárias ações que permitam romper esse ciclo que dificulta o desenvolvimento econômico da Região.

A Região apresenta três unidades do Instituto Federal Farroupilha, com cursos técnicos e superiores, nos municípios de Uruguaiana, Alegrete e São Borja. Também detém uma unidade do Instituto Federal do Sul, em Santana do Livramento, inclusive com cursos técnicos binacionais em parceria com a *Universidad del Trabajo del Uruguay* (UTU), com sede na cidade de Rivera.

Quadro 9: PIB.

Município:	PIB (2013, R\$ mil):	PIB per capita (2013, R\$):
Alegrete	1.504.163	19.027,03
Barra do Quaraí	133.792	32.038,37
Itacurubi	68.060	19.177,26
Itaqui	1.006.524	25.694,33
Maçambará	133.792	32.038,37
Manoel Viana	174.978	23.862
Quaraí	315.692	13.359,25
Rosário do Sul	703.042	17.220,86
Santa Margarida do Sul	127.781	51.753,97
Santana do Livramento	1.312.524	15.680,91
São Borja	1.474.055	23.325,87
São Gabriel	1.174.905	18.770,25
Uruguaiana	2.080.527	16.065,35

Fonte: Elaboração Equipe Técnica.

Quadro 10: Exportações e ranking IDH.

Município:	Exportações totais (2014, U\$ FOB):	Ranking Estadual IDH (RS):	Ranking nacional IDH:
Alegrete	9.575,47	151°	764°
Barra do Quaraí	Não disponível	428°	2.846°
Itacurubi	Não disponível	445°	2.964°
Itaqui	15.862.805	260°	1.514°
Maçambará	Não disponível	376°	2.332°
Manoel Viana	Não disponível	452°	3.008°
Quaraí	2.624,94	295°	1776°
Rosário do Sul	39.989	314°	1934°
Santa Margarida do Sul	135.975	424°	2828°
Santana do Livramento	29.300.962	207°	1107°
São Borja	522.397	179°	876°
São Gabriel	31.444.046	314°	1934°
Uruguaiana	3.863.909	131°	667°

Fonte: Elaboração Equipe Técnica.

Além disso, possui considerável densidade de universidades, com unidades da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em Santana do Livramento, Alegrete e São Borja; da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) em Santana do Livramento, Alegrete, São Borja, Uruguaiiana e Itaqui; e da Universidade da Região da Campanha (URCAMP) em Santana do Livramento, Alegrete, São Borja, Uruguaiiana e Itaqui.

No entanto, não possui nenhum programa de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) também possui unidades em São Borja, São Gabriel, Uruguaiiana e Santana do Livramento. Nesse município também está localizado o Núcleo de Estudos Fronteiriços, vinculado ao Centro de Integração do MERCOSUL, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

A Região não detém arranjos produtivos locais. Apresenta um polo tecnológico ligado à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), ao Instituto Federal Farroupilha e à URCAMP, atuando nas áreas da piscicultura, horticultura em plasticultura e desenvolvimento da bacia leiteira. Ainda com relação aos aspectos econômicos é importante relatar que tanto a níveis de PIB ou de IDH, os municípios da Fronteira Oeste carecem de resultados melhores se levado em conta seu potenciais efetivos, visto as posições que ocupam nos rankings tanto estadual quanto nacional. O mesmo vale para os indicadores de exportação, com poucas informações conforme o Quadro 9.

Quadro 11: Atividades Produtivas Dos COREDE da Fronteira Gaúcha.

Atividades produtivas dos principais COREDE:	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS / PRODUTOS:	APLs IDENTIFICADAS:
Celeiro	Agropecuária (soja, milho, trigo); suínos e leite.	Produção leiteira, indústria de alimentos, indústria moveleira
Noroeste Colonial	Comércio e serviços 48%, agropecuária: 27% e indústria 24% do PIB.	Máquinas e implementos agrícolas/pós-colheita, piscicultura
Fronteira Noroeste	Estrutura produtiva: indústria (35%) e agropecuária (26%)	Máquinas e implementos agrícolas/colheita
Missões	Agropecuária (36% do PIB). Soja, trigo, milho, erva-mate.	Turismo
Fronteira Oeste	Comércio e serviços: 48% do PIB. Agropecuária: 38% do PIB (arroz, soja e trigo).	Gemas e joias, vitivinicultura, ovinocultura de corte
Campanha	Comércio e serviços: 48% do PIB. Agropecuária: 28% do PIB (arroz).	Carnes e bovinocultura de corte
Sul	Comércio e serviços: 49% do PIB. Setor industrial: 35,5% do PIB. Produtos petroquímicos, fertilizantes, arroz.	Doces e conservas, fruticultura e polo naval

FONTE: BNDES – Projeto análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil (2006).

2.6.1 Setor Agropecuário

Uma das características da região da fronteira é sua estreita ligação com o setor agropecuário, seja pelo legado histórico da pecuária ou pela dita vocação de terras e águas em abundância. Entretanto mesmo contando com muitos recursos naturais, alguns indicadores merecem atenção, como é o caso da participação do VAB da Agropecuária da Fronteira Oeste em relação ao estado do Rio Grande do Sul, a região possui o maior percentual do estado, sendo aproximadamente 8% em 2013.

Quadro 12: VAB Agropecuária percentual do Estado.

VAB Agropecuária:	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alegrete	1,26%	1,43%	1,35%	1,06%	1,40%	1,09%
Barra do Quaraí	0,34%	0,37%	0,40%	0,23%	0,33%	0,26%
Itacurubi	0,16%	0,16%	0,14%	0,13%	0,13%	0,13%
Itaqui	1,14%	1,20%	1,11%	0,97%	1,19%	1,06%
Maçambará	0,44%	0,43%	0,42%	0,38%	0,34%	0,40%
Manoel Viana	0,28%	0,24%	0,25%	0,28%	0,23%	0,33%
Quaraí	0,42%	0,45%	0,40%	0,30%	0,34%	0,26%
Rosário do Sul	0,84%	0,86%	0,67%	0,60%	0,78%	0,70%
Santa Margarida do Sul	0,23%	0,21%	0,35%	0,24%	0,20%	0,28%
Santana do Livramento	0,91%	0,89%	0,66%	0,65%	0,80%	0,69%
São Borja	0,84%	1,00%	1,08%	0,95%	1,08%	1,02%
São Gabriel	1,08%	0,95%	0,98%	0,80%	0,87%	0,88%
Uruguaiana	1,45%	1,66%	1,38%	1,01%	1,31%	1,06%
Fronteira Oeste	9,38%	9,83%	9,19%	7,60%	9,00%	8,16%

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados da FEE.

Outra análise importante diz respeito a participação no VAB Agropecuário na região funcional 6, neste caso, o COREDE FO e seus municípios são responsáveis por uma participação média histórica de em torno de 70%.

2.6.2 Setor Industrial

Com relação ao setor industrial, o COREDE FO possui VAB irrisório, 1,34%, se comparado com os 25% da região metropolitana, contudo, se avaliarmos a região funcional, o

Quadro 13: VAB Indústria percentual Estado.

VAB Indústria:	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alegrete	0,44%	0,44%	0,20%	0,22%	0,27%	0,26%
Barra do Quaraí	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Itacurubi	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Itaqui	0,33%	0,40%	0,19%	0,20%	0,23%	0,21%
Maçambará	0,01%	0,03%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%
Manoel Viana	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Quaraí	0,03%	0,03%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%
Rosário do Sul	0,15%	0,12%	0,11%	0,16%	0,06%	0,06%
Santa Margarida do Sul	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Santana do Livramento	0,12%	0,12%	0,07%	0,09%	0,08%	0,08%
São Borja	0,33%	0,37%	0,23%	0,24%	0,30%	0,29%
São Gabriel	0,19%	0,29%	0,31%	0,17%	0,16%	0,14%
Uruguaiana	0,55%	0,38%	0,23%	0,23%	0,25%	0,23%
Fronteira Oeste	2,19%	2,22%	1,41%	1,38%	1,42%	1,34%

COREDE referido possui a maior fatia de participação no VAB Indústria.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado na planilha da FEE.

2.6.3 Setor de Serviços

Por se tratar de uma análise aparente, podemos afirmar que a participação do COREDE FO na composição do VAB Serviços também mostra, em primeira análise, um baixo desempenho principalmente se comparado a região metropolitana, contudo ainda se destaca na região funcional.

Quadro 15: VAB Industrial percentual da região funcional.**Fonte:** Elaborado pelo autor baseado nos dados da FEE.

VAB Indústria:	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alegrete	13,80%	13,89%	7,30%	9,50%	13,57%	12,92%
Barra do Quaraí	0,48%	0,49%	0,45%	0,44%	0,55%	0,48%
Itacurubi	0,15%	0,15%	0,10%	0,13%	0,15%	0,15%
Itaqui	10,22%	12,85%	6,70%	8,59%	11,35%	10,23%
Maçambará	0,30%	0,91%	0,68%	0,71%	0,75%	0,78%
Manoel Viana	0,36%	0,34%	0,34%	0,48%	0,51%	0,64%
Quaraí	0,92%	0,92%	0,83%	0,83%	1,04%	1,02%
Rosário do Sul	4,56%	3,79%	3,86%	6,86%	3,15%	3,12%
Santa Margarida do Sul	0,28%	0,30%	0,30%	0,45%	0,57%	0,49%
Santana do Livramento	3,74%	3,73%	2,40%	3,74%	4,02%	3,73%
São Borja	10,19%	11,91%	8,23%	10,23%	14,85%	14,24%
São Gabriel	5,98%	9,34%	11,23%	7,08%	7,78%	6,86%
Uruguaiana	17,26%	12,27%	8,32%	9,76%	12,65%	11,60%
Fronteira Oeste	68,24%	70,90%	50,73%	58,79%	70,94%	66,27%

VAB Serviços:	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alegrete	11,97%	10,53%	10,40%	10,17%	10,46%	10,25%
Barra do Quaraí	0,52%	0,52%	0,54%	0,48%	0,50%	0,52%
Itacurubi	0,35%	0,34%	0,30%	0,30%	0,29%	0,30%
Itaqui	5,32%	5,46%	5,36%	5,34%	5,32%	5,43%
Maçambará	0,83%	0,69%	0,59%	0,60%	0,52%	0,59%
Manoel Viana	0,87%	0,82%	0,77%	0,81%	0,75%	0,76%
Quaraí	2,35%	2,41%	2,40%	2,43%	2,39%	2,37%
Rosário do Sul	4,85%	5,15%	5,02%	5,20%	4,83%	4,71%
Santa Margarida do Sul	0,39%	0,42%	0,37%	0,36%	0,34%	0,39%
Santana do Livramento	10,58%	10,15%	10,70%	11,02%	11,16%	10,92%
São Borja	8,68%	9,36%	9,39%	9,52%	9,38%	9,63%
São Gabriel	7,79%	7,88%	9,01%	8,23%	8,19%	8,33%
Uruguaiana	16,80%	16,96%	16,50%	16,29%	16,37%	16,07%
Fronteira Oeste	71,32%	70,69%	71,34%	70,75%	70,51%	70,28%

2.6.4 Finanças Públicas

Quadro 16: VAB Público percentual do Estado.

VAB Adm. Pública	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alegrete	0,69%	0,69%	0,70%	0,65%	0,70%	0,71%
Barra do Quaraí	0,05%	0,04%	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%
Itacurubi	0,04%	0,04%	0,04%	0,04%	0,04%	0,04%
Itaqui	0,35%	0,35%	0,36%	0,36%	0,37%	0,37%
Maçambará	0,05%	0,05%	0,06%	0,06%	0,06%	0,06%
Manoel Viana	0,07%	0,06%	0,07%	0,07%	0,08%	0,07%
Quaraí	0,17%	0,18%	0,18%	0,18%	0,18%	0,18%
Rosário do Sul	0,35%	0,36%	0,35%	0,33%	0,34%	0,31%
Santa Margarida do Sul	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
Santana do Livramento	0,79%	0,73%	0,75%	0,73%	0,73%	0,72%
São Borja	0,54%	0,53%	0,53%	0,52%	0,54%	0,56%
São Gabriel	0,46%	0,50%	0,50%	0,49%	0,51%	0,50%
Uruguaiana	1,02%	1,04%	1,05%	1,02%	1,02%	1,02%
Fronteira Oeste	4,62%	4,61%	4,66%	4,54%	4,64%	4,62%

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 17: VAB Público percentual da região funcional.

Barra do Quaraí	0,72%	0,68%	0,77%	0,78%	0,75%	0,72%
Itacurubi	0,66%	0,63%	0,61%	0,60%	0,61%	0,59%
Itaqui	5,38%	5,28%	5,40%	5,47%	5,49%	5,61%
Maçambará	0,75%	0,75%	0,88%	0,88%	0,85%	0,86%
Manoel Viana	1,01%	0,97%	1,05%	1,12%	1,14%	1,12%
Quaraí	2,64%	2,80%	2,75%	2,79%	2,73%	2,72%
Rosário do Sul	5,26%	5,42%	5,19%	5,07%	5,12%	4,69%
Santa Margarida do Sul	0,42%	0,43%	0,46%	0,46%	0,47%	0,47%
Santana do Livramento	12,02%	11,10%	11,19%	11,13%	10,89%	10,89%
São Borja	8,25%	8,08%	7,88%	8,01%	8,07%	8,47%
São Gabriel	7,03%	7,50%	7,55%	7,54%	7,64%	7,56%
Uruguaiana	15,55%	15,80%	15,74%	15,60%	15,31%	15,39%
Fronteira Oeste	70,12%	69,85%	69,93%	69,32%	69,58%	69,75%

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados da FEE.

2.7 Dimensão Institucional

Na dimensão institucional procurou-se elencar a maior parte das instituições e atores que produzem dinâmicas em seus territórios, para isso foram solicitados a todos os municípios que informassem as instituições mais relevantes em suas regiões a fim de que possamos montar uma rede de informações em prol da colaboração regional.

Poucos municípios prestaram estas informações e os que prestaram consideramos sendo na maioria informações superficiais, assim foram suprimidas do presente documento. Buscando compreender o papel dos variados atores e variadas escalas de poder às quais pertencem, procedemos com a qualificação do público presente nas assembleias até então realizadas. Seguem abaixo os dados por município:

Quadro 18: Percentual de atores nas assembleias do PED.

Rosário do Sul		Maçambará	
Participação:	Escala:	Participação:	Escala:
0,50%	Câmara de vereadores	1,00%	Brigada
1,10%	Sine	5,00%	Câmara de vereadores
10,20%	Escolas Municipais	1,00%	COREDE FO
43,50%	Hospital	1,00%	Emater
30,60%	Prefeituras	34,00%	Escolas estaduais
14,00%	Sociedade Civil	4,00%	Escolas Municipais
		31,00%	Prefeituras
		23,00%	Sociedade Civil
Barra do Quaraí		Quaraí	

Participação:	Escala:	Participação:	Escala:
3,40%	Brigada	14,70%	Câmara de vereadores
5,20%	Câmara de vereadores	5,90%	Escolas estaduais
25,90%	Escolas estaduais	2,90%	Escolas Municipais
37,90%	Escolas Municipais	2,90%	Governo do RS
20,70%	Sociedade Civil	73,50%	Prefeituras
6,90%	Prefeituras		
Itacurubi		São Borja	
Participação:	Escala:	Participação:	Escala:
13,00%	Câmara de vereadores	0,60%	Brigada
37,00%	Escolas estaduais	2,40%	Câmara de vereadores
2,20%	Escolas Municipais	0,60%	Escolas estaduais
34,80%	Prefeituras	0,60%	Exercito
13,00%	Sociedade	0,60%	Governo do RS
		0,60%	Hospital
		0,60%	Polícia Civil
		18,70%	Prefeituras
		18,10%	Sociedade
		57,20%	Unipampa
São Gabriel		Alegrete	
Participação:	Escala:	Participação:	Escala:
0,40%	CREA	0,70%	Brigada

0,40%	CME	2,90%	Câmara de vereadores
0,40%	Emater	1,50%	Escolas estaduais
41,60%	Escolas estaduais	1,50%	Governo do RS
0,40%	Escolas Municipais	8,80%	Hospital
0,80%	Governo do RS	42,30%	Prefeituras
33,50%	Hospital	31,40%	Sociedade
0,40%	Incra	10,90%	Urcamp
14,70%	Prefeituras		
7,30%	Sociedade		
Itaqui		Santana do Livramento	
Participação:	Escala:	Participação:	Escala:
1,60%	COMUDE	2,20%	Comude
1,60%	COREDE FO	6,70%	Escolas estaduais
35,90%	Escolas estaduais	2,20%	Exercito
1,60%	Exercito	6,70%	Governo do RS
40,60%	Hospital	8,90%	IFSUL
9,40%	Prefeituras	55,60%	Prefeituras
9,40%	Sociedade Civil	17,80%	Sociedade
Santa Margarida do Sul		Manoel Viana	
Participação:	Escala:	Participação:	Escala:
3,20%	Câmara de vereadores	4,20%	Brigada
3,20%	Emater	12,50%	Câmara de vereadores

29,00%	Escolas estaduais	2,10%	Corsan
9,70%	Escolas Municipais	10,40%	Emater
3,20%	Governo do RS	10,40%	Prefeituras
45,20%	Prefeituras	4,20%	Sicredi
6,50%	Sociedade Civil	56,30%	Sociedade

Fonte: Elaboração Equipe Técnica.

Quadro 19: Percentual de atores nas assembleias do PED.

Escalas:	Percentual:	Escalas:	Percentual:
Prefeituras	27,40%	Emater	0,60%
Sociedade Civil	17,40%	Brigada Militar	0,60%
Hospitais	17,00%	IFSUL	0,30%
Escolas Estaduais	16,60%	Exercito	0,20%
Unipampa	7,70%	Sicredi	0,20%
Escolas Municipais	4,10%	Sine	0,20%
Câmara de Vereadores	3,60%	CME	0,10%
Urcamp	1,20%	Corsan	0,10%
COMUDE	1,00%	CREA	0,10%
Governo do RS	0,90%	INCRA	0,10%
COREDE FO	0,60%	Polícia Civil	0,10%

Fonte: Equipe Técnica.

Observando os dados sobre os atores no quadro 19, podemos perceber que são diferentes os atores ativos em cada municipalidade, destacando-se os representantes do executivo,

legislativo e servidores ligados a educação e a saúde, há também uma boa participação da sociedade civil, contudo para este estudo consideramos nesta categoria todas as pessoas que não estavam representando nenhuma entidade.

É perceptível um esvaziamento no que tange a outros atores que seriam extremamente relevantes para este processo de planejamento, como por exemplo, os movimentos sociais, comunidades ribeirinhas e locais, pequenos agricultores e muitos outros que não se fizeram presentes. Destacamos também a dificuldade de contato com os municípios e percebemos quase que um descaso por parte da maioria das pessoas para com o processo de planejamento que este trabalho representa.

ANÁLISE SITUACIONAL E DE INDICADORES.

A grosso modo, a região da Fronteira Oeste tem um histórico de elementos que facilitam ou dificultam a ideia de Desenvolvimento Regional integrado, estes elementos ainda são muito presentes e vivos na região, a monocultura extrativista, a desigualdade e concentração de renda, baixos índices educacionais, conflitos agrários. Enfim uma série de questões que ao mesmo tempo são desafios a serem superados.

Convém, em primeiro lugar, resgatar alguns elementos que foram destacados pelos Perfis Socioeconômicos elaborados como contribuição para esse processo (SEPLAN/DEPLAN – 2015) e, também reforçados pela etapa de diagnóstico desse Plano.

O primeiro dele se refere a necessidade de apoio à produção e à diversificação agropecuária. O Valor Adicionado Bruto da Agropecuária da Fronteira Oeste representa 9% do VAB estadual desse setor. Esses valores são bem mais significativos se considerarmos a importância do setor para a Região, onde contribui com 21,9% da produção econômica. A maior parte dos municípios da Região tem sua produção fortemente influenciada pelas atividades rurais, chegando a 55,6%, no caso de Barra do Quaraí. No que se refere à participação econômica, as atividades mais significativas são as tradicionais como o cultivo de arroz e a criação de bovinos. Na produção de carnes destaca-se a chamada “carne verde”, produzida em pastagens naturais. A criação de ovinos, embora não seja muito representativa na estrutura produtiva regional, é significativa em relação à produção estadual. Considerando esses aspectos, são necessárias ações para dinamização dos segmentos tradicionais e, também, para diversificação dos segmentos promissores.

Um segundo aspecto diz respeito ao desenvolvimento de ações para a integração da Faixa de Fronteira. A Faixa de Fronteira vem sendo objeto de ação específica do Governo Federal desde o Programa para o Desenvolvimento da Faixa de

Fronteira (PDFF) e, mais recentemente, do Plano Brasil Fronteira. Através da ação do Governo Estadual, as ações se dão a partir do Núcleo de Fronteira. A Secretaria do Planejamento do RS elaborou, em 2012, o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIF/RS), que pode servir de subsídio para essas ações. Nessa perspectiva podem ser empreendidas ações conjuntas para problemas comuns, visando ao desenvolvimento dessa Região.

Outro aspecto relevante é a necessidade de diversificar a matriz energética, que pode significar, também uma alternativa econômica para a região. A introdução de empreendimentos de energia eólica na Região pode ser um importante fator para diversificar a matriz energética do Estado e aumentar o uso de fontes de energia renováveis.

Também cabe destacar a necessidade de recuperar e reforçar a estrutura urbana. A Região tem como característica a presença de núcleos urbanos bem consolidados, com altas taxas de população residindo nas áreas urbanas. Essa característica, aliada a posição geográfica, sua localização na faixa de fronteira e a estrutura fundiária regional, tornam as cidades um grande ativo para o desenvolvimento regional.

A análise realizada deixou evidente que a Região apresenta fragilidades ambientais que devem ser objeto de cuidado permanente. A ocorrência de estiagens periódicas em épocas de grande demanda por recursos hídricos, especialmente nos meses de verão, quando há intenso consumo de água para as lavouras de arroz, faz a oferta diminuir drasticamente. A Região é, também, marcada pela ocorrência do fenômeno da arenização. Embora esteja relacionado a processos naturais, pode ser facilmente intensificado por usos inadequados do solo.

Os dados e mapas demonstraram, também, que a Região possui baixos indicadores de saneamento. O percentual de domicílios ligados à rede geral de água, com banheiro ou sanitário

ligado à rede geral ou fossa séptica, e com coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba, inferiores às médias estaduais.

Ainda com base no diagnóstico, cabe assinalar a necessidade de atenção com os baixos indicadores sociais relativos à educação, saúde e renda. Na educação, destaca-se a baixa taxa de matrícula na Pré-Escola, assim como o desempenho insatisfatório dos alunos do Ensino Fundamental na Prova Brasil. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 5,83%. A saúde possui as condições mais preocupantes, com todos os indicadores abaixo das médias estaduais. Na renda, o PIB per capita e a renda domiciliar per capita estão abaixo das médias estaduais.

Outro ponto significativo para a região é a mudança no perfil demográfico e esvaziamento populacional que a mesma vem enfrentando. Vários municípios da Região tiveram taxas de crescimento populacional inferiores à média estadual ou negativas, o que pode indicar que parcela dessa população esteja se deslocando para áreas urbanas ou mesmo para outras regiões. O desafio é frear, ou pelo menos minimizar, esse processo e ao mesmo tempo gerar formas de incentivar o desenvolvimento.

Aspecto a se lamentar é o aparente desinteresse pelo tema planejamento estratégico. Principalmente por que as pessoas não participam ou seja, não se manifestam, estão fisicamente representadas, porém muito poucas manifestam opinião e ou contribuem de forma efetiva para as ideias do plano, na maioria das vezes, as perguntas dirigidas a equipe técnica versavam sobre valores e prazos sobre as consultas populares. Isto fica evidente a partir do comentário de um ex-prefeito entrevistado em uma das assembleias:

A dificuldade toda é mobilizar a comunidade criar uma consciência coletiva de participação, os formuladores de opinião cada unidade lá tinha um representante, então, cada unidade tinha o compromisso de levar para o COREDE

para esses fóruns aqui dez, quinze pessoas daquela unidade, na somatória garantia ali duzentos e cinquenta, trezentos cinquenta participação só da saúde, então bem atuante nos garantia recursos para saúde e carregava, desculpa a expressão “na garupa” outras entidades que não tinham representação, colocava demanda da saúde e, por exemplo, votava a demanda, em segurança tem boa representação, mas não tem tanta. Entrevistado.

O homem da fronteira por séculos foi a primeira barricada contra os conflitos platinos e ibéricos. Neste sentido podemos dizer que a variável Planejamento nunca foi o grande forte deste território que por si só foi se moldando e por muito tempo negligenciado pelas políticas públicas.

Contudo, nos últimos 10 anos algumas ações foram realizadas, cujos resultados começam a aparecer. Destacamos aqui os investimentos federais representados pelo Instituto Federal Farroupilha e pela Universidade Federal do Pampa, cujos campus estão espalhados em várias cidades deste recorte. Tais entidades representam um possível e inevitável salto qualitativo nos elementos humanos regionais e também a possibilidade de avanço em ensino, pesquisa e extensão, elementos tão escassos e necessários para esta região.

Muito embora os indicadores econômicos e a matriz produtiva talvez ainda não tenham absorvido as mudanças que esta região vem sofrendo, quem vive nestes pagos percebe todo o processo de mudança que vem ocorrendo nos últimos anos. Com as transformações que estão acontecendo em nível nacional e global, a região da Fronteira Oeste é um território promissor se bem administrado e principalmente levando em conta a riqueza humana que vive no local.

3.1 Matriz Fofa: Potencialidades E Desafios

A intenção ao usar essa matriz/método é a de que a comunidade conduza o processo de desenvolvimento para não ser conduzida por fatores externos e para que saiba interagir de forma concreta em relação aos fatores internos. Os dados abaixo se referem a revisão e complementação das matrizes realizadas na assembleia ampliada do dia 12 de junho de 2016.

3.1.1 Matrizes Por Dimensões

Neste espaço são analisadas as matrizes por dimensão, observando fatores internos e externos à região. Também se destaca as potencialidades e problemas característicos da regionalidade, assim como as oportunidades e ameaças advindas de fatores internos à região.

Quadro 20: Potencialidades e problemas na gestão econômica.

GESTÃO ECONÔMICA:	INTERNAS A REGIÃO:	
	POTENCIALIDADES:	PROBLEMAS:
Objetiva buscar o desenvolvimento regional, através do planejamento, articulação e integração.	Universidades Públicas, Escolas técnicas e Sistema S. Região com grande potencial para o agronegócio. Instituições de articulação, AMFRO, COREDE, ULFRO, Condições para o desenvolvimento do comércio de fronteira, MERCOSUL. Região propicia para se explorar o turismo.	Produção com pouca valorização e incentivo. Perda de capital intelectual. Dificuldade em desenvolver uma visão empreendedora.

EXTERNAS À REGIÃO:	<p>OPORTUNIDADES: Há existência de financiamentos para projetos na região. Estar situada no Mercosul. Potencial de exploração do turismo e qualidade de vida.</p>	<p>ESTRATÉGIAS: Buscar através da representação política e institucional formas para promover a competitividade e aguçar a visão empreendedora para o desenvolvimento da região. Buscar eliminar entraves em relação a efetivação do Mercosul a fim de criar condições e oportunidades comerciais e culturais para as cidades de fronteira. Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ser empregado no agronegócio e turismo local.</p>
	<p>AMEAÇAS: Impasses com a legislação de fronteira. Dificuldade de competitividade com outras regiões. Falta de políticas públicas para a região.</p>	

Fonte: PED 2010-2020 atualizado em 2016.

Quadro 21: Potencialidades e problemas na gestão estrutural.

GESTÃO ESTRUTURAL:	INTERNAS A REGIÃO:	
	POTENCIALIDADES:	PROBLEMAS:
<p>Objetiva intensificar a fiscalização e investimentos na área, aumentar a representatividade e participação da comunidade para efetivar melhorias na infraestrutura.</p>	<p>Abundância em extensão de área. Bom potencial energético. Boa logística devido ao acesso ao Mercosul. Há boa rede hídrica.</p>	<p>Grande distância entre os municípios e em relação a capital. Não há planos de saneamento básico completos e adequados. Problemas de degradação da mata ciliar. Orçamento municipais insuficientes. Uso inadequado do ambiente natural.</p>

	<p>Terras com bom aproveitamento para projetos de agronegócio, biocombustíveis, florestamento, fruticultura e vinicultura. Grande potencial de área verde e aspectos históricos que podem ser explorado para o turismo.</p>	<p>Falta de sinalização rodoviária e turística adequada. Extensão de território. Extensa malha rodoviária e maquinário insuficiente. Sistema energético da região insuficiente. Problemas no transporte intermunicipal da região. Falta de pontes para ligar municípios. Sistema aeroviário, ferroviário e aduanas pouco explorados</p>
<p>EXTERNAS À REGIÃO:</p>	<p>OPORTUNIDADES: Mercado Energético Internacional (GARABI- São Borja, termoelétricas de Uruguaiiana e Alegrete, ITU – Manoel Viana e Maçambara</p>	<p>ESTRATÉGIAS: Fazer uso dos recursos naturais para produção de energia, alimento e culturas diversificadas. Aproveitar e aprimorar a infraestrutura existente e situação geográfica (Mercosul) na busca de novos investimentos. Investir em saneamento básico, pavimentação urbana e rural para melhorar o acesso aos municípios. Intensificar a fiscalização para melhorar a mobilidade urbana.</p>

Utilização de bioenergia (etanol, biomassa e diesel). Rodovia Mercosul (Transporte Internacional). Programas de Faixa de Fronteira.	AMEAÇAS: Restrições orçamento Federal para investimentos na região; Baixa demanda turística; Falta de pavimentação (rodovias e estradas); Falta de planos para bacias hidrográficas; Falta de investimentos no orçamento da união e do estado na região, na manutenção e conservação das rodovias; Adequação da legislação para utilização dos aeroportos, aduanas e ferrovias; Deficiência energética regional.
---	--

Fonte: PED 2010-2020 atualizado em 2016.

Quadro 22: Potencialidades na Gestão Social: Educação, cultura e lazer.

GESTÃO SOCIAL: EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER.	INTERNAS A REGIÃO:	
	POTENCIALIDADES:	PROBLEMAS:
Realizar diagnóstico para subsidiar a elaboração de políticas para região a fim de buscar maiores investimentos.	Boa Estrutura. Escola de EAD, Universidades públicas (Unipampa e UERGS), Instituto Federal Farroupilha. Amplo patrimônio	Inexistência de diagnóstico e inventário turismo/lazer regional. Falta de investimentos em projetos que busquem resgatar a educação patrimonial rica da região. Falta de inclusão das escolas municipais na consulta popular COREDE. Transporte escolar precário.

	<p>Histórico e cultural que pode ser explorado para o turismo.</p> <p>Implantação de escolas de turno integral.</p>	<p>Falta de estrutura física e material nas escolas estaduais da região.</p> <p>Distância e falta de projetos para escolas rurais.</p> <p>Falta de cursos de qualificação para os professores da rede estadual de ensino na região.</p> <p>Sistema aeroviário, ferroviário e aduanas pouco explorados.</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">EXTERNAS À REGIÃO:</p>		<p>ESTRATÉGIAS:</p> <p>Elaboração de diagnóstico regional de educação, cultura e lazer para qualificação das áreas;</p> <p>Buscar nível de excelência na educação.</p> <p>Propor um plano de turismo regional;</p>
		<p>OPORTUNIDADES:</p> <p>Mercado Energético Internacional (GARABI- São Borja, termelétricas de Uruguaiana e Alegrete, ITU – Manoel Viana e Maçambara</p> <p>Utilização de bioenergia (etanol, biomassa e diesel).</p> <p>Rodovia Mercosul (Transporte Internacional).</p> <p>Programas de Faixa de Fronteira.</p>
		<p>AMEAÇAS:</p> <p>Falta de articulação entre os atores de escalas diferentes (federal, estadual, municipal e internacional).</p>

Fonte: PED 2010-2020 atualizado em 2016.

Quadro 23: Potencialidades da segurança.

GESTÃO SOCIAL: SEGURANÇA.	INTERNAS A REGIÃO:	
	POTENCIALIDADE S:	PROBLEMAS:
Buscar políticas públicas na área da segurança, através da unidade e integração dos órgãos, de maneira sistemática e permanente, tendo a participação da sociedade civil organizada.	Recursos humanos qualificados; Presença da força policial; Envolvimento com a sociedade; Segurança como prioridade para a comunidade.	Falta de infraestrutura (instalação, equipamentos e pessoal de área; Inexistência de política na área de segurança. Crescimento da violência.

EXTERNAS À REGIÃO:	OPORTUNIDADES: Recursos Federais disponíveis.	ESTRATÉGIAS: Aperfeiçoar as políticas de convênio, programas sociais que visem a prevenção da violência através da educação; Implantar política de segurança regional que visam a busca de reposição de recursos humanos e materiais.
	AMEAÇAS: Região de Fronteira; Falta de políticas públicas para região; Falta de contratos para região.	

Fonte: PED 2010-2020 atualizado em 2016.

Quadro 24: Potencialidades da saúde e assistência social.

GESTÃO SOCIAL: SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	INTERNAS A REGIÃO:	
	POTENCIALIDADES:	PROBLEMAS:
Desenvolver visão política/ comunitária de longo prazo, buscando criar conscientização de cultura empreendedora e qualificação profissional através do comprometimento dos municípios aos	Existência de Universidade na área da saúde (medicina) Unipampa; População de 580 mil habitantes;	Distância dos grandes centros; Problemas de comunicação; Baixo poder aquisitivo; Saneamento básico insuficiente; Falta de gerenciamento dos programas federais;

<p>programas federais e fortalecer a oferta de serviços de alta complexidade e atendimento na área da saúde através de hospital escola – UNIPAMPA URUGUAIANA.</p>	<p>Abertura para investimentos externos; Rede hospitalar pública e privada.</p>	<p>Falta de recursos humanos e matérias na área da saúde. (médicos especialistas e UTI especializadas.</p>
<p>EXTERNAS À REGIÃO:</p>	<p>OPORTUNIDADES: Representação política e regional; Emenda 29; União, descentralização alta - complexidade; Oferta de recursos Estaduais e Federais.</p>	<p>ESTRATÉGIAS: Elaborar planejamento da saúde regional em conjunto com a SES e UNIPAMPA; Criar uma política regional de integração e comunicação com o objetivo de valorizar a área e aumentar a nossa representação política; Qualificar os atendimentos da rede de saúde; Construir um grupo qualificado junto com o COREDE-FO com o apoio das universidades na elaboração e acompanhamento de projetos.</p>
	<p>AMEAÇAS: Região de fronteira – ameaça sanitária; Equipamentos importados; Domínio de custos – medicamentos.</p>	

Fonte: PED 2010-2020 atualizado em 2016.

Quadro 25: Potencialidades e problemas na gestão institucional.

GESTÃO INSTITUCIONAL:	INTERNAS A REGIÃO:	
	POTENCIALIDADES:	PROBLEMAS:
Dar legitimidade ao papel do COREDE como articulador no processo de interação entre poder público, as instituições de ensino e a iniciativa privada, através da conscientização da importância da cooperação de todos para o desenvolvimento sustentável.	Presença de instituições necessárias para o bom funcionamento das atividades sociais.	Pouca participação do setor privado no COREDE. Falta de articulação regional. Falta capacidade de gestão pública. Conselhos regionais se reúnem pouco e, às vezes, de forma ineficiente. Acirramento ideológico. Pouca participação das entidades nas assembleias do COREDE.

EXTERNAS À REGIÃO:	<p>OPORTUNIDADES: Universidades em amplo desenvolvimento e Escola Técnica em amplo desenvolvimento (UNIPAMPA E INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA). Governo Estadual incentiva o desenvolvimento regional.</p>	<p>ESTRATÉGIAS: Conscientizar as diversas instituições pública e privada da importância da articulação entre ambos para o desenvolvimento via COREDE. Destacar às potencialidades da região através de campanha de Marketing. Elaborar instrumentos regionais (articulações) para qualificar a máquina pública, identificar e implementar projetos de desenvolvimento para a região.</p>
	<p>AMEAÇAS: Possível redução das instituições estaduais. Diferença de desenvolvimento nas esferas municipais e federal.</p>	

Fonte: PED 2010-2020 atualizado em 2016.

3 DIMENSÕES E ESTRATÉGIAS DA REGIÃO DA FRONTEIRA OESTE.

Os elementos apresentados neste capítulo dizem respeito as estratégias concebidas a partir da revalidação da matriz FOFA 2010-2020 do COREDE FO, com algumas alterações. No quadro abaixo estão disposta as dimensões e as estratégias respectivas.

Quadro 26: Dimensões e estratégias.

Dimensão:	Estratégias:
Gestão econômica.	1 Buscar através da representação política e institucional formas para promover a competitividade e aguçar a visão empreendedora para o desenvolvimento da região; 2 Buscar eliminar entraves em relação a efetivação do MERCOSUL a fim de criar condições e oportunidades comerciais e culturais para as cidades de fronteira; 3 Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ser empregado no agronegócio e turismo local;
Gestão estrutural.	4 Fazer uso dos recursos naturais para produção de energia, alimento e culturas diversificadas. 5 Aproveitar e aprimorar a infraestrutura existente e situação geográfica (MERCOSUL) na busca de novos investimentos. 6 Investir em saneamento básico, pavimentação urbana e rural para melhorar o acesso aos municípios. 7 Intensificar a fiscalização para melhorar a mobilidade urbana.
Gestão Social: Educação, Cultura e Lazer.	8 Elaboração de diagnóstico regional de educação, cultura e lazer para qualificação das áreas; 9 Buscar nível de excelência na educação. 10 Propor um plano de turismo regional;

Gestão social: segurança	<p>11 Aperfeiçoar as políticas de convênio, programas sociais que visem a prevenção da violência através da educação.</p> <p>12 Implantar política de segurança regional que visam a busca de reposição de recursos humanos e materiais.</p>
Gestão social: Saúde e assistência social	<p>13 Elaborar planejamento da saúde regional em conjunto com a SES e UNIPAMPA;</p> <p>14 Criar uma política regional de integração e comunicação com o objetivo de valorizar a área e aumentar a nossa representação política;</p> <p>15 Qualificar os atendimentos da rede de saúde;</p> <p>16 Construir um grupo qualificado junto com o COREDE-FO com o apoio das universidades na elaboração e acompanhamento de projetos.</p>
Gestão institucional	<p>17 Conscientizar as diversas instituições pública e privada da importância da articulação entre ambos para o desenvolvimento via COREDE.</p> <p>18 Destacar às potencialidades da região através de campanha de marketing.</p> <p>19 Elaborar instrumentos regionais (articulações) para qualificar a máquina pública, identificar e implementar projetos de desenvolvimento para a região.</p>

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

Ao todo foram rediscutidas 19 estratégias que foram produto dos trabalhos do PED 2010-2020, contudo, durante os debates das assembleias dos dias 15 de junho de 2016 e em Alegrete no dia 16 de fevereiro de 2017, foram elencadas 7 estratégias preferenciais (quadro 4) que foram utilizada na construção dos projetos que compõem este trabalho.

Quadro 27: Estratégias referenciais PED 2015-2030.

1	Buscar através da representação política e institucional formas para promover a competitividade e aguçar a visão empreendedora para o desenvolvimento da região;
2	Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ser empregado no agronegócio e turismo local;
3	Fazer uso dos recursos naturais para produção de energia, alimento e culturas diversificadas.
4	Investir em saneamento básico, pavimentação urbana e rural para melhorar o acesso aos municípios.
5	Propor um plano de turismo regional;
6	Qualificar os atendimentos da rede de saúde;
7	Elaborar instrumentos regionais (articulações) para qualificar a máquina pública, identificar e implementar projetos de desenvolvimento para a região.

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

4.1 Problematização E Contextualização Das Estratégias Prioritárias.

Neste capítulo serão apresentados argumentos mínimos registrados pela equipe técnica relativos aos debates e contextualizações referentes as estratégias prioritárias selecionadas pelas assembleias. Não se pretende aqui estabelecer uma visão baseada em paradigmas teóricos, e sim enfatizar as problemáticas que surgiram durante os debates sobre as referidas estratégias e suas repercussões.

Quadro 28: Problematização da estratégia 1.

Estratégia:	Problemas:	Objetivos:
Buscar através da representação política e institucional formas para promover a competitividade e aguçar a visão empreendedora para o desenvolvimento da região;	Os problemas relacionados a esta estratégia dizem respeito a multiplicidade de atores e interesses, bem como a disparidade destes na atuação regional. Outro ponto em questão é a visão administrativa regional ser culturalmente impregnada de elementos nada inovadores seja do ponto de vista social, econômico e ambiental em sua maioria. Outra questão fundamental é o partidarismo descompromissado com o bem estar regional, agravado pelos problemas de falta de continuidade de políticas em mandatos municipais. Falta de apoio e fomento a projetos que projetem a microeconomia regional.	Estabelecer acordos e parcerias entre entidades público-privadas regionais em prol do desenvolvimento de projetos que fomentem a produção empreendedora e a micro economia regional, a fim de superar a monocultura e a concentração de renda da Fronteira Oeste.
	Alternativas:	Justificativas:

	Estabelecer investimentos estratégicos que possam vir a contribuir com o desenvolvimento da microeconomia regional, onde grande parte da produção qualificadamente melhor distribuída é das agroindústrias familiares.	Esta temática se justifica a partir de do abundante território produtivo existente na região, bem como das condições técnicas para execução das mesmas, pois a região conta com entidades como a Emater e a Unipampa que podem certamente fornecer suporte pedagógico e prático para este nicho.
	Decisões ações:	
	Projeto de apoio a agroindústrias familiares.	

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

Quadro 29: Problemática da estratégia 2.

Estratégia:	Problemas:	Objetivos:
Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ser empregado no agronegócio e turismo local;	As principais problematizações sobre este tema versam sobre a falta de recurso público para estudos práticos, a falta de pessoal interessado em pesquisa, visão pouco empreendedora das lideranças políticas, falta de integração regional.	Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico na região da fronteira oeste.
	Alternativas:	Justificativas:

	Estabelecer projetos que visem o desenvolvimento de estudos e ou pesquisas que agreguem valor a partir de avanços e melhorias em processos e ferramentas.	A melhoria de processos e ferramentas, produz maiores resultados e ganhos econômicos de médio e longo prazo.
	Decisões ações:	
	Projeto Plano Regional de Eficiência Energética. Projeto Financiamento de projetos de energia sustentável.	

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

Quadro 30: Problematização da estratégia 3.

Estratégia:	Problemas:	Objetivos:
Fazer uso dos recursos naturais para produção de energia, alimento e culturas diversificadas.	Muitos elementos dificultam a efetivação desta estratégia, questões legais, práticas produtivas antiquadas e a tempos consolidadas na região, falta de debate público embasado sobre o tema. Falta de interesse sobre o tema por parte da maioria da população.	Potencializar o aproveitamento de recursos regionais peculiares a região da fronteira oeste.
	Alternativas:	Justificativas:

	Investir em projetos que visem potencializar algum aspecto natural da região.	Já existem estudos que demonstram a possibilidade de novos investimentos bem como a potencialização e comercialização de outros.
	Decisões ações:	
	Projeto Estâncias Hidrotermais. Projeto Organização de exposições, feiras de produtos para integração comercial regional.	

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

Quadro 31: Problematização da estratégia 4.

Estratégia:	Problemas:	Objetivos:
Investir em saneamento básico, pavimentação urbana e rural para melhorar o acesso aos municípios.	Um problema em destaque para quem anda pela Fronteira Oeste é as distâncias, situação está agravada pela condição das estradas, principalmente no que tange ao meio rural, precárias também são as condições de saneamento da região, conforme mostra a Análise Situacional parte deste documento.	Investir em projetos que melhorem a infraestrutura urbana e rural bem como os acessos as localidades.
	Alternativas:	Justificativas:
	Uma das alternativas é utilizar recursos compartilhados dos municípios como: mão de obra, pessoal técnico, equipamentos e insumos.	Acessos melhores produzem mais resultados econômicos visto possibilitarem melhor escoamento da produção e menor custo de transporte, bem

		como a melhoria das condições sanitárias elevam as condições de vida da população.
	Decisões ações:	
	Projeto Aquisição de Maquinário.	

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

Quadro 32: Problematização da estratégia 5.

Estratégia:	Problemas:	Objetivos:
Criar grupo para elaborar/propor um plano de turismo regional;	Falta de preparo dos municípios para as questões turísticas, falta investimento em bloco para um programa turístico regional.	Estabelecer projetos e programas vinculados a tema turismo.
	Alternativas:	Justificativas:
	Aproveitamento do legado histórico cultural para prover o turismo, capacitando e preparando a região para o mercado turístico.	Turismo é uma das grandes indústrias criativas do mundo e tem casos de iniciativas do estado que deram resultado, como a região da serra por exemplo.
	Decisões ações:	
	Projeto Plano de Desenvolvimento Turístico Regional.	

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

Quadro 33: Problematização da estratégia 6.

Estratégia:	Problemas:	Objetivos:
Fiscalizar a efetivação do projeto de saúde na região.	Transtornos de repasses para a área da saúde, vácuo de hospitais especializa-dos na região.	Angariar esforços para efetivação das ações já pactuadas em saúde e criação de novas ações.
	Alternativas:	Justificativas:
	Ampliação de serviços regionais especializa-dos.	Alta demanda, e dificuldades com a distancia justificam o investimento.
	Decisões ações:	
	Projeto de Ampliação dos serviços regionais nas especialidades de: traumatologia/ortopedia, urologia, otorrinolaringologia, e neurocirurgia.	

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

Quadro 34: Problematização da estratégia 7.

Estratégia:	Problemas:	Objetivos:
Elaborar instrumentos do COREDE para qualificar a máquina pública, identificar e implementar projetos de desenvolvimento para a região.	Pouca participação da sociedade civil e do setor privado no âmbito do COREDE FO dificulta o dialogo regional e limita a atuação de qualquer plano, bem como a participação desqualificada ou tendenciosa de	Estabelecer instrumentos vinculados ao COREDE FO de qualificação para o setor público.

	alguns atores públicos prejudicam da mesma forma o processo de planejamento e execução de demandas regionais.	
	Alternativas:	Justificativas:
	Capacitação em gestão pública, democrática e participativa.	Melhoria da qualidade dos gestores e das relações públicas com o COREDE FO.
	Decisões ações:	
	Programa regional de formação de gestores públicos em ambiente digital.	

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

4.2 Referenciais Estratégicos:

Em assembleia regional ampliada no dia 15 de junho do ano de 2016 na cidade de Uruguaiana-RS foi realizada a dinâmica para consolidação da matriz FOFA e das estratégias que nortearão o desenvolvimento da Fronteira Oeste até a próxima revisão deste plano, para além, ao final do evento, ocorreu o debate sobre os valores, vocações e a visão estratégica. Foi utilizado como base para o debate os referenciais estratégicos pactuados no PED anterior 2010-2020.

4.2.1 Valores:

Primeiramente foram abordados os elementos que compunham os valores regionais estabelecidos no PED 2010-2020, foram listado e projetados na tela para fins de visualização e debate, após alguns minutos de discussão a plenária presente manteve os elementos anteriormente estabelecidos e se reconheceu como sendo valores compartilhados em toda a região os seguintes:

Quadro 35: Valores regionais compartilhados.

• Credibilidade e responsabilidade;	• Cultura e tradição;
• Honestidade e lealdade;	• Ética;
• Humanização;	• Hospitalidade;
• Qualidade;	• Liberdade;

Fonte: Elaboração da equipe técnica.

O debate oportuno, lançou luz ao contexto atual da sociedade brasileira, seus desafios socioeconômicos, mas principalmente ao viés regional, sobre quais são os aspectos regionais que precisam mudar, quais devem ser resgatados e quais ainda possuímos e precisamos preservar. Bem como características socioculturais regionais.

4.2.2 Vocação:

Após a finalização dos debates sobre os valores compartilhados em toda região da Fronteira Oeste, estabeleceu-se um debate sobre as vocações regionais, mais uma vez se fez uso dos argumentos edificados

no PED 2010-2020, o mesmo foi projetado para a assembleia em equipamento visual, posteriormente iniciou-se os debates, que culminaram com a decisão de que a frase abaixo representa a vocação da região da Fronteira Oeste.

Quadro 36: Vocação da região da Fronteira Oeste.

“Os nossos talentos, a cultura, a qualidade de vida, a localização estratégica e a natureza potencializam a região para o agronegócio, a logística, o turismo regional e os cuidados com a vida.”

4.2.3 Visão

Por fim, depois de superada a construção dos valores e da vocação regional, foi estabelecida uma discussão sobre a visão estratégica regional, que culminou com uma pequena alteração (inclusão da dimensão turismo e alongamento do prazo para 2030) no texto da visão edificada no PED 2010-2020, e que se configurou como o descrito no quadro abaixo.

Quadro 37: Visão estratégica.

“Ser reconhecida, até 2030, como uma região de vanguarda no Estado do Rio Grande do Sul pela sua excelência no desenvolvimento sustentável com foco na economia, turismo, infraestrutura, aspectos sociais e institucionais.”

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

5 PROJETOS ESTRATÉGICOS:

De acordo com o proposto no plano de trabalho desta etapa, foram agrupadas e selecionadas as estratégias regionais que servirão por base para os projetos e ou programas estruturantes.

Tais estratégias, em número de sete para o COREDE FO, tem por objetivo principal desencadear o processo de captação de projetos da região da Fronteira Oeste. O processo ocorreu já na Assembleia Geral do dia quinze de junho de 2016, onde a equipe técnica e a representação do COREDE FO já alertavam sobre a necessidade dos municípios e

entidades da região a construir projetos alinhados a discussão do PED 2015-2030 que haveria um prazo para o envio e acolhimento para os projetos neste momento do trabalho.

No dia sete de fevereiro de 2017, a equipe técnica, em virtude do prazo, precisou encerrar o recebimento dos projetos das entidades para esta publicação, recebemos ao todo vinte e oito projetos, onde praticamente todos serão aproveitados, se não de maneira evidente como prioridades neste trabalho, de maneira posterior visto que será encaminhado para o Banco de Dados de Projetos da Fronteira Oeste, instrumento este que será sugerido como ferramenta que compôs a metodologia de gestão do PED 2015-2030, proposto pela equipe técnica.

O quadro 38 apresenta a totalidade de projetos recebidos e suas descrições resumidas, os projetos na íntegra compõem o apêndice 1 deste documento, dos projetos recebidos, alguns foram agrupados visto tratarem de objetos semelhantes.

Quadro 38: Projetos regionais recebidos.

Projeto:	Descrição:
1	Fundo regional de financiamento
2	Estância hidrotermal
3	Roteiros turísticos
4	Organização de exposições, feiras de produtos para integração comercial regional
5	Criação e apoio à cooperativas regionais de produtores
6	Parque eólico
7	Financiamento de projetos de energia sustentável
8	Plano regional de eficiência energética
9	Clínica escola
10	Apoio financeiro para as guardas municipais
11	Designação de maior efetivo policial para região
12	Promover, incentivar e atrair profissionais da área da saúde para atuar nas cidades da região

13	Firmar consórcio para criação e manutenção de centro regional de referência em especialidades
14	Desenvolver, manter e firmar parcerias para centro de formação de gestores
15	Apoio a agroindústria da pecuária familiar
16	Aquisição de maquinas caminhão prancha.
17	Aquisição de maquinas trator de cabine.
18	Aquisição de maquinas trator de esteira.
19	Asfaltamento de vias urbanas
20	Fortalecimento do agroturismo no pampa
21	Apoio a agricultura familiar.
22	Correção, recuperação e manutenção de estradas caminhão
23	Pavimentação
24	Manutenção de estradas
25	Equipamentos de saúde
26	Projeto moto niveladora
27	Ampliação saúde
28	Agroindústria
29	Lâmpadas LED

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

5.1 Projetos estratégicos Prioritários

Estão aqui apresentados os projetos prioritários da Fronteira Oeste, bem como o trabalho de priorização por região funcional, pactuado com a equipe técnica do COREDE CAMPANHA em reunião em Porto Alegre dia 13 de março de 2017. Os demais projetos originais recebidos estão em CD anexo.

Quadro 39: Projetos prioritários e respectivas estratégias.

Estratégias:	Projetos:
1 - Buscar através da representação política e institucional formas para promover a competitividade e aguçar a visão empreendedora para o desenvolvimento da região;	2) Apoio à agroindústria familiar. 10) Criação e apoio às Cooperativas Regionais de Produtores.
2 - Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ser empregado no agronegócio e turismo local;	5) Plano Regional de Eficiência Energética. 7) Financiamento de projetos de energia sustentável.
3 - Fazer uso dos recursos naturais para produção de energia, alimento e culturas diversificadas;	8) Estâncias Hidrotermais. 9) Organização de exposições, feiras de produtos para Integração comercial regional.
4 - Investir em saneamento básico, pavimentação urbana e rural para melhorar o acesso aos municípios;	4) Aquisição de Maquinário.
5 - Criar grupo para elaborar/propor um plano de turismo regional;	3) Plano de Desenvolvimento Turístico Regional.
6 - Fiscalizar a efetivação do projeto de saúde na região;	1) Ampliação dos serviços regionais nas especialidades de: traumatologia/ortopedia, urologia, otorrino, e neurocirurgia.
7 - Elaborar instrumentos do COREDE para qualificar a máquina pública, identificar e implementar projetos de desenvolvimento para a região.	6) Programa regional de formação de gestores públicos em Ambiente digital.

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

Quadro 40: Projetos hierarquizados assembleia Alegrete.

Hierarquia de prioridades COREDE FO:	Projetos estratégicos:
1	Ampliação dos serviços regionais nas especialidades de: traumatologia/ortopedia, urologia, otorrino, e neurocirurgia.
2	Apoio à agroindústria familiar.
3	Plano de Desenvolvimento Turístico Regional.
4	Aquisição de Maquinário.
5	Plano Regional de Eficiência Energética.
6	Programa regional de formação de gestores públicos em ambiente digital.
7	Financiamento de projetos de energia sustentável.
8	Estâncias Hidrotermais.
9	Organização de exposições, feiras de produtos para integração comercial regional.
10	Criação e apoio às Cooperativas Regionais de Produtores.

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

Quadro 41: Projetos do COREDE FO.

Dimensão:	Estratégias:	Projetos hierarquizados:
Gestão econômica.	Buscar através da representação política e institucional formas de investimento para promover a competitividade e aguçar a visão empreendedora para o desenvolvimento da região;	2) Apoio à agroindústria familiar. 10) Criação e apoio às Cooperativas Regionais de Produtores. 11) Fundo regional de financiamento.

	<p>Buscar eliminar entraves em relação a efetivação do MERCOSUL a fim de criar condições e oportunidades comerciais e culturais para as cidades de fronteira;</p>	<p>Não houveram projetos alinhados a esta estratégia.</p>
	<p>Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ser empregado no agronegócio e turismo local;</p>	<p>5) Plano Regional de Eficiência Energética. 7) Financiamento de projetos de energia sustentável. 14) Apoio a agroindústria da pecuária familiar. 15) Apoio a agricultura familiar.</p>
Gestão estrutural.	<p>Fazer uso dos recursos naturais para produção de energia, alimento e culturas diversificadas.</p>	<p>8) Estâncias Hidrotermais. 9) Organização de exposições, feiras de produtos para Integração comercial regional. 12) Parque eólico. 19) Lâmpadas LED.</p>
	<p>Aproveitar e aprimorar a infraestrutura existente e situação geográfica (MERCOSUL) na busca de novos investimentos.</p>	<p>Não houveram projetos alinhados a esta estratégia.</p>
	<p>Investir em saneamento básico, pavimentação urbana e rural para melhorar o acesso aos municípios.</p>	<p>4) Aquisição de Maquinário. 16) Pavimentação. 18) Projeto moto niveladora.</p>

	Intensificar a fiscalização para melhorar a mobilidade urbana.	20) Asfaltamento de vias urbanas.
Gestão Social: Educação, Cultura e Lazer.	Elaboração de diagnóstico regional de educação, cultura e lazer para qualificação das áreas;	Não houveram projetos alinhados a esta estratégia.
	Buscar nível de excelência na educação.	Não houveram projetos alinhados a esta estratégia.
	Criar um plano de turismo regional;	3) Plano de Desenvolvimento Turístico Regional.
Gestão social: segurança	Aperfeiçoar as políticas de convênio, programas sociais que visem a prevenção da violência através da educação.	24) Apoio financeiro para as guardas municipais.
	Implantar política de segurança regional que visam a busca de reposição de recursos humanos e materiais.	23) Designação de maior efetivo policial para região.
Gestão social: Saúde e assistência social	Elaborar planejamento da saúde regional em conjunto com a SES e UNIPAMPA;	21) Firmar consórcio para criação e manutenção de centro regional de referência em especialidades.
	Criar uma política regional de integração e comunicação com o objetivo de valorizar a área e aumentar a nossa representação política;	13) Clínica escola.

	Qualificar os atendimentos regionais da rede de saúde;	1) Ampliação dos serviços regionais nas especialidades de: traumatologia, ortopedia, urologia, otorrino, e neurocirurgia.
	Construir um grupo qualificado junto com o COREDE-FO com o apoio das universidades na elaboração e acompanhamento de projetos.	17) Equipamentos de saúde.
Gestão institucional	Conscientizar as diversas instituições pública e privada da importância da articulação entre ambos para o desenvolvimento via COREDE.	Não houveram projetos alinhados a esta estratégia.
	Destacar às potencialidades da região através de campanha de marketing.	22) Promover, incentivar e atrair profissionais da área da saúde para atuar nas cidades da região.
	Elaborar instrumentos do COREDE para qualificar a máquina pública, identificar e implementar projetos de desenvolvimento para a região.	6) Programa regional de formação de gestores públicos em Ambiente digital.

Fonte: Elaborado pelos autores.

5.1.1 Relação de Projetos Prioritários COREDE FO.

Nos Quadros 42 a 51 apresentam-se os projetos prioritários do COREDE FO.

Quadro 42: COREDE FO: Prioridade 1 – Infra estrutura hospitalar.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliação dos serviços regionais nas especialidades de: traumatologia/ortopedia, urologia, otorrinolaringologia, e neurocirurgia.
Localização: COREDE FO
Valor total estimado do projeto: R\$ 7.838.600,00
Duração do projeto: 156 meses
Responsável pela implementação: Irmandade da Santa Casa de Caridade de São Gabriel.
Escopo: A IRMANDADE DA SANTA CASA DE CARIDADE DE SÃO GABRIEL, vem buscar ampliar o acesso dos serviços regionais já existentes, atualmente atendemos aos Municípios de: <i>Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, Itaqui, Manoel Viana, Santa Margarida, Barra do Quaraí, Maçambará, Livramento, Uruguaiana e São Gabriel</i> , o qual pretendemos implementar e qualificar os serviços, aliado à oferecer mais oferta de serviços aos pacientes usuários do SUS, que aguardam pelos atendimentos e procedimentos, de acordo com suas necessidades singulares, visando seu bem-estar, segurança, autonomia e principalmente o restabelecimento de sua saúde.
Responsável: Irmandade da Santa Casa de Caridade de São Gabriel, pessoa de referência Márcia Ximenes de Lima. E-mail: santacasa@santacasasg.org.br – Telefone: (55) 3232-7851.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento prestado por meio da modernização gerencial, física e tecnológica da Santa Casa para atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, através da ampliação física e operacional dos atendimentos;

Implementar a estrutura de atendimentos, a fim de qualificar os procedimentos especializados;
Atender adequadamente a DEMANDA REPRIMIDA dos Serviços Regionais da população e dos Municípios da Região atendidos pela Santa Casa.

Justificativa: A IRMANDADE DA SANTA CASA DE CARIDADE DE SÃO GABRIEL, visando contribuir para a garantia da universalidade, integridade e equidade no acesso aos bens e serviços de saúde, bem como a promoção do desenvolvimento institucional do setor de saúde, mediante ações que visem incrementar a capacidade de gestão do sistema em seus diferentes níveis, busca a melhoria dos serviços médico-hospitalar, com a maior adequação técnico científica, visando melhor atendimento da população, além de desempenhar um papel de grande relevância na Região de abrangência da 10ª CRS, através dos atendimentos Regionais. Nesse contexto, a Instituição vem apresentar a proposta de buscar a AMPLIAÇÃO dos Serviços Regionais já existentes, além de pleitear uma melhor remuneração na oferta de serviços, justificado pela identificação da DEMANDA REPRIMIDA, o que vem sendo um fator preocupante que precisa ser resolvido a curto, médio ou longo prazo, mas precisa evoluir para ter um atendimento mais resolutivo e ao mesmo tempo humanizado, pois é uma barreira que vem restringindo os serviços, onde o foco atinge diretamente o paciente que fica angustiado na lista de espera pelo atendimento /procedimento, a Instituição está preparada tanto em área física (a Instituição conta com uma área física de 11.478 m², além da implantação de prescrição eletrônica, para melhor agilidade e modernização das prescrições médicas), como recursos humanos (com as equipes multidisciplinar), e profissionais médicos, para receber esse aporte de atendimentos, além de resolver um problema existente. Em oportuno informamos que a especialidade de NEUROCIURGIA, ainda não possui o credenciamento oficial do Gestor Estadual, mas atende aos pacientes dos Municípios de: **Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, Itaquí,**

Manoel Viana, Santa Margarida do Sul, e São Gabriel, recebendo pelos serviços prestados através da 10ª CRS.
Beneficiários: Região de abrangência da 10ª CRS: Alegrete, Barra do Quaraí, Itaquí, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel e Uruguaiana.
Resultados pretendidos: Com a ampliação de serviços, nosso resultado pretendido é acabar com a demanda reprimida presente na região.
Alinhamento Estratégico: Qualificar os atendimentos regionais da rede de saúde;
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Reformas estruturais e aquisição de móveis e equipamentos. Obras de adequação e aquisição de equipamentos e instrumental cirúrgico. Custo: R\$ 5.000.000,00 Meta: Ampliar sistema de atendimento Prazo: 24 meses
Produto 2: Despesas correntes (Incluindo despesas nas Unidades de energia elétrica, água, telefone, higienização, lavanderia, depreciações, despesas de pessoal, etc....) Meta: Manutenção e insumos para os novos equipamentos Custo: R\$ 2.838.600,00 Prazo: 12 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras municipais, Governo do Estado do RS, COREDE FO e SUS.
Organizações parceiras: IRMANDADE DA SANTA CASA DE CARIDADE DE SÃO GABRIEL, 10ª Coordenadoria Regional de Saúde, e Secretaria Estadual da Saúde, COREDE FO e demais municípios da Fronteira Oeste.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 7.838.600,00		
Fontes de recursos: Instituições de Ensino e Pesquisa, Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 5.000.000,00		
Despesas Correntes: 2.838.600,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Produto 1: Obras de adequação para a ampliação;	1	48
Produto 1: Aquisição de equipamentos e instrumentos cirúrgicos.	1	48
Produto 2: Despesas correntes	1	12

Quadro 43: COREDE FO: Prioridade 2 – Apoio a agroindústria familiar.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Apoio à agroindústria familiar.
Localização: COREDE FO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Prefeitura Municipal de Alegrete, Quaraí, Maçambará, Manoel Viana, Santa Margarida e produtores envolvidos.
Escopo: O presente projeto visa a construir uma rede de agroindústrias familiares nos municípios da Fronteira Oeste, a fim de retirar os produtores da informalidade, além de gerar renda adicional às famílias envolvidas, buscando também fomentar a

organização do meio rural. O projeto propõem a construção gradual de seis agroindústrias na região da fronteira oeste, prioritariamente nos municípios de Manoel Viana, Maçambará, Quaraí, Alegrete e Santa Margarida do Sul. Buscando fornecer condições técnicas de qualificação da produção regional. Nos primeiros 3 meses do projeto serão elencadas as demandas para a construção e aquisição de máquinas e equipamentos, seus devidos alvarás, projetos e licenças para construção. No segundo trimestre, após a liberação dos recursos, iniciarão as construções e/ou compra de máquinas e equipamentos para as agroindústrias de uso coletivo. No terceiro trimestre serão classificadas as famílias que irão receber o recurso para a construção e/ou aquisição de equipamentos para as agroindústrias familiares individuais (aquelas que serão de uso apenas da família). No quarto trimestre, serão feitos os projetos individuais, com as devidas licenças e alvarás. No quinto trimestre pretende-se inaugurar as de uso coletivo e iniciar as construções e/ou compra de maquinários e equipamentos para as de uso familiar. No final do oitavo trimestre pretende-se concluir e executar todo o projeto.

Responsável: Prefeitura de Manoel Viana – Pessoa de referência Luiza Meus dos Santos. luiza.andreameus@hotmail.com – (55) 99674-2742.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos: Construir e ou equipar agroindústrias familiares nos municípios envolvidos no projeto, a fim de criar uma rede de agroindústrias familiares, com o objetivo de retirar os produtores da informalidade, gerar renda adicional às famílias envolvidas, organizar o meio rural.

Justificativa: A Fronteira Oeste do RS possui uma característica muito peculiar que é a distância entre os municípios vizinhos e a grande extensão dos territórios do interior, sendo que todos os municípios possuem uma grande área rural e é muito preocupante o fato de que a sucessão familiar é cada vez menor nos municípios, acarretando em acentuado êxodo rural, levando um grande número de jovens migrarem do campo pra grandes centros urbanos,

principalmente a Serra Gaúcha. O presente projeto faz-se necessário, pois entende-se que, na medida em que se criem políticas públicas que estimulem o jovem a permanecer no campo com renda, o nosso rural voltará a ser habitado por agricultores familiares que produzam alimentos variados, garantindo a segurança e a soberania alimentar das comunidades locais e da Fronteira Oeste. Sabe-se existe um grande número de famílias vendendo seus produtos na informalidade e sem a devida fiscalização. Os municípios, através da organização do S.I.M., buscam conscientizar as famílias do quanto a formalização e legalização de seus produtos é importante, tanto para a geração de renda da família, quanto a do município e para a saúde pública. A busca pela viabilidade econômica nos assentamentos da reforma Agrária e pequenos produtores nem todos os municípios vem sendo uma forte demanda, e a construção de Agroindústrias Familiares é uma das alternativas para geração de renda, sustentabilidade da família na propriedade, sucessão familiar nas propriedades sendo um atrativo para os jovens permanecerem nas propriedades com renda e qualidade de vida. Mas, para que isso aconteça, as famílias necessitam, principalmente, de Políticas Públicas de fácil acesso e incentivos, tanto financeiro quanto técnico, para que possam levar seus planos e projetos adiante. Para fortalecer o associativismo e a organização rural pretende-se incentivar e fomentar a criação de agroindústrias comunitárias em Assentamentos da Reforma Agrária e em comunidades locais, visando, primeiramente, os produtores que participam nas feiras com a venda de hortigranjeiros e, posteriormente, alcançar outros produtores que também queiram participar de uma agroindústria comunitária para processamento de produtos de origem vegetal minimamente processados, como mandioca e abóbora descascados e algumas conservas, atendendo a demanda do PNAE, PAA e demais instituições. Ressalta-se que na região existe um assentamento que está formado há 17 anos e ainda não possui nenhuma agroindústria legalizada, apenas uma em processo. Bem como, existe município, como Manoel Viana e Quaraí, que não há agroindústrias embora exista demanda de algumas famílias, que, por questões financeiras, ainda não foram

atendidas. Ainda de modo coletivo, pretende-se a aquisição de máquinas e equipamentos para implementar uma agroindústria de beneficiamento de carnes e derivados, visando o fortalecimento da pecuária familiar, a fim de inserir no mercado a produção da cadeia produtiva da pecuária de corte (bovinos/ovinos) direto do produtor, pois os frigoríficos da região estão bastante reduzidos e os pecuaristas familiares estão a cada ano mais prejudicados nas vendas da pequena produção. Também pretende-se incentivar as agroindústrias de mel, pois sabe-se que existem muitos melicultores informais e cidades que ainda não possuem suas agroindústrias de mel, tendo os produtores que vender o produto em barris para atravessadores que levam o produto com um preço muito abaixo de mercado e que não retorna ao município nem para atender ao PNAE, pois geralmente os atravessadores levam o mel para exportação. Um ponto relevante é que com a formalização da agroindústria, outros produtores que produzem para o autoconsumo poderão aumentar a produção e somarem-se às associações, aumentando a renda da família e somando recursos financeiros aos municípios, já que é um produto bastante procurado na região e fora dela e que nos últimos anos atingiu valores de venda bastante atrativos. O objetivo principal das agroindústrias de uso coletivo é resgatar os aspectos produtivos e sociais das comunidades onde ambas estão inseridas, a fim de construir coletivamente o planejamento dos cultivos, no processo, beneficiamento e na comercialização dos produtos, além de estimular o associativismo e o cooperativismo. Após construir e/ou equipar as agroindústrias de uso coletivo, pretende-se formalizar aqueles produtores que já estão trabalhando de forma irregular, convidando-os para formalizar sua agroindústria familiar, através da construção e/ou aquisição de máquinas e equipamentos, agregando valor ao produto, aumentando a renda da família e gerando recursos ao município. Será dada prioridade à produção de bolachas e biscoitos; queijo colonial; e produção de ovos coloniais, sendo que esta necessita da construção do galinheiro, área de pastoreio, aquisição de poedeiras e insumos. Nas agroindústrias de uso familiar o objetivo principal é valorizar a propriedade, buscando o aumento

da produção e da renda da família, o estímulo à sucessão familiar e a permanência do jovem no campo, com renda e qualidade de vida.
Beneficiários: Assentados da Reforma Agrária e produtores da Agricultura Familiar.
Resultados pretendidos: - Aumento da renda familiar. - Recuperação da autoestima e da vontade de permanecer no meio rural. - Valorização dos produtos. - Garantia de sucessão rural. - Permanência dos jovens na propriedade ou na zona rural. - Aumento da arrecadação tributária do município. - Motivar para que outras famílias produzam e comercializem seus produtos. - Aumento significativo na produção de olerícolas e de mel. - Incentivo e perspectiva de aumento da produção da pecuária familiar. - Reduzir gastos na saúde, com a diminuição do consumo de alimentos contaminados.
Alinhamento Estratégico: Buscar através da representação política e institucional formas de investimento para promover a competitividade e aguçar a visão empreendedora para o desenvolvimento da região;
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Construção de 3 agroindústrias de uso coletivo Meta: Envolver, no mínimo, 100 Assentados da Reforma Agrária na escala de produção Custo: R\$ 1.500.000,00 Prazo: 12 a 18 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural e Emater-RS/ASCAR.
Organizações parceiras: COREDE FO e Movimentos rurais.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: FEAPER ou outros.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não		
Licença Ambiental: Sim		
Licitação: Não		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00		
Fontes de recursos: FEAPER		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não		
Investimentos: R\$ 900.000,00		
Despesas Correntes: R\$ 100.000,00		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 1.000.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Produto 1: Construção de 3 agroindústrias de uso coletivo	1	24

Quadro 44: COREDE FO: Prioridade 3 – Aquisição de equipamentos para fortalecimento do Agroturismo no Pampa e criação do Plano de Desenvolvimento Turístico Regional.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aquisição de equipamentos para fortalecimento do Agroturismo no Pampa e criação do Plano de Desenvolvimento Turístico Regional
Localização: Região Funcional 6. Projeto Piloto sediado no Município de Alegrete com possibilidade de atender às cidades que tenham Campus da Unipampa (Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana).
Valor total estimado do projeto: R\$ 957.700,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Fundação Universidade Federal do Pampa – Campus Alegrete e Prefeituras Municipais de

Uruguaiana, Alegrete, Manoel Viana, Quaraí, Santa Margarida do Sul, São Gabriel e Itacurubi.

Escopo: O projeto visa o fortalecimento do Agroturismo no Pampa na busca por fomentar, e tornar viáveis, ações de construção de um eixo empreendedor turístico na região do bioma Pampa. Neste recorte específico busca-se a aquisição de materiais de uso permanente. Os equipamentos adquiridos serão utilizados em três etapas distintas. Na primeira etapa, com duração de um semestre, denominada Projeto Piloto do Agroturismo do Pampa, serão oferecidas rotas aos interessados cadastrados no projeto como empreendedores no modelo de intervisitação. Na segunda etapa, com uma duração de três meses, levantadas as demandas da primeira etapa, será aplicada uma metodologia de redesenho de processo entre os empreendedores envolvidos. No último trimestre do primeiro ano do projeto, ocorrerá a terceira etapa. Nesta serão oferecidas rotas turísticas, produto da segunda etapa, à comunidade local. No segundo ano, bimestralmente serão reanalisadas as rotas e os dados estatísticos produzidos serão submetidos à comunidade nas suas formas de representação para construção coletiva da identidade do Agroturismo local. Os produtos deste investimento serão: um Plano Local para exploração do Agroturismo como agregador de renda e geração de trabalho na atividade agropecuária em toda sua pujança característica. Cinco rotas turísticas, com as seguintes denominações: rota do arroz do Pampa, rota da carne do Pampa, rota dos Recursos Naturais do Bioma Pampa, rota dos Sabores do Pampa e rota da Cultura Gaúcha no Pampa. Um Concurso Anual entre os empreendedores do Agroturismo local.

Responsável: UNIPAMPA – Pessoa de referência: Jhon Pablo Lima Cornélio – (55)99634-9535 – jhon.qmc@gmail.com

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos: O projeto que visa o fortalecimento do Agroturismo no Pampa busca fomentar e tornar viáveis ações de construção de um eixo empreendedor turístico na região do bioma Pampa, neste recorte específico busca-se a aquisição de materiais de uso permanente. E a organização e implantação de roteiros turísticos regionais.

Justificativa: O Agroturismo é uma oportunidade real de agregação de renda aos empreendimentos agropecuários e gerador de trabalho na área de serviços¹. O município de Alegrete é reconhecido por suas naturais aptidões na produção do arroz e da carne, na realização de eventos de culturação do tradicionalismo gaúcho com calendário oficial, pelas suas belezas naturais (sem exploração adequada) e pela qualidade de sua culinária ligada aos frutos do Pampa. Neste contexto, o projeto vai ao encontro de uma exploração sustentável do Agroturismo². A proposta inicial visa a instalação de um Espaço do Agroturismo no Pampa, sediado inicialmente no município de Alegrete, através da estruturação básica para o funcionamento do projeto. O Turismo visto como um empreendimento regional possibilita a agregação de valor às relações dos habitantes locais com a sua cultura e a sua forma de inserção ambiental. A Fronteira Oeste é uma região muito rica em turismo histórico e cultural, apresentando marcos históricos importantes para o Brasil, Rio Grande do Sul e Fronteira com Uruguai e Argentina. Dessa forma, é importante a união e organização dos potenciais turísticos dessa região, a partir da estruturação de um roteiro turístico. Através de uma ação organizada, e um investimento inicial, que viabilizem a geração de produtos e realizações posteriores.

Beneficiários: No projeto piloto serão 20 empreendedores beneficiados diretamente e em torno de 30 empreendimentos da área de serviços como beneficiários indiretos. Após os 24 meses de instalação o número de beneficiários diretos poderá aumentar.

Resultados pretendidos: O projeto visa o fortalecimento do Agroturismo no Bioma Pampa. Busca fomentar, e tornar viáveis, ações de construção de um eixo empreendedor turístico na região do bioma Pampa. Neste recorte específico, busca-se a aquisição de materiais de uso permanente. Com a aquisição dos equipamentos e execução das etapas já descritas, poderão ser fortalecidas as intenções manifestas localmente, como a instalação de um curso técnico em guia de turismo voltado ao Bioma Pampa. No curto prazo, teremos a elaboração de um Diagnóstico do potencial local para exploração turística. A médio prazo, viabilizar-se-á a

instalação de um curso técnico em guia de turismo no Município. A longo prazo, teremos a sustentação das rotas turísticas e o incremento crescente dos postos de trabalho no setor. Além do mais:

- 1) Tornar viável o investimento turístico na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul;
- 2) Estabelecer, na região, a orientação para a recepção turística;
- 3) Revisar e adequar a legislação dos Municípios para o empreender turístico;
- 4) Elaborar um Plano Regional para a exploração do Turismo como gerador de renda e trabalho na Fronteira Oeste;
- 5) Alavancar o turismo regional, incentivando o comércio em geral e a preservação da cultura, dos costumes e da identidade cultural do fronteiriço.

Alinhamento Estratégico: Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ser empregado no agronegócio e turismo local;

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Plano Local para exploração do Agroturismo (PeAgro)

Meta: Redação, Revisão e Publicação do PeAgro

Prazo: 12 meses

Meta: Implantar o Agroturismo.

Prazo: 24 meses

Produto 2: Rota turística do Arroz do Pampa (RtAP)

Meta: Obter registro dos empreendimentos da rota no Ministério do Turismo

Prazo: 24 meses

Produto 3: Rota turística da Carne do Pampa (RtCP)

Meta: Obter registro dos empreendimentos da rota no Ministério do Turismo

Prazo: 24 meses

Produto 4: Rota turística dos Recursos Naturais do Bioma Pampa (RtRNBP)

Meta: Obter registro dos empreendimentos da rota no Ministério do Turismo

Prazo: 24 meses

<p>Produto 5: Rota turística dos Sabores do Pampa (RtSP) Meta: Obter registro dos empreendimentos da rota no Ministério do Turismo Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 6: Rota turística da Cultura Gaúcha no Pampa (RtCGP) Meta: Obter registro dos empreendimentos da rota no Ministério do Turismo Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 7: Concurso Anual entre os empreendedores do Agroturismo local (CAAgro) Meta: Realizar o evento e oficializá-lo no calendário do Município de Alegrete Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 8: Fundação do Espaço do Agroturismo no Pampa (EagroPampa) Meta: Fundar o Espaço do Agroturismo do Pampa, no município de Alegrete. Prazo: 12 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipal do Alegrete; Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Alegrete.</p>
<p>Organizações parceiras: Instituições de Ensino da Região, Associações, Sistema S, Empresas, ONGs, etc.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Sim</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros: Cedência de pessoal técnico, sala e material de escritório pela Universidade Federal do Pampa.</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 957.700,00</p>

Fontes de recursos: Orçamento Estadual: aquisição de material permanente através de recursos financeiros do orçamento participativo; Contrapartida Unipampa: Manutenção e guarda dos equipamentos, realocação de pessoal técnico e material para a execução do projeto e disponibilização de espaço físico para criação do Espaço do Agroturismo do Pampa.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: aquisição de veículo para passageiros R\$ 180.000,00; aquisição de tenda piramidal R\$ 2.000,00; aquisição de câmera fotográfica digital profissional R\$ 1.500,00.
Despesas Correntes: Material de divulgação do projeto: R\$ 2.400,00; Locação de espaço e organização do Concurso Anual do Agroturismo: R\$ 6.000,00.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 20.000,00
Produto 2: R\$ 2.000,00
Produto 3: R\$ 2.000,00
Produto 4: R\$ 2.000,00
Produto 5: R\$ 2.000,00
Produto 6: R\$ 2.000,00
Produto 7: R\$ 13.000,00
Produto 8: R\$ 183.500,00
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
O primeiro mês da execução do projeto coincide com a aquisição dos equipamentos básicos descritos nesta proposta. Os equipamentos adquiridos serão utilizados em etapas distintas. Na primeira etapa, com duração de um semestre, denominada Projeto Piloto do Agroturismo do Pampa, serão oferecidas rotas aos interessados cadastrados no projeto como empreendedores no modelo de intervisitação. Na segunda etapa, com uma duração de três meses, levantadas as demandas da primeira etapa, será aplicada uma metodologia de redesenho de processo entre os empreendedores envolvidos. No último trimestre do primeiro ano do projeto, ocorrerá a terceira etapa. Nesta serão oferecidas rotas turísticas, produto da segunda etapa, à comunidade local. No

segundo ano, bimestralmente serão reanalisadas as rotas e os dados estatísticos produzidos serão submetidos à comunidade nas suas formas de representação para construção coletiva da identidade do Agroturismo local. Os produtos deste investimento serão: um Plano Local para exploração do Agroturismo (no 12º mês) como agregador de renda e geração de trabalho na atividade agropecuária em toda sua pujança característica. Cinco rotas turísticas (no 24º mês), com as seguintes denominações: rota do arroz do Pampa, rota da carne do Pampa, rota dos Recursos Naturais do Bioma Pampa, rota dos Sabores do Pampa e rota da Cultura Gaúcha no Pampa. Acrescenta-se ainda, um Concurso Anual entre os empreendedores do Agroturismo local (no 24º mês).

Quadro Resumo:

A	Meses																							
ç	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2
ã	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4
o																								
A	x	x	x	x	x	x																		
B							x	X	x															
C										x	x	x												
D															x	x	x	x	x	x				x
E															x									
F																								X
G																								X
H															x									

Legenda:

- A- Intervisitação dos empreendedores cadastrados no Projeto Piloto;
- B- Redesenho de processos;
- C- Oferecimento de rotas turísticas à comunidade local;
- D- Análise, e discussão com a comunidade, das rotas turísticas;
- E- Elaboração do Plano Local para exploração do Agroturismo;
- F- Registro de empreendimentos turísticos;
- G- Realização do Concurso Anual do Agroturismo;
- H- Fundação do Espaço do Agroturismo do Pampa.

Quadro 45: COREDE FO: Prioridade 4 – Aquisição de Maquinário.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Aquisição de Maquinário.
Localização: Todas as Prefeituras do COREDE FO
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Prefeitura Municipal de Alegrete, Quaraí, Maçambará, Manoel Viana, Santa Margarida, Uruguaiana, Itaqui.
Escopo: O projeto visa à aquisição de maquinários para a região da Fronteira –Oeste (FO) do estado, que desenvolverá a produção agropecuária dos municípios, bem como a locomoção da população urbana em vias com condições de tráfego adequado.
Responsável: Prefeitura de Quaraí – Pessoa de referência: Adriano Alves – (55) 98447-2126 – adm.quarai@gmail.com.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Adquirir maquinários para os municípios com o intuito de promover o desenvolvimento e o fortalecimento do setor primário e para melhorias das vias rurais e urbanas.
Justificativa: Os municípios que compõe a região da Fronteira Oeste Gaúcha tem sua economia alicerçada no setor primário, destacando-se na pecuária extensiva, ovinocultura, pecuária de leite, setor orizícola e beneficiamento de produtos de origem animal e/ou vegetais, sendo a região a detentora do maior rebanho bovino do estado. Além disso, possui uma característica muito peculiar que é a grande extensão de estradas sem asfaltamento (de chão) no interior dos municípios, assim como uma grande distância do interior até os centros urbanos a partir disso, é importantíssimo à melhoria destas estradas para o escoamento da produção agropecuária, pois estas se encontram em certas ocasiões em situações precárias e que acaba consequentemente prejudicando a comercialização dos produtos. Deixando muitas vezes o produtor de receber um preço adicional pela sua mercadoria ou até mesmo não a comercializando. Diminuindo a produção agrícola diminui-se também a arrecadação dos municípios. A dificuldade de locomoção dos moradores ocasionada pela má qualidade do piso natural que dependendo do período do ano se torna intransitável como acúmulo de água, poeira e o crescimento de vegetação

rasteira, justificam assim a aquisição de maquinários para prestação de serviços para a comunidade e manter o bom funcionamento da cidade. As melhorias ocasionadas pelo uso dos maquinários ajudarão também a diminuir o índice de doenças transmissíveis através de meios hídricos durante o período chuvoso ou pelo acúmulo de poeira verificada durante o período seco. O presente projeto faz-se necessário, pois entende-se que, na medida em que se consiga melhorar as estradas vicinais dos municípios proporcionará uma melhor escoação dos produtos agropecuários que são a base da economia dos municípios da FO, também dará motivação a outros investimentos como o turismo rural e outras culturas que dependem de uma boa infraestrutura de estradas para serem desenvolvidos e aumentando a renda do município bem como de seus produtores rurais. E a melhoria da infraestrutura das vias urbanas repercutirá positivamente na qualidade de vida da população urbana.

Beneficiários: Produtores Rurais e População Urbana

Resultados pretendidos: a) Melhoria da infraestrutura das estradas do interior; b) Escoamento adequado da produção agropecuária; c) Possibilidades de novas atividades rurais; d) Desenvolvimento da região; e) Recuperação da autoestima e da vontade de permanecer no meio rural; f) Aumento da arrecadação tributária do município; g) Incentivo e perspectiva de aumento da produção agropecuária; h) Melhor qualidade de vida; i) Redução de acidentes.

Alinhamento Estratégico: Investir em saneamento básico, pavimentação urbana e rural para melhorar o acesso aos municípios;

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Aquisição de máquinas

Custo: R\$ 4.000.000,00

Meta: Aquisição de máquinas para obras de mobilidade rural e urbana.

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras municipais.

Organizações parceiras: Governo do Estado do RS, Entidades privadas e comunidade em geral.		
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO		
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Elaboração de Projeto Executivo: Sim		
Desapropriação: Não		
Licença Ambiental: Não		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00		
Fontes de recursos: Instituições de Ensino e Pesquisa, Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não		
Investimentos: R\$ 4.000.000,00		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 4.000.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Produto 1: Nos primeiros 4 meses do projeto serão elencadas as maiores demandas para a aquisição do maquinário. No segundo quadrimestre, após a liberação dos recursos, iniciarão as compras de máquinas para os devidos fins. No terceiro quadrimestre pretende-se começar as obras das estradas vicinais e vias urbanas de acordo com as demandas da população urbana e rural.	1	24

Quadro 46: COREDE FO: Prioridade 5 – Plano Regional de Eficiência Energética.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título: Plano Regional de Eficiência Energética;	
Localização: Municípios da Região da Fronteira Oeste	
Valor total estimado do projeto: R\$ 980.000,00	
Duração do projeto: 48 meses	
Responsável pela implementação: Municípios da Fronteira Oeste.	
Escopo: Contratação de empresa para realização de estudo para elaboração de um Plano Regional de Eficiência Energética.	
Responsável: Prefeitura de Uruguaiana – Pessoa de referência: Aerton Auzani – (55) 99973-5425 – auzani2008@hotmail.com	
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO	
Objetivos: A Eficiência Energética para o Sistema de Gestão de Ativos de Iluminação Pública;	
Justificativa: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de estudo de viabilidade de processo de gestão e modernização de parque de iluminação pública nos municípios da Fronteira Oeste. Dentre os produtos a serem apresentados, além da viabilidade econômica, também deverão ser produzidos projetos executivos luminotécnicos, memoriais descritivos, termos de referência e demais documentação de apoio aos certames licitatórios.	
1 - Alegrete - 7.804,0 km ²	R\$ 120.000,00
12- Barra do Quaraí – 1.056,1 km ²	R\$ 50.000,00
11- Itacurubi – 1.120,9	R\$ 80.000,00
9- Maçambará – 1.682,8 km ²	R\$ 50.000,00
10- Manoel Viana – 1.390,7 km ²	R\$ 50.000,00
8- Quaraí – 3.147,6 km ²	R\$ 80.000,00
5- Rosário do Sul – 4.369,6 km ²	R\$ 90.000,00
13- Santa Margarida do Sul – 955,3 km ²	R\$ 30.000,00
2 - Santana do Livramento – 6.950,4 km ²	R\$ 100.000,00
6- São Borja – 3.616,0 km ²	R\$ 80.000,00
4- São Gabriel – 5.023,8 km ²	R\$ 100.000,00

3- Uruguaiana – 5.715,8 km ²	R\$ 100.000,00
Beneficiários: Municípios da fronteira oeste.	
Resultados pretendidos: Planejamento da demanda e redução de consumo a partir da modernização e da gestão dos ativos elétricos dos municípios da Fronteira Oeste.	
Alinhamento Estratégico: Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ser empregado no agronegócio e turismo local;	
3 - PRODUTOS DO PROJETO	
Produto 1: Contratação de consultoria especializada	
Meta: Plano regional sobre modernização de ativos energéticos.	
Prazo: 48 meses	
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:	
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras, Governo do estado e Governo Federal.	
Organizações parceiras: Universidades e entidades de pesquisa.	
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO	
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.	
Elaboração de Projeto Executivo: Sim	
Desapropriação: Não	
Licença Ambiental: Não	
Licitação: Sim	
Outros:	
6 - RECURSOS DO PROJETO	
Valor total estimado do projeto: R\$ 980.000,00	
Fontes de recursos: Instituições de Ensino e Pesquisa, Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.	
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim	
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim	
Investimentos: 4.000.000,00	
Despesas Correntes:	
Investimentos e despesas correntes por produto:	
Produto 1:R\$ 980.000,00	
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO	

Produto	Início	Término
Produto 1: Estudo técnico.	1	24
Produto 1: Elaboração do plano.	24	48

Quadro 47: COREDE FO: Prioridade 6 – Programa Regional de formação de gestores públicos em ambiente digital.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa Regional de formação de gestores públicos em ambiente digital.
Localização: Região da fronteira oeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 800.800,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: COREDE Fronteira Oeste
Escopo: Programa Regional de formação de gestores públicos em ambiente digital.
Responsável: Prefeitura de Uruguaiiana, COREDE FO e Universidades. Pessoa de referência: Juliana Madeiros Carvalho. Telefone: (55)99985-2995. E-mail: julianaspin1@hotmail.com.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Formar e Capacitar gestores para desenvolverem um programa regional de ações integradas nas áreas de abrangência das Secretarias Municipais voltadas a Educação, Saúde e Turismo.
Justificativa: Às crises econômica social e política da América Latina somou-se a de caráter administrativo, agravando, com isso, os problemas da administração pública, principalmente quanto à má qualidade dos serviços essenciais prestados à população, tais como saúde, educação, habitação e segurança. A transição política, por seu turno, propiciou a manifestação de aspirações e descontentamentos da sociedade. Este contexto evidenciou a deficiência da capacidade administrativa do aparato estatal, deixando clara, então, uma tendência de ruptura com o desgastado modelo administrativo tradicional. Ante esse cenário, houve tentativas de descentralização do sistema administrativo e adoção de novas técnicas gerenciais como estratégia de reforma do Estado. O projeto traz a proposta da implementação do Programa Regional

de Formação em Administração Pública para os 13 municípios que fazem parte do COREDE Fronteira Oeste, objetivando ser uma estratégia de descentralização e fortalecimento da gestão pública, criando oportunidades de qualificação para gestores públicos via modalidade EAD, mantendo um padrão nacional com adoção de grade curricular e material didático produzido regionalmente, de acordo com as características de cada município. A descentralização possibilitará aos municípios acesso a maior parcela de recursos públicos, e, ao mesmo tempo, ampliou sua atuação direta em áreas que antes eram de responsabilidade do governo estadual ou federal. Com as novas responsabilidades e atribuições específicas assumidas, aumentaram tanto as exigências de profissionalização da gestão municipal quanto a necessidade de instituição de controles democráticos ou populares da ação pública. O conceito de EAD está relacionado às suas características e finalidades, não havendo um consenso em torno do tema. De forma geral, a EAD é definida como uma metodologia de ensino caracterizada fundamentalmente pela separação entre o aluno e o professor. Entende-se que devido ao fato de a educação ser um processo individual, os adultos encontram-se capacitados para decidirem sobre o que querem aprender e em que ritmo desejam fazê-lo. Além disso, há o desenvolvimento da autonomia de estudo, o que possibilita ao aluno disciplinarmente alcançar objetivos e construir outros que extrapolam os inicialmente propostos. O Público Alvo do programa são os servidores públicos encontrados nas diversas secretarias de cada município, os quais entrarão no programa para agregar valor a administração pela elaboração, construção e execução de projetos que visem o melhorias na infraestrutura, logística e bem estar da comunidade.

Conteúdo programático mínimo:

Logística Pública, Matemática Financeira Aplicada, Políticas e Legislação Urbana, Técnicas de comunicação, Direito Constitucional, Gestão de Projetos, Gestão de Recursos Humanos, Modelos de Gestão, Direito Administrativo, Gestão do Orçamento Público, Ética, Sistemas de Informação Gerencial, Contabilidade Pública, Gestão de Obras Públicas, Gestão de Política Social,

Planejamento Urbano, Políticas de Desenvolvimento Econômico, Processo Legislativo, Sustentabilidade Urbana, Gestão de Serviços Públicos Municipais, Organização Municipal e Gestão de Políticas Públicas.
Beneficiários: Comunidade e os gestores que estarão em processo de aprendizado.
Resultados pretendidos: Descentralizar e desburocratizar as ações do gestor público, capacitando e tornando mais transparente a administração pública dando continuidade aos projetos elaborados durante as gestões.
Alinhamento Estratégico: Elaborar instrumentos do COREDE para qualificar a máquina pública, identificar e implementar projetos de desenvolvimento para a região.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Programa permanente de capacitação de gestores públicos da fronteira oeste. Custo: R\$ 800.800,00 Meta: Criar o Programa permanente de capacitação de gestores públicos da fronteira oeste.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras, universidades e o COREDE FO.
Organizações parceiras: Municípios e entidades públicas e privadas da região da fronteira oeste.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 800.800,00
Fontes de recursos: Instituições de Ensino e Pesquisa, Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não		
Investimentos:		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1: R\$ 800.800,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Produto 1: Programa de capacitação	1	48

Quadro 48: COREDE FO: Prioridade 7 - Financiamento de projetos de energia sustentável.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Financiamento de projetos de energia sustentável;
Localização: Municípios da Região da Fronteira Oeste
Valor total estimado do projeto: R\$ 880.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Municípios da Fronteira Oeste.
Escopo: Contratação de empresa para realização de estudo.
Responsável: Prefeitura de Uruguaiana – Pessoa de referência: Aerton Auzani – (55) 99973-5425 – auzani2008@hotmail.com
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: O presente projeto tem por objetivos, primeiro a eficiência energética nos prédios públicos, o que pro consequência gerará uma economia nas despesas com energia elétrica e na redução da poluição do meio ambiente
Justificativa: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de estudo de implantação de sistema de energia limpa e renovável, através de instalação de placas fotovoltaicas e utilização de equipamentos nos prédios públicos. Dentre os produtos a serem apresentados, além de viabilidade técnica e econômica, também deverão ser produzidos os projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas de custos, termos de referência e demais documentação de apoio aos certames licitatórios.

1 - Alegrete R\$ 90.000,00 12- Barra do Quaraí R\$ 50.000,00 11- Itacurubi R\$ 50.000,00 7- Itaqui R\$ 70.000,00 9- Maçambará R\$ 50.000,00 10- Manoel Viana R\$ 50.000,00 8- Quaraí R\$ 70.000,00	5- Rosário do Sul R\$ 80.000,00 13- Santa Margarida do Sul R\$ 30.000,00 2 - Santana do Livramento R\$ 90.000,00 6- São Borja R\$ 70.000,00 4- São Gabriel R\$ 90.000,00 3- Uruguaiana R\$ 90.000,00
Beneficiários: Municípios da região da fronteira oeste.	
Resultados pretendidos: Estudo de viabilidade sobre implantação de sistemas de energia limpa e renovável nos prédios públicos da região da fronteira oeste.	
Alinhamento Estratégico: D7 Ampliação das condições de segurança pública, como decorrência de ações no âmbito da infraestrutura, da educação, da economia e do bem estar social.	
3 - PRODUTOS DO PROJETO	
Produto 1: Estudo de viabilidade sobre implantação de sistemas de energia limpa e renovável nos prédios públicos da região da fronteira oeste.	
Meta: Plano de implantação de sistemas de energia limpa e renovável.	
Prazo: 48 meses	
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:	
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais, Governo do Estado e Governo Federal	
Organizações parceiras: Sistema S, Associações e comunidade em geral.	
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO	

Fonte de Financiamento: Instituições de Ensino e de Pesquisa, Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Elaboração de Projeto Executivo: Sim		
Desapropriação: Não		
Licença Ambiental: Não		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: 880.000,00		
Fontes de recursos: Instituições de Ensino e Pesquisa, Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não		
Investimentos:		
Despesas Correntes: R\$ 880.000,00		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1: R\$ 880.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Estudo técnico	1	12
Elaboração do plano	12	24

Quadro 49: COREDE FO: Prioridade 8- criação de estâncias hidrotermais.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criação de estâncias hidrotermais.
Localização: Prefeitura Municipal de Uruguaiana, Quaraí e Santana do Livramento
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: COREDE Campanha e COREDE Fronteira Oeste

<p>Escopo: Criação de estâncias hidrotermais, englobando análises preliminares, estudos e plano de ação piloto para a implantação de uma estância hidrotermal modelo regional.</p>
<p>Responsável: Prefeitura Municipal de Uruguaiana, Quarai e Santana do Livramento – Pessoa de referência: Mikaela Bandeira. Telefone: (55)99997-0662. E-mail: mikaelabandeira@zootecnista.com.br</p>
<p>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Objetivos: O objetivo do projeto visa aproveitar os recursos hídricos naturais da região no intuito de implantar uma Estância Hidrotermal Piloto na região da fronteira oeste.</p>
<p>Justificativa: A implantação de Estâncias Hidrotermais tem como principal objetivo aproveitar os recursos naturais da fronteira oeste bem como alavancar o turismo regional, através da atratividade de pessoas de outras regiões, estados e países próximos para conhecer e aproveitar os benefícios dos parques aquáticos termais já existentes na região.</p>
<p>Beneficiários: Todas as pessoas da comunidade da fronteira oeste, mas principalmente turistas, empresas dos ramos de gastronomia, hotelaria e comércio em geral.</p>
<p>Resultados pretendidos: O aproveitamento dos recursos naturais existentes na região da fronteira oeste de modo sustentável e que possa alavancar o turismo regional, incentivando mobilidade regional e o comércio em geral.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Propor um plano de turismo regional.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Plano piloto de estância hidrotermal Custo: R\$ 4.000.000,00 Meta: Implementar o projeto piloto Prazo: 60 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras municipais, Secretarias municipais: rural, desenvolvimento econômico, indústria, comércio e serviços, Conselhos municipais de desenvolvimento econômico, rural, industrial, turismo. SDR</p>

Organizações parceiras: Instituições de Ensino da Região, Associações, Sistema S, Empresas, ONGs, Cooperativas e comunidade em geral.		
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO		
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Elaboração de Projeto Executivo: Sim		
Desapropriação: Sim		
Licença Ambiental: Sim		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.860.000,00		
Fontes de recursos: Instituições de Ensino e Pesquisa, Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 3.500.000,00		
Despesas Correntes: R\$ 500.000,00		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 4.000.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Produto 1: Implantar plano piloto de estância hidrotermal.	1	60

Quadro 50: COREDE FO - Prioridade 9: Organização de exposições, feiras de produtos para integração comercial regional.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO		
Título: Organização de exposições, feiras de produtos para integração comercial regional.		
Localização: Municípios da Região da Fronteira Oeste		
Valor total estimado do projeto: R\$ 580.000,00		
Duração do projeto: 48 meses		
Responsável pela implementação: COREDE Fronteira Oeste		

Escopo: Elaboração de um calendário regional e de uma feira itinerante de produtos da fronteira oeste.
Responsável: Prefeitura de Uruguaiana – Pessoa de referência: Aerton Auzani – (55) 99973-5425 – auzani2008@hotmail.com
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Apoiar produtores e a agricultura familiar, de modo a promover a comercialização de produtos artesanais de produtores da região, agregando valor aos produtos através da realização de uma feira microrregional itinerante, com eventos e exposições de produtos da fronteira oeste.
Justificativa: Consiste na elaboração de calendário de eventos na região, onde produtores possam dispor de espaço para apresentação e comercialização de seus produtos, como também, levar as comunidades, a possibilidade de conhecer e degustar os produtos artesanais de cidades vizinhas. A proposta consiste em organizar eventos periódicos (feiras microrregionais itinerantes) (trimestrais), estabelecendo como sede os municípios da fronteira oeste. As despesas envolveriam locação de expositores, auxílio no transporte e armazenamento dos produtos, organização e divulgação dos eventos e custeio de outras despesas operacionais. Segundo o manual do Sebrae, uma feira microrregional – geralmente, engloba diversos municípios de uma mesma microrregião e tem capacidade de atração que se estende além das fronteiras do território microrregional. É, também – e quase sempre –, uma feira geral cujo objetivo é promover a microrregião onde se realiza. Disponível em: http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/970D6384E11F2EA203257163006A88EB/
Beneficiários: Empreendedores, produtores rurais, associações de classe, comunidade em geral dos Municípios da Região da Fronteira Oeste.
Resultados pretendidos: Potencializar a economia regional a partir do fortalecimento das relações comerciais.
Alinhamento Estratégico: Fazer uso dos recursos naturais para produção de energia, alimento e culturas diversificadas.
3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Calendário de eventos da fronteira oeste. Meta: Criar um calendário integrado de feiras, eventos e exposições da fronteira oeste. Prazo: 12 meses
Produto 2: Feira microrregional itinerante. Meta: Realização de feiras trimestres itinerantes. Custo: R\$ 580.000,00 Prazo: 48 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras municipais, Secretarias municipais: rural, desenvolvimento econômico, indústria, comércio e serviços, Conselhos municipais de desenvolvimento econômico, rural, industrial.
Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 580.000,00
Fontes de recursos: Instituições de Ensino e Pesquisa, Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$
Despesas Correntes: R\$ 580.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:R\$ 0,00
Produto 2:R\$ 580.000,00
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Início	Término
Produto 1: Calendário de eventos.	1	12
Produto 2: Feiras itinerantes.	12	48

Quadro 51: COREDE FO - Prioridade 10 Criação e apoio às Cooperativas Regionais de Produtores.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Criação e apoio às Cooperativas Regionais de Produtores.</i>
Localização: Municípios da Região da Fronteira Oeste
Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Municípios da fronteira oeste.
Escopo: Aquisição de maquinário, equipamentos e insumos, objetivando a criação e ou apoio às Cooperativas Regionais de Produtores.
Responsável: Prefeitura de Uruguaiana – Pessoa de referência: Aerton Auzani – (55) 99973-5425 – auzani2008@hotmail.com
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: a) Fortalecer o agronegócio e as cadeias produtivas; b) Promover a troca de experiências entre os produtores; c) Incentivar e apoiar a ampliação da produção e ingresso em novas culturas; d) Desenvolver a economia na fronteira.
Justificativa: Firmar parceria com entidades visando apoio ao agronegócio, promovendo estudo e execução de projetos coletivos aos produtores rurais das cadeias produtivas da bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, ovinocultura, fruticultura, vitivinicultura, agroindústrias, entre outros. As iniciativas seriam direcionadas para a melhoria dos processos produtivos, qualificação tecnológica e gerencial dos produtores rurais, além de agregar valor às mercadorias e maior rentabilidade dos empreendimentos. As prefeituras realizariam a mobilização dos produtores e devido cadastro para fins de ingresso nas cooperativas, que de acordo com as, integrariam o elenco regional (polos). Os polos e sedes serão

<p>definidos estrategicamente e acordo com a logística, volume de produção e recomendação das entidades apoiadoras.</p> <p>Ficará a cargo das prefeituras sede das unidades, o apoio administrativo e técnico para o funcionamento e desenvolvimento das cooperativas. Os recursos obtidos do Governo do Estado através investidos em aquisição de maquinário, equipamentos e insumos, compatíveis e necessários para o beneficiamento e desenvolvimento das culturas.</p>
<p>Beneficiários: Municípios da região da fronteira oeste.</p>
<p>Resultados pretendidos: Potencializar a economia regional a partir do fortalecimento das relações comerciais.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Buscar através da representação política e institucional formas de investimento para promover a competitividade e aguçar a visão empreendedora para o desenvolvimento da região;</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Aquisição de maquinário, equipamentos e insumos. Custo: R\$ 600.000,00 Meta: Equipar as agroindústrias já existentes e ou a criação de novas. Prazo: 48 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras, Governo do Estado e Governo Federal.</p>
<p>Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>

Valor total estimado do projeto: R\$ 600.00,00		
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 550.000,00		
Despesas Correntes: R\$ 50.000,00		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 50.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Produto 1: Aquisição de maquinário, equipamentos e insumos.	1	48

5.1.2 Base de dados de projetos não hierarquizados

Nos quadros 52 a em diante, estão elencados os projetos enviados que farão parte da primeira leva de projetos que irão compor o Banco de dados de Projetos Regionais do COREDE FO, ressaltando que alguns foram reorganizados ou reagrupados para melhor definição do objeto..

Quadro 52: COREDE FO. Criação de Fundo Regional para financiamento mútuo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criação de Fundo Regional para financiamento mútuo
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Municípios da Fronteira Oeste e ANFRO.
Escopo: Criação de fundo regional para financiamento mútuo, com a possibilidade de financiamento de projetos para desenvolvimento econômico da região.
Responsável: Municípios da Fronteira Oeste e ANFRO.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Criar fundo regional de financiamento mútuo.
Justificativa: O projeto se justifica pela necessidade de financiamento de projetos para desenvolvimento econômico da região Fronteira Oeste, possibilitando a análise e aplicação de recursos em âmbito regional, trazendo benefícios para os municípios participantes.
Beneficiários: Municípios da região da fronteira oeste.
Resultados pretendidos: Viabilizar ações de desenvolvimento econômico em âmbito regional.
Alinhamento Estratégico: Buscar através da representação política e institucional formas de investimento para promover a competitividade e aguçar a visão empreendedora para o desenvolvimento da região.
3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Criação de um fundo para viabilizar o Desenvolvimento da Fronteira Oeste.		
Custo: R\$ 4.000.000,00		
Meta: Articular os municípios e a ANFRO para a criação de um fundo para viabilizar o Desenvolvimento Regional.		
Prazo: 48 meses		
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:		
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras, Governo do Estado e Governo Federal.		
Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste e a ANFRO.		
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO		
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Elaboração de Projeto Executivo: Sim		
Desapropriação: Não		
Licença Ambiental: Não		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.00,00		
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 4.000.000,00		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 4.000.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Produto 1: Criação do Fundo de Desenvolvimento da Fronteira Oeste.	1	48

Quadro 53: COREDE FO. Estruturação de Parque Eólico.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estruturação de Parque Eólico
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.600.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: COREDE FO, Prefeitura de Uruguaiana e Santana do Livramento.
Escopo: Implantação de parque eólico na região Fronteira Oeste, com vistas à geração de energia sustentável.
Responsável: COREDE FO
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Implantar parque eólico para geração de energia sustentável para abastecimento das cidades da Fronteira Oeste.
Justificativa: A região Fronteira Oeste tem grande potencial eólico, segundo o Mapa do Potencial Eólico 2014, do Governo do Estado do RS. Dessa forma, faz-se necessário a organização e implantação de parque eólico capaz de explorar o potencial da região, gerando energia para abastecimento dos municípios.
Beneficiários: Municípios da região da fronteira oeste.
Resultados pretendidos: Redução do custo com iluminação pública e implantação de redes de captação de energia renovável.
Alinhamento Estratégico: Fazer uso dos recursos naturais para produção de energia, alimento e culturas diversificadas.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação de um parque eólico.
Custo: R\$ 2.600.000,00
Meta: Articular os municípios para investimentos em energia renovável.
Prazo: 60 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras, Governo do Estado e Governo Federal.

Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste e a ANFRO.		
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO		
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Elaboração de Projeto Executivo: Sim		
Desapropriação: Sim		
Licença Ambiental: Sim		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.600.00,00		
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 2.600.000,00		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 2.600.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Produto 1: Criação e expansão de uma eólico na Fronteira Oeste.	1	60

Quadro 54: COREDE FO. Clínicas Escolas Regionais.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO		
Título: Clínicas Escolas Regionais		
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul		
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.300.000,00		
Duração do projeto: 60 meses		
Responsável pela implementação: Prefeituras, Secretárias de Saúde, Clínicas de Saúde Privados, Profissionais da área de saúde.		

<p>Escopo: Firmar, incentivar e custear parcerias que promovam o funcionamento de Clínicas Escolas nos municípios da fronteira oeste. Valendo-se das instituições estaduais, federais, privadas, com destaque para UNIPAMPA, bem como, profissionais da área da saúde.</p> <p>O projeto consiste em levar à população, de forma complementar a rede de assistência, a disponibilidade de clínicas escola, onde profissionais da área de saúde em formação, com atendimento supervisionado, realizarão consultas e procedimentos básicos e ambulatoriais, ampliando o atendimento a população e propiciando aos profissionais este importante contato com o serviço público de saúde.</p> <p>A rede de clínicas escola seria de nível regional, e haveria possibilidades de atendimento transitório dos acadêmicos, ampliando sua prestação de serviço e permitindo sua atuação em outras cidades.</p>
<p>Responsável: COREDE FO</p>
<p>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Objetivos: Estruturar rede regional de clínicas escolas.</p>
<p>Justificativa: A carência na área de saúde pública exige que as prefeituras busquem alternativas para tentar fazer frente a grande demanda de atendimentos.</p> <p>A existência de universidades e instituições que ministram cursos técnicos na área da saúde, representam oportunidades de apresentar ao profissional em formação a experiência no setor público, inserindo-os no atendimento assistencial através de serviços de estágios supervisionados em consultas e atendimentos ambulatoriais, ampliando o alcance do e a capacidade do serviço público.</p>
<p>Beneficiários: Municípios da região da fronteira oeste.</p>
<p>Resultados pretendidos:</p> <p>1 – Ampliar a rede assistencial de saúde;</p> <p>2 – Promover a experiência dos profissionais em formação;</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Fazer uso dos recursos naturais para produção de energia, alimento e culturas diversificadas.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>

Produto 1: Estruturar rede regional de clínicas escolas.		
Custo: R\$ 2.600.000,00		
Meta: Redução da demanda por atendimentos ambulatoriais e consultas.		
Prazo: 60 meses		
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:		
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretarias Municipais de Saúde, Instituições de ensino de formação de profissionais da área da saúde		
Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste.		
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO		
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Elaboração de Projeto Executivo: Sim		
Desapropriação: Não		
Licença Ambiental: Não		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.600.00,00		
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 2.600.000,00		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 2.600.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Produto 1: Estruturar rede regional de clínicas escolas.	1	60

Quadro 55: COREDE FO. Apoio financeiro para as Guardas Municipais.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Apoio financeiro para as Guardas Municipais.
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Prefeituras, Secretárias de Segurança e Governo do Estado.
Escopo: As guardas municipais têm demonstrado grande participação e atuação nas políticas de segurança pública. No entanto, não existem ações que subsidiem sua estruturação, manutenção e expansão. O propósito do projeto é estabelecer a fontes de financiamento, a nível regional, de recursos para formação e fortalecimento de guardas municipais nas cidades da fronteira oeste.
Responsável: COREDE FO
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Auxílio para a criação, estruturação e expansão de guardas municipais nos municípios da fronteira oeste.
Justificativa: As guardas municipais têm apoiado as ações de segurança pública, porém, os custos demonstram-se altos e oneram os municípios. Não existem fontes de recursos para auxiliar os municípios na formação deste importante instrumento de segurança, tão pouco, qualquer incentivo para estruturação e custeio das mesmas. É importante a participação do estado e união através de programas que viabilizem auxílio as prefeituras no custeio e reestruturação das guardas municipais, estabelecendo programa a nível regional, proporcionando a troca de experiências entre os municípios da fronteira oeste.
Beneficiários: Municípios da região da fronteira oeste.
Resultados pretendidos: a) Obter incentivo financeiro para estruturação de guardas municipais nos municípios da fronteira oeste; b) Apoiar a criação e ampliação de guardas municipais nos

municípios da região; c) Promover integração e troca de experiências entre as guardas municipais nos municípios da fronteira; d) Integrar e compor os instrumentos públicos de segurança.
Alinhamento Estratégico: Aperfeiçoar as políticas de convênio, programas sociais que visem a prevenção da violência através da educação.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Estruturação de unidades de guarda municipal em todos municípios da fronteira oeste. Custo: R\$ 3.000.000,00 Meta: Implantação de Unidades de Guarda Municipal Prazo: 60 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipais, Governo do Estado, União.
Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.00,00
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 3.000.000,00
Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 3.000.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Etapa 1: Formação do conselho regional de segurança;	1	6
Etapa 2: Definição das estruturas locais;	6	9
Etapa 3: Elaboração do plano de necessidades regional;	9	12
Etapa 4. Execução do plano de necessidades;		
Etapa 5. Conclusão – 60 meses;		

Quadro 56: COREDE FO. Designação De Maior Efetivo Policial Para Região.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Designação De Maior Efetivo Policial Para Região.
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Prefeituras, Secretárias de Segurança e Governo do Estado.
Escopo: Promover políticas que promovam a designação de maior efetivo policial para as cidades da região
Responsável: Prefeituras, Secretárias de segurança.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Ampliar o número de policiais na região.
Justificativa: O déficit de pessoal da brigada militar e a carências das policias tem aumentado a cada ano. As ações dos governos não atendem de forma eficaz o problema de efetivo, recaindo sobre a sociedade o resultado desta deficiência. Neste sentido, é necessária a articulação entre os municípios da fronteira para buscar alternativas de solução junto aos governos, exigindo a realização de concursos públicos para recomposição do quadro e fazer frente a violência que afronta a segurança pública.

Beneficiários: Municípios da região da fronteira oeste.
Resultados pretendidos: a) Aumentar o efetivo da Brigada militar e organização policial; b) Inibir a incidência de crimes;
Alinhamento Estratégico: Implantar política de segurança regional que visam a busca de reposição de recursos humanos e materiais.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Aumento do efetivo da BM. Custo: R\$ 1.000.000,00 Meta: Realização de concurso público. Prazo: 60 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipais, Governo do Estado, União.
Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.00,00
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 1.000.000,00
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:R\$ 3.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Etapa 1: Concursos para a segurança pública.	1	60

Quadro 57: COREDE FO. Promover, incentivar e atrair profissionais da área da saúde para atuar nas cidades da região.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover, incentivar e atrair profissionais da área da saúde para atuar nas cidades da região.
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Prefeituras, Secretárias de Saúde e Governo do Estado.
Escopo: Criar incentivo financeiro complementar a nível regional, visando atrair profissionais da área saúde para atuar na fronteira oeste.
Responsável: Prefeituras, Secretárias de saúde.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Incentivar na forma de complemento financeiro, o ingresso de profissionais na rede assistência à saúde da região.
Justificativa: A localização e distância até a capital do estado e centro do Brasil, historicamente tem sido óbice para permanência de profissionais médicos na região. Alguns iniciam as atividades e com o tempo acabam abandonando as cidades e seguindo rumo aos maiores centros. Para amenizar a carência por profissionais na rede pública de saúde, a região deve promover meios que incentivem os profissionais a atuar nas cidades e principalmente garantir sua permanência, sendo proposto um incentivo financeiro para estes profissionais.
Beneficiários: Municípios da região da fronteira oeste.
Resultados pretendidos: a) Criar auxílio financeiro para profissionais atenderem nas cidades da região; b) Ampliar a rede de assistência à saúde; c) Atender a demanda por atendimentos.

Alinhamento Estratégico: Qualificar os atendimentos regionais da rede de saúde;		
3 - PRODUTOS DO PROJETO		
Produto 1: Ampliação da rede de assistência à saúde pública. Custo: R\$ 5.000.000,00 Meta: Ampliar o número de profissionais da saúde. Prazo: 60 meses		
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:		
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipais, Governo do Estado, União.		
Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste.		
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO		
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Elaboração de Projeto Executivo: Sim		
Desapropriação: Não		
Licença Ambiental: Não		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00		
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 5.000.000,00		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1: R\$ 5.000.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Etapas 1: Ampliar o número de profissionais da saúde.	1	60

Quadro 58: COREDE FO. Apoio a agroindústria da Pecuária Familiar da Fronteira Oeste.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Apoio a agroindústria da Pecuária Familiar da Fronteira Oeste.
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 199.780,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Associação dos Pecuáristas e Agricultores Familiares da Fronteira Oeste.
Escopo: Aquisição de máquinas e equipamentos para implementar a agroindústria de beneficiamento de carnes e derivados.
Responsável: Associação dos Pecuáristas e Agricultores Familiares da Fronteira Oeste.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Aquisição de máquinas e equipamentos para implementar a agroindústria de beneficiamento de carnes e derivados.
Justificativa: Aquisição de máquinas e equipamentos para implementar a agroindústria de beneficiamento de carnes e derivados.
Beneficiários: Municípios da região da fronteira oeste.
Resultados pretendidos: 1- a) inserir no mercado a produção cadeia da pecuária de corte (bovinos/ovinos) direto do produtor para consumidor; 2- b) beneficiar carnes e derivados para atender editais e licitações de instituições públicas.
Alinhamento Estratégico: Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ser empregado no agronegócio e turismo local;
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Aquisição de máquinas e equipamentos para implementar a agroindústria de beneficiamento de carnes e derivados.

Custo: R\$ 199.780,00		
Meta: Aquisição de máquinas e equipamentos		
Prazo: 18 meses		
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:		
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipais, Governo do Estado, União.		
Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste.		
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO		
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Elaboração de Projeto Executivo: Sim		
Desapropriação: Não		
Licença Ambiental: Não		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 199.780,00		
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 199.780,00		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 199.780,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Etapa 1: Aquisição de máquinas e equipamentos.	1	18

Quadro 59: COREDE FO. Apoio a Agricultura Familiar.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Apoio a Agricultura Familiar.
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Associações de agricultores familiares da Fronteira Oeste.
Escopo: O projeto visa à melhoria de vida da qualidade de vida e aumento de renda dos agricultores familiares.
Responsável: Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Busca-se promover o aumento de renda dos agricultores familiares através da construção de agroindústrias e a melhoria da qualidade de vida dos mesmos para que com isso diminua o êxodo rural, também colocar à disposição redes elétricas trifásicas para que possam ser utilizadas nas agroindústrias já que as mesmas demandam maior energia para os maquinários.
Justificativa: O mesmo justifica-se pela necessidade de melhoria e qualidade de vida dos produtores rurais, além de evitar o êxodo rural e criar oportunidade para que ocorra uma sucessão familiar adequada, conseqüentemente aumentando a arrecadação do município promovendo o seu desenvolvimento em todas as esferas econômicas.
Beneficiários: Municípios da região da fronteira oeste.
Resultados pretendidos: Melhorias das condições de vida, aumento de renda, sucessão familiar.
Alinhamento Estratégico: Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para ser empregado no agronegócio e turismo local;
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Maior número de produtores possíveis tendo a agroindústria como fonte de renda auxiliar aos seu sistema de produção.
Custo: R\$ 300.000,00.
Meta: Criar novas Agroindústrias.

Prazo: 18 meses		
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:		
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipais, Governo do Estado, União.		
Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste.		
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO		
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Elaboração de Projeto Executivo: Sim		
Desapropriação: Não		
Licença Ambiental: Não		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00		
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 300.000,00		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1: R\$ 300.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Estruturação da equipe	1	3
Divulgação (materiais...)	3	3
Divulgação do Programa	3	4
Capacitação das equipes técnicas	3	4
Sensibilização e organização de produtores	4	7
Elaboração dos projetos agroindustriais	7	12

Negociação para uso de cooperativas de crédito	12	13
Acompanhamento e adequação da legislação sanitária, fiscal e tributária e ambiental	13	14
Escolha dos perfis agroindustriais	14	14
Avaliações dos produtores	1	12
Promoção e divulgação dos produtos agroindustriais	3	6
Estudos de mercados e cadeias produtivas	1	18
Implementação das agroindústrias	1	3
	1	18

Quadro 60: COREDE FO. Apoio Ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Apoio Ao Pequeno E Médio Produtor Agropecuário.
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 570.000,00
Duração do projeto: 6 meses
Responsável pela implementação: Associações de agricultores familiares da Fronteira Oeste.
Escopo: Manutenção e recuperação da malha viária municipal, através de serviços de recuperação (revestimento primário) e patrolamento com reparos (regularização com motoniveladora). O Município possui mais de 425 km de estradas vicinais sem pavimentação, as quais exigem reparo imediato, a fim de permitir o trânsito dos produtores rurais às suas propriedades, o escoamento da produção agropecuária, bem como o acesso do transporte escolar a essas propriedades e às Escolas rurais, gerando desenvolvimento econômico no município e na região, e valorizando a população da cidade e do campo, promovendo a integração social.
Responsável: Prefeituras municipais.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

<p>Objetivos: Manutenção e recuperação das estradas municipais.</p>
<p>Justificativa: O Município de Maçambará está situado na Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, com uma área territorial de 1.682,80 km². Tem como base econômica o setor primário, grandes culturas, como arroz com aproximadamente 15.000 ha plantadas; soja com aproximadamente 22.000 ha; milho com aproximadamente 4.000 ha; trigo com aproximadamente 4.000 ha e a pecuária com mais de 120.000 cabeças de bovinos e 18.000 de ovinos, que auxiliam no desenvolvimento econômico da região. Nosso município está dividido em quatro distritos, possuindo mais 425 km de estradas de terra, 70% da população reside na área rural, com aproximadamente 750 propriedades rurais. A malha viária municipal necessita de reparo imediato, não dispomos de recursos próprios suficientes para a manutenção de todos os serviços públicos, com a destinação desse auxílio financeiro poderemos reparar as estradas que estão em pior estado de conservação, facilitando o escoamento da produção agropecuária e melhorando o acesso do transporte escolar as propriedades rurais.</p>
<p>Beneficiários: Pequenos e médios produtores rurais, mais a população em idade escolar e demais munícipes.</p>
<p>Resultados pretendidos: Com o melhoramento das estradas aqui buscado, facilitará o escoamento da produção a curto prazo, bem como, o acesso dos transportes escolares às propriedades rurais e às escolas rurais, a médio e longo prazo, a melhoria nas estradas, gerará economia para o município que poderá dar manutenção a sua frota de transporte escolar com um intervalo maior de tempo, aumentará a arrecadação, visto que a estrada estando em melhores condições, possibilita o devido escoamento da safra, gerando mais arrecadação de impostos para o município, e ainda devemos considerar que estradas em melhores condições, possibilitarão a integração social da comunidade do interior com a comunidade da cidade, além de facilitar o acesso dos munícipes às cidades vizinhas como, São Borja, Itaqui, Alegrete, Santiago, Manoel Viana, dentre outras. E uma economia substancial com a manutenção dos veículos da área de saúde, já que o município não possui hospital, e todos os atendimentos de maior complexidade, são conduzidos</p>

<p>pelas ambulâncias e demais veículos pertencentes a Secretaria de Saúde do município. Desta forma, fica explicitado que, as estradas do município, são o cerne de um bom governo, já que, por sermos um município de pequeno porte, com poucos recursos financeiros, necessitamos de deslocamento diário para as cidades vizinhas, em busca de atendimento médico, medicamentos, estudos, dentre outras necessidades supridas após longos trajetos de estradas sem pavimentação percorridos pela população.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Investir em saneamento básico, pavimentação urbana e rural para melhorar o acesso aos municípios.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Manutenção e recuperação da malha viária municipal. Custo: R\$ 570.000,00. Meta: Manutenção de estradas. Prazo: 6 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipais, Governo do Estado, União.</p>
<p>Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 570.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>

Investimentos: R\$ 570.000,00		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 570.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Manutenção e recuperação da malha viária municipal.	1	6

Quadro 61: COREDE FO. Aquisição de veículos.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aquisição de veículos.
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
<p>Escopo: Aquisição de veículos para transporte de profissionais de saúde para o interior do Município.</p> <p>A população rural compreende 70% do total de habitantes do Município e está dividida em cinco comunidades: São Donato, Bororé, Encruzilhada, Serra do Iguariacá e Passo do Goulart, a mais distante localiza-se a aproximadamente 100 km da sede. Cada uma delas possui uma Unidade Básica de Saúde, com atendimentos de baixa complexidade. Diariamente a Secretaria Municipal de Saúde transporta os médicos, dentistas, enfermeiros, equipes de vacinação e demais profissionais de saúde que realizam os atendimentos no interior do Município. Maçambará não possui hospital e os pacientes que necessitam de tratamento especializado, internações, exames complexos, cirurgias e demais procedimentos não disponíveis são encaminhados e transportados para a rede hospitalar regional.</p>
Responsável: Prefeituras municipais.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Aquisição de veículos para transporte de profissionais de saúde para o interior do Município.

<p>Justificativa: Como grande parte da população do município reside na área rural e está distribuída basicamente em cinco comunidades, cada uma delas possui uma Unidade Básica de Saúde, com atendimentos de baixa complexidade. O transporte dos profissionais de saúde, para atendimentos nessas localidades, é realizado pela Secretaria Municipal de Saúde. A preocupação do momento é viabilizar condições para atender a grande demanda de veículos necessários para todos os serviços de saúde. Os veículos existentes estão sucateados, pois são utilizados para o transporte de pacientes, dos profissionais de saúde e da equipe de saúde da família, percorrendo centenas de quilômetros diários e o Município não dispõe de recursos financeiros próprios para a aquisição. Com os recursos do presente projeto, pretendemos adquirir dois veículos, resistentes a estradas de terra, que serão utilizados no transporte dos profissionais de saúde e da equipe de saúde da família para a área rural do município, deixando os veículos já existentes somente para assistência aos pacientes.</p>
<p>Beneficiários: Fronteira Oeste.</p>
<p>Resultados pretendidos: Amenizar a falta de veículos para o transporte de pacientes, que necessitam de atendimentos de alta complexidade, renovar a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde, manter todos os atendimentos (médicos, odontológicos e demais procedimentos de baixa complexidade) na área rural. Com um atendimento de melhor qualidade na comunidade rural, desenvolvendo um sistema de saúde preventiva, a médio e longo prazo, amenizaremos a necessidade de inúmeras viagens aos municípios da região para tratamento médico</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Qualificar os atendimentos regionais da rede de saúde.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Aquisição de veículos resistentes a estrada de terra. Custo: R\$ 1.500.000,00. Meta: Aquisição de veículos. Prazo: 24 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipais, Governo do Estado, União.		
Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste.		
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO		
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Elaboração de Projeto Executivo: Sim		
Desapropriação: Não		
Licença Ambiental: Não		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00		
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 1.500.000,00		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 1.500.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Aquisição de veículos resistentes a estrada de terra.	1	24
Quadro 62: COREDE FO. Projeto asfaltamento de vias urbana.		
1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO		
Título: Projeto asfaltamento de vias urbana.		
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul		
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.500.000,00		
Duração do projeto: 36 meses		
Responsável pela implementação: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul		

Escopo: Projeto asfaltamento de vias urbana.
Responsável: Prefeituras municipais.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Busca-se com este recurso avançar no projeto de asfaltamento das vias de maior necessidade do município.
Justificativa: Para que o sistema de asfaltamento padrão de vias de grande importância desde município, o projeto seria de uma camada resistente a qual atenderia a melhoria das vias, o asfaltamento seria sobre vias de pedra irregular.
Beneficiários: Fronteira Oeste.
Resultados pretendidos: Qualidade nas vias de tráfego urbano e rural.
Alinhamento Estratégico: Intensificar a fiscalização para melhorar a mobilidade urbana.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Asfaltamento de vias urbana.
Custo: R\$ 3.500.000,00.
Meta: Asfaltamento de vias urbana.
Prazo: 36 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipais, Governo do Estado, União.
Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.500.000,00

Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 3.500.000,00		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 3.500.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Asfaltamento de vias urbana.	1	36

Quadro 63: COREDE FO. Projeto asfaltamento de vias urbana.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto asfaltamento de vias urbana.
Localização: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.500.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Escopo: Projeto asfaltamento de vias urbana.
Responsável: Prefeituras municipais.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: Busca-se com este recurso avançar no projeto de asfaltamento das vias de maior necessidade do município.
Justificativa: Para que o sistema de asfaltamento padrão de vias de grande importância desde município, o projeto seria de uma camada resistente a qual atenderia a melhoria das vias, o asfaltamento seria sobre vias de pedra irregular.
Beneficiários: Fronteira Oeste.
Resultados pretendidos: Qualidade nas vias de tráfico urbano e rural.
Alinhamento Estratégico: Intensificar a fiscalização para melhorar a mobilidade urbana.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Asfaltamento de vias urbana.

Custo: R\$ 3.500.000,00.		
Meta: Asfaltamento de vias urbana.		
Prazo: 36 meses		
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:		
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura Municipais, Governo do Estado, União.		
Organizações parceiras: Todas as entidades públicas e privadas dos municípios, mas principalmente as prefeituras municipais da fronteira oeste.		
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO		
Fonte de Financiamento: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Elaboração de Projeto Executivo: Sim		
Desapropriação: Não		
Licença Ambiental: Não		
Licitação: Sim		
Outros:		
6 - RECURSOS DO PROJETO		
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.500.000,00		
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual, Municipais e outras fontes de recursos.		
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim		
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim		
Investimentos: R\$ 3.500.000,00		
Despesas Correntes:		
Investimentos e despesas correntes por produto:		
Produto 1:R\$ 3.500.000,00		
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Início	Término
Asfaltamento de vias urbana.	1	36

6 MODELO DO PLANO DE GESTÃO.

Estabelecer um modelo de gestão para um plano estratégico de desenvolvimento não é tarefa fácil nem vazia, deve ser pensando de forma transparente e democrática, principalmente levando em conta que um dos principais entraves para a efetivação de um plano regional é a responsabilidade de todos os atores envolvidos no plano, o que neste caso são muitos.

Para dar conta de tamanha responsabilidade, debatemos alguns pontos na assembleia de Uruguaiana no dia 07/03/2017, onde foram sugeridos os seguintes temas:

A) criação de um grupo de trabalho composto por membros presentes na referida assembleia, denominada Grupo de Acompanhamento do PED 2015-2030 compostas pelas pessoas que se disponibilizaram para tal (quadro 18);

B) criação de uma força tarefa das Câmaras de vereadores da região para debate e apoio ao PED;

C) buscar um maior envolvimento da AMFRO e da iniciativa privada no PED.

Quadro 64: Grupo de Trabalho acompanhamento do PED 2015-2030.

Grupo de trabalho acompanhamento do PED 2016/2030:				
Paulo Ricardo Moreira	Uruguai ana	Civil	seteefe@hotmail.com	984181802
Jefferson Oléa Homrich	São Borja	Câmara de vereadores	vereadorjefferson14147@gmail.com	9991078240
Amélia Santiago	Santa Margarida do Sul	Prefeitura	ameliasant@bol.com.br	99247404
João Carlos da Silveira	Itacurubi	Prefeitura	jcs132008@hotmail.com	999369009
Marcelo Parraga	Uruguai ana	Prefeitura	marcelobenitesparraga@gmail.com	9996963881
Luiza Andréia Meus	Manoel Viana	Prefeitura	luiza.andreameus@hotmail.com	996742742
Izair Rodrigues dos Santos	Barra do Quaraí	Prefeitura	izair-15@hotmail.com	999279928
Elton da Rocha	Uruguai ana	Vereador	eltondarocha@camarauruguaiana.rs.gov.br	996351825
Carlos Alberto Delgado de David	Uruguai ana	Vereador	carlosalbertodelgadodedavid@hotmail.com	96374066
Zulma Ansinello	Uruguai ana	Vereador	zulmaransinello@hotmail.com	55999968016
José Luiz Machado de Andrade	Alegrete	Civil	jluizma@yahoo.com.br	55999590025

Tailise Ribeiro Lemos	Alegrete	Santa Casa	tailise@santacasaalegrete.org.br	999296931
Adriano dos Santos - Quaraí	Quaraí	Prefeitura	adm.quarai@gmail.com	984472126
Daniel Gindri	Alegrete	Prefeitura	dcgindri@yahoo.com.br	984491338
Laura Maria Basso	Alegrete	Prefeitura	laurabasso@bol.com.br	999032304
Marcelo Robalo	São Borja	Vereador	marcelo_robalo@hotmail.com	96977653
José Luiz Machado	São Borja	Vereador	joseluiz@gpsnet.com.br	999718674
Marina Porto	Manoel Viana	C. vereadores	marina.pmdb@hotmail.com	96794327
José Paulo Pinto de Almeida	Manoel Viana	Prefeitura	projtomv@gpsnet.com.br	996590518

Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

A priori as responsabilidades devem ser articuladas entre os atores regionais que ao se inserirem no debate, o potencializam e possibilitam inivação, contudo, cabe principalmente ao Grupo de Trabalho de Acompanhamento do PED:

1) cobrar do Governo do Estado, do COREDE FO e dos Municípios, de maneira geral, o compromisso de cumprir o PED;

2) participar dos debates propostos pelo COREDE FO relacionados ao PED;

3) cobrar dos demais participantes suas atuações pontuais.

Além do Grupo de trabalho, a figura 1 apresenta as principais entidades que devem ter suas responsabilidades compartilhadas com o PED, dentre estas ressaltamos como fundamentais:

- A) Câmaras de vereadores: que servirão como base política de apoio ao PED junto as instâncias que lhes cabe;
- B) COREDE FO: No desempenho de suas atividades junto a consulta popular e ao PED;
- C) COREDE CAMPANHA: Na articulação corediana para o atendimento das prioridades da RF6;
- D) Prefeituras municipais na atualização e execução das demandas dos projetos estratégicos;
- E) AMFRO: Na articulação intermunicipal com as prefeituras locais e na estruturação de um banco de dados de projetos regionais com janelas de abertura anual e incorporação dos mesmo no PED como forma de atualização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasil/IBGE. (2006). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo agropecuário 2006. IBGE**.

:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> acesso em 04 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural**, / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DOS SANTOS, Odair José Silva; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. A TOPONÍMIA DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL: ASPECTOS LINGUÍSTICO-CULTURAIS. **Trama**, [S.l.], v. 10, n. 20, p. 111-126, jul. 2014. ISSN 1981-4674. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/10349/7468>>. Acesso em: maio 2017.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO GOVERNANÇA E GESTÃO. *Atlas socioeconômico do RS. Porto Alegre*. 2017. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. *Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o Estado do Rio Grande do Sul – Rumos 2015 (volumes 1, 2 3, 4, 5 e Relatório Síntese)*. Porto Alegre, 2006.

RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SEPLAN). Departamento de Planejamento Governamental – Deplan, Perfil Socioeconômico do COREDE Fronteira Oeste. Porto Alegre, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ (SEPLAG) e FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **RS 2030**: Agenda de Desenvolvimento Territorial. Porto Alegre, Volumes 1,2 e 3. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biomassas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>> Acesso em 21.04.2016.

MISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- Serviço Florestal Brasileiro. Florestas em resumo – 2010: dados de 2005-2010. Brasília: SFB, 2010.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Biomassas**. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/biomassas/pampa>> Acesso em 15.06.2015.

SILVA, Sandro Dutra e, et al. **Fronteira Cerrado**: Sociedade e natureza no oeste do Brasil. Goiânia: Ed. da PUC Goiás- Gráfica e Editora América, 2013.

SNIF - Sistema Nacional de Informações Florestais. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/os-biomassas-e-suas-florestas> Acesso em 22.06.2016.

ANEXOS

Figura: Assembleia Municipal Barra do Quaraí – 31/05/2016:



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Figura: Assembleia Municipal Quaraí – 01/06/2016:



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Figura: Assembleia Municipal Santa Margarida do Sul – 02/06/2016:



**Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.
Assembleia Municipal São Gabriel – 02/06/2016:**



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Figura: Assembleia Municipal Uruguaiana – 03/06/2016:



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Figura: Assembleia Municipal Rosário do Sul – 03/06/2016:



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Figura: Assembleia Municipal Maçambará – 06/06/2016:



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Assembleia Municipal Itaqui – 06/06/2016:



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Figura: Assembleia Municipal Itacurubi – 07/06/2016:



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Assembleia Municipal São Borja – 07/06/2016:



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Figura: assembleia Municipal Manoel Viana– 10/06/2016:



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Figura: Assembleia Municipal Alegrete – 10/06/2016:



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Assembleia Municipal Santana do Livramento – 11/06/2016:



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

Assembleia Regional Ampliada Alegrete – 16/02/2017



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

**Figura: Seminário regional de Planejamento Estratégico
COREDE Fronteira Oeste – 24/03/2017**



Fonte: Equipe Técnica PED 2015/2030.

